



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS II
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

LUCIANA DE OLIVEIRA MÜLLER

**TURISMO OU DESENVOLVIMENTO: O QUE VEM PRIMEIRO?
O CASO DE SIRIBINHA NO MUNICÍPIO DO CONDE NO LITORAL
NORTE DA BAHIA**

Salvador
2006

LUCIANA DE OLIVEIRA MÜLLER

**TURISMO OU DESENVOLVIMENTO: O QUE VEM PRIMEIRO?
O CASO DE SIRIBINHA NO MUNICÍPIO DO CONDE NO LITORAL
NORTE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Análise Regional, Universidade Salvador-UNIFACS,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes

Salvador
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Müller, Luciana de Oliveira.

Turismo ou desenvolvimento: o que vem primeiro? O caso de Siribinha no Município do Conde no Litoral Norte da Bahia / Luciana de Oliveira Müller. - 2005.

156 f: il. ; 27 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrado em Análise Regional, 2005.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes.

1. Turismo - Bahia - Política. 2. Turismo - Bahia - Desenvolvimento 3. Desenvolvimento regional sustentável - Siribinha, BA. I. Gomes, Carlos Alberto da Costa, orient. II. Título.

CDD: 338.98142

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA DE OLIVEIRA MÜLLER

TURISMO OU DESENVOLVIMENTO: O QUE VEM PRIMEIRO? O CASO DE SIRIBINHA NO MUNICÍPIO DO CONDE NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Análise Regional, Universidade de Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Carlos Alberto da Costa Gomes- Orientador_____

Doutor em Altos Estudos Militares, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME.
Universidade Salvador – UNIFACS.

Maria Helena Ochi Flexor_____

Doutora em História Social, Universidade de São Paulo – USP.
Universidade Católica de Salvador – UCSAL.

Jorge Antônio Santos Silva_____

Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP.
Universidade Salvador – UNIFACS.

Salvador, 2006

A
Minha mãe, pelo amor que sempre me deu e por confiar em mim.
Meus irmãos, por me apoiarem durante toda a minha vida

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que, de alguma maneira, ajudaram-me a concluir este trabalho.

A Profa. Dra. Maria Helena Ochi Flexor, pela paciência e atenção e por me guiar para que eu achasse meu próprio caminho.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, pela generosidade de aceitar o meu trabalho, ainda em andamento; pela paciência em ouvir e esclarecer as minhas dúvidas; pelas orientações dadas nos momentos em que me vi perdida; pelo incentivo para que eu continuasse o trabalho; pelos preciosos comentários que me ajudaram a refletir e por ter sido sempre receptivo e atencioso.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por acreditar no meu trabalho.

À Coordenação do Mestrado em Análise Regional, especialmente ao Coordenador, Dr. Alcides Caldas e a Márcia Stradmam, por muito me ajudarem nesta jornada.

Aos queridos Professores do Mestrado em Análise Regional, que muito contribuíram para o meu crescimento intelectual.

Aos colaboradores da Biblioteca da Universidade Salvador, por sempre me atenderem com atenção e eficiência.

Ao meu companheiro Ednaldo, pelo incentivo, carinho, atenção e paciência.

Aos meus amigos: Cristina Luz, por ter me proporcionado a “luz” para iniciar este trabalho; Isabel Ventura, por ter me ajudado a enfrentar a “aventura” de me conhecer melhor e superar meus limites; Rosana Leal, pela “leal” amiga e companheira que sempre foi; Marilu Pinho, pelo “carinho” com o qual sempre me acolheu; Simone Carrera, por me incentivar a lutar pela minha “carreira” profissional; Fabiane Lisbôa, por me lembrar de como a vida é “boa” e generosa; Marcus Ávila por me proporcionar a “dádiva” de uma amizade duradoura; Maria Rafaela de Vita por me trazer a alegria da “vida”. A todos os amigos, que mesmo não citados, muito me ajudaram nesta trajetória.

A minha filha Sofia, pelo amor e por ter me trazido a sabedoria necessária para enfrentar as dificuldades do caminho.

A toda comunidade de Siribinha, por ter me acolhido com muito carinho e à Secretaria de Turismo do Município do Conde, pela atenção e informações fornecidas.

Finalmente, o meu **especial** agradecimento à minha família e Deus, sem os quais não conseguiria concretizar esta tarefa.

Enquanto não estivermos compromissados, haverá a hesitação, a possibilidade de recuar e, sempre, a ineficácia.

Em relação a todos os atos de iniciativa (e de criação), existe uma verdade elementar – cuja ignorância mata inúmeros planos e idéias esplêndidas: que no momento em que definitivamente nos compromissamos, a providência divina também se põe em movimento. Todos os tipos de coisas que ocorrem para nos ajudar, que em outras circunstâncias nunca teriam ocorrido. Todo um fluir de acontecimentos surge a nosso favor. Como resultado da decisão, todas as formas imprevistas de coincidência, encontros e ajuda material, que nenhum homem jamais poderia ter sonhado encontrar em seu caminho. Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar você pode começar. A coragem contém, em si mesma, o poder, o gênio e a magia.

Goethe

(Citado por Marta de A. Irving: “Turismo: o desafio da sustentabilidade”, 2002.)

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações entre desenvolvimento e turismo e a interdependência entre eles na localidade de Siribinha, no Município do Conde, no Litoral Norte do Estado da Bahia. Trata-se de um estudo de caso que visa compreender a realidade do fenômeno turístico e a sua colaboração no desenvolvimento regional. Através de uma abordagem histórica, com técnicas de pesquisa bibliográfica e de campo, foram levantados os principais elementos que permeiam as duas áreas temáticas. Procura-se, através da análise de fatos concretos, esclarecer os fatores que comprometem a eficiência da relação entre o turismo e o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Turismo; desenvolvimento regional; política de desenvolvimento; política de turismo.

ABSTRACT

The present work analyzes the relationship between development and tourism and the interdependence between them in the locality of Siribinha in the Coast North of the state of the Bahia. One is about a case study that aims at to understand the reality of tourism phenomenon and its collaboration in the regional development. Though a boarding historical with technique of research bibliographic and field had been raised the main the two elements that permeate the subjects. It is looked, through the analyze of concrete facts, to clarify the factors that compromise the efficiency of the relationship between the tourism and the regional development.

Key words: Tourism; regional development; development politics; tourism politics

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sistema de Turismo - SISTUR - Modelo Mário Beni	52
FIGURA 2 - Sistema de Turismo - Modelo Leiper	53
FIGURA 3 - Planejamento turístico - Modelo Norte-Americano	55
FIGURA 4 - Planejamento turístico - Modelo Miguel Acerenza	56
FIGURA 5 - Planejamento turístico - Modelo Mário Beni	57
FIGURA 6 – Estrutura do Ministério do Turismo - Organograma funcional	83
FIGURA 7 – Estrutura de Coordenação - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil	86
FIGURA 8 – Módulos Operacionais - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil	88
FIGURA 9 – Bahia - Zonas Turísticas (1991 - 2020)	100
FIGURA 10 - Mapa do Litoral Norte da Bahia.	111
FIGURA 11 - Divisas do Município do Conde.	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Métodos de planejamento turístico	58
QUADRO 2 - Atribuições das Coordenações - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil	87
QUADRO 3 - PRODETUR-BA - Etapas concluídas	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil -1968 – 1973	68
TABELA 2 - Dívida Externa Bruta no Brasil - 1968 - 1973	68
TABELA 3 - Taxas anuais de inflação no Brasil -1980 -1999	72
TABELA 4 - Emprego, desemprego e salários reais no Brasil -1986 - 1987	75
TABELA 5 - Prodetur - Ba - etapas concluídas	101
TABELA 6 - Investimentos públicos nas zonas turísticas na Bahia -1991-2020. US\$ 1.000	104
TABELA 7 - População residente por grupos de idade no Município do Conde - 2000	114
TABELA 8 - Distribuição por idade e sexo dos moradores no Município do Conde - 2000	114
TABELA 9 - Conde - Grau de escolaridade dos moradores amostrados	116
TABELA 10 - Presença de água encanada no Município do Conde - 2000	117
TABELA 11 - Coleta de lixo no Município do Conde - 2000	118
TABELA 12 - Principal ocupação no Município do Conde - 2000	119
TABELA 13 - Produção de coco verde no Município do Conde - 2002	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA-LN	Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia
Bahiatursa	Empresa Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
CENAB	Centro Náutico da Bahia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
Costa do Sauípe	Complexo Hoteleiro Costa do Sauípe
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DFLN	Distrito Florestal do Litoral Norte
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
EBDA	Empresa Bahia de Desenvolvimento Agrícola
FAZCULTURA	Programa de Incentivo à Cultura do Estado da Bahia
FEAT	Fórum de Estudos Avançados em Turismo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IH	Instituto da Hospitalidade
Mtur	Ministério do Turismo

OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização da Nações Unidas
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNT	Política Nacional de Turismo
PRODESU	Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia
PRODETUR-BA	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
Projeto Orla	O Projeto de Gerenciamento Costeiro: gestão integrada da orla marítima no Município do Conde no estado da Bahia
PTR	Plano de Turismo do Recôncavo
QUALITUR	Programa de Certificação de Qualidade no Setor de Turismo do Estado da Bahia
Roteiros do Brasil	Programa de Regionalização do Turismo
SCT	Secretaria da Indústria e do Comércio da Bahia
SEAGRI	Secretaria da Agricultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas
Sistur	Sistema de turismo
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento Turístico da Bahia
SUTURSA	Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador

Tibrás	Titânio do Brasil S.A
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UH	Unidades Habitacionais
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa	17
1.2 Metodologia	22
1.3 Estrutura da dissertação	23
2 DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO.	25
2.1 O novo debate teórico	28
2.1.1 O ressurgimento das propostas alternativas	28
2.1.2 Transformações mundiais: a globalização e os países periféricos	35
2.1.3 O Brasil na lógica da globalização	39
2.2 Turismo: uma esperança	49
2.2.1 A caminho de uma matriz conceitual	49
2.2.2 A amplitude do campo de atuação	51
3 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	61
3.1 O desenvolvimentismo no Brasil (1950 - 1985)	63
3.2 Brasil: novos rumos (1986 - 2005)	71
4 TURISMO E PLANEJAMENTO NO BRASIL E NA BAHIA	81
4.1 Planejamento do turismo no Brasil	81
4.2 Turismo e desenvolvimento na Bahia (1950 - 2005)	89
5 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DO CONDE - O CASO DE SIRIBINHA	107
5.1 Histórico regional	108
5.2 A região de estudo	110
5.3 Características demográficas	114
5.4 Escolaridade	115
5.5 Saúde	116
5.6 Saneamento básico	117
5.7 Panorama econômico	118
5.7.1 A atividade da pesca e da mariscagem	120
5.7.2 O panorama agropecuário	122
5.7.3 O Turismo	123

5.8 Ações públicas	125
5.9 Convivendo com a comunidade	126
6 CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE I - RELATÓRIO DA PESQUISA DE CAMPO	146
APÊNDICE II - FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO	150

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

O desenvolvimento de regiões consideradas atrasadas é objeto de políticas públicas; seja da esfera municipal, estadual ou federal.

Na segunda metade do século XX algumas soluções foram propostas para o Estado da Bahia; dentre elas destacam-se: a industrialização de bens intermediários, através da implantação de complexos produtores nas áreas da metalurgia, da petroquímica, e de minerais não-ferrosos; a agricultura e o setor da construção civil (SPINOLA, N., 2003). Apesar de terem gerado benefícios para a economia e a infra-estrutura do Estado, essas atividades não desencadearam o processo de desenvolvimento regional que se esperava¹.

Ainda hoje, início do século XXI, existem na Bahia regiões aonde o desenvolvimento não chegou. Com o intuito de resolver essa situação, os governos municipal e estadual, com respaldo da esfera federal, buscaram várias alternativas como: a instalação da indústria da celulose; o incentivo à agricultura irrigada e ao turismo; dentre outras. Sendo que essa última alternativa aparece com destaque nos discursos das autoridades públicas, como forte opção para impulsionar o desenvolvimento local. O argumento utilizado é fruto das transformações que a atividade proporciona numa economia, devido à movimentação de capital que provoca², da mão-de-obra direta e indireta que emprega, e dos investimentos que atrai.

¹ Os motivos pelos quais a industrialização baiana não promoveu o efeito esperado encontram-se devidamente explicados na obra de Spinola, N., (2003).

² Segundo o Plano Nacional de Turismo (2003) o número de turistas que visitaram o Brasil foi de 3,8 milhões em 2002 e a receita gerada pela atividade, no mesmo ano, foi de 3,12 bilhões de dólares.

Algumas localidades do Brasil e, principalmente, da Bahia foram objeto dessas iniciativas, e hoje são destinos turísticos consagrados nacional e internacionalmente³. Contudo, o que se observa é que apesar dessas localidades terem sofrido transformações de ordem econômica significativa, ao se analisarem as condições referentes aos seus aspectos socioambientais, percebe-se que o turismo não foi capaz de alavancar um processo de desenvolvimento.

A hipótese de que o turismo possa ser a solução para regiões consideradas pouco desenvolvidas precisa ser esclarecida. O momento é de avaliar se a realidade condiz com o discurso e, principalmente, repensar a prática da atividade, a fim de evitar que lugares que começam a explorar o turismo – como é o caso da localidade de Siribinha, no Município do Conde, situada na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia - APA-LN - sofram danos, muitos deles irreversíveis, e que já se apresentam em determinados territórios do Estado.

Ao se observarem regiões onde o turismo se apresenta como atividade principal, constata-se a existência de uma série de problemas⁴, que levaram à reflexão sobre as razões dessas localidades não apresentarem o desenvolvimento esperado.

Dessa forma é que se resume o problema que orienta este trabalho; a indagação genérica: quais as condições necessárias para que a implantação da atividade econômica do turismo em uma localidade possa colaborar para o desenvolvimento local?

Para considerar uma hipótese que venha responder à questão anterior é necessário avaliar alguns pontos sobre o perfil dessa atividade.

O turismo apresenta um caráter de sofisticação que o difere de outras atividades do ramo dos serviços. Além da exploração espacial, a atividade trabalha, também, com aspectos sociais e

³ Na Bahia pode-se citar como exemplo Praia do Forte e Porto Seguro.

⁴ Entre os impactos negativos que a atividade causa estão a destruição da paisagem, o turismo sexual, a especulação imobiliária e a concentração de capital em mãos de pessoas que não são originárias da comunidade.

culturais. Trata-se de uma atividade complexa e, conseqüentemente, a sua implantação requer um leque de condições que não sejam apenas os aspectos cênicos do lugar. Segundo Yáziği (1999), o turismo, antes de ser uma atividade econômica, é a arte de agradar, e a sua associação com a miséria, a violência e o vandalismo é incompatível; e, completa afirmando, que trabalhar apenas a paisagem é gerar um efeito cosmético e circunscrito.

Outro fator que atribui ao turismo um aspecto peculiar é o fato de ser uma atividade sensível a fenômenos⁵, que se encontram fora do controle da população residente nos destinos turísticos e, que por isso, pode, em determinadas épocas, oscilar de intensidade. A monocultura turística é tão nefasta quanto qualquer outra monocultura; daí a necessidade de preservar os empregos não-turísticos do lugar (KRIPPENDORF, 2000).

O turismo provoca crescimento econômico, mas, também, gera custos sociais para as comunidades das áreas receptoras. Quando os efeitos transformadores não cobrem os custos sociais gerados e não ajudam a resolver os problemas que afligem a localidade é comum que o sentimento em relação à atividade, que num primeiro momento é favorável, passe a ser contrário. Segundo Krippendorf (2000), já é possível identificar nas populações residentes dos destinos turísticos um certo rancor em relação aos efeitos do turismo, quando constatarem que se encontram excluídos do processo de desenvolvimento prometido. Isso acaba por gerar uma necessidade de libertar-se do jugo turístico e incentivar o desejo de reaver seu próprio espaço vital e de decidir sobre seu destino. Spinola, C. (1996) constatou, no seu estudo sobre os impactos do turismo na localidade de Praia do Forte, também situada na APA-LN, que a população, principalmente a mais antiga, apresenta um sentimento de rancor diante da exploração turística do lugar.

⁵ Além de alterações causadas pela sazonalidade decorrente das mudanças climáticas e dos períodos de férias, o turismo pode ser afetado, também, por eventos de ordem política e econômica, um exemplo são os recentes atentados terroristas de Nova York (2001) e Madri (2003) e Londres (2005).

As modalidades da atividade turística são variadas. No momento, o ecoturismo é a que atrai maior atenção, por pregar a prática de um turismo limpo, sem prejuízo para o meio ambiente e por ser uma atividade de baixo investimento. Essa idéia é deturpada, a partir do momento em que se associa turismo ecológico com a prática de experiências em áreas isoladas, onde o urbano e o homem não estão presentes ou não são levados em conta. Em nome desse turismo existe uma tendência para fazer com que áreas de proteção ambiental permaneçam intocadas e, para isso, proíbe-se qualquer forma de intervenção, até mesmo, da população residente próxima ao local. Ignora-se que muitas dessas comunidades sobreviveram, durante muito tempo, dos recursos que a natureza lhes deu, e que privá-las do acesso, sem outras garantias de sobrevivência, é uma forma de agravar os problemas da comunidade. Tal postura incentiva uma exploração inadequada que está diretamente ligada a problemas socioeconômicos como: a fome, o desemprego e a falta de moradia⁶ (YÁZIGI, 1999).

O turismo é uma atividade que extrapola espaços limitados, tais como hotéis, restaurantes, parques, áreas específicas, geralmente maquiadas, aonde o turista pode passear sem ter que enfrentar situações de constrangimento, como: a mendicância e a violência. Sua prática explora, também, o modo de vida da população como um todo; portanto, seus atores são todos os que residem na localidade; não apenas o empresário dono do restaurante ou o guia que ajuda os turistas a percorrerem os lugares, caminhos e trilhas. As discussões sobre a atividade deve envolver todos aqueles personagens que dela participam. A participação não se resume só à aplicação de métodos; ela implica em mudanças em médio e longo prazo na cultura sociopolítica da comunidade e das forças políticas locais. O papel do poder público é o de estimular e fortalecer a autogestão comunitária, no sentido de concretizar o aprendizado das regras da

⁶ Um exemplo é o Parque de São Bartolomeu, localizado no subúrbio de Salvador, que apresenta início de favelização, fruto do déficit habitacional que afeta a população.

democracia, do exercício da cidadania e da formação de novas lideranças (BARTH; BROSE, 2002).

Assim sendo, pode-se aceitar, inicialmente, como hipótese geral que a localidade deve apresentar indicadores que permitam a absorção da atividade econômica. E, para facilitar a abordagem metodológica, essa hipótese geral é aqui decomposta em indicadores de pesquisa, listados abaixo, os quais orientarão o presente trabalho com maior objetividade.

- a) A comunidade que tem assegurada a satisfação de suas necessidades básicas (alimentação, saúde, educação, moradia e tecnologia) e psicossociais (identidade, auto-estima, cidadania e moral elevada) possui elementos que preservam o sentimento de dignidade e minimizam situações como a pobreza, a ignorância, a descaracterização cultural;
- b) a localidade para agregar o desenvolvimento do turismo precisa que a sua economia tenha uma gama variada de outras atividades geradoras de renda que lhe garanta a sobrevivência nos períodos de baixa estação;
- c) o turismo deve ser uma atividade escolhida pela comunidade e não imposta pelo poder público, como solução dos seus problemas;
- d) a comunidade local deve ter consciência ambiental no sentido de preservar e administrar suas reservas naturais para preservar o turismo como fonte de renda;
- e) a política de turismo do Município do Conde facilita o processo de autogestão da comunidade.

A partir da comprovação ou negação desses indicadores, pretende-se atingir o objetivo geral deste trabalho, que é o de analisar o papel do turismo no processo de desenvolvimento socioeconômico do Município do Conde, a partir de 1970 até 2005.

São ainda objetivos específicos:

- a) Levantar indicadores sociais e econômicos da região;
- b) identificar a existência de políticas públicas voltadas para a atividade turística e para o desenvolvimento local junto à Prefeitura do Município do Conde;
- c) identificar o comportamento da comunidade em relação às questões ambientais e à cultura local;
- d) observar qual o interesse e a participação da comunidade no processo turístico.

1.2 Metodologia

O método de abordagem será o indutivo, pois, através da observação da relação entre o turismo e o desenvolvimento em localidades da APA-LN, procurar-se-á analisar os fatores que influenciam essa relação, bem como permitir a formulação de sugestões com o intuito de colaborar no processo de implantação do turismo em regiões pouco exploradas.

Como método de procedimento, a opção foi utilizar o método histórico, que, através do conhecimento dos fatores que guiaram o desenvolvimento no País e a trajetória da atividade turística no Estado da Bahia, possibilita a compreensão da realidade apresentada na região a que se refere o presente estudo.

A fim de facilitar o trabalho de pesquisa foram realizadas pesquisas de naturezas diferentes, mas complementares, que permitiram obter os resultados estabelecidos como objetivos a serem alcançados e comprovação das hipóteses pré-estabelecidas.

Numa primeira etapa foi efetuada uma pesquisa bibliográfica, para compreender as temáticas que permeiam o conceito de desenvolvimento e turismo, sua trajetória no Brasil e na Bahia e para identificação do referencial teórico que norteia o estudo. Também se buscou, numa segunda etapa, identificar o perfil social, econômico, e ambiental da APA-LN - mais

especificamente do Município do Conde e da localidade de Siribinha – visando, também, a coleta de dados estatísticos da região em estudo. Destacam-se como fontes utilizadas: a) o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU, um programa elaborado pelo Governo do Estado em cooperação com o Reino Unido no ano de 2000⁷; b) o Projeto de Gerenciamento Costeiro: gestão integrada da orla marítima no Município do Conde no Estado da Bahia - Projeto Orla - elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal, em 2003.

Considerando que o foco do interesse deste trabalho está num fenômeno atual, o turismo, fez-se necessária a análise de um contexto de vida real. Portanto, numa terceira etapa foi realizada uma pesquisa de campo, empírica, qualitativa, de caráter observacional⁸. Sua finalidade foi correlacionar os dados estatísticos obtidos para compreender, através da convivência com a comunidade, suas necessidades e verificar “*in loco*” como a comunidade se posiciona em relação à atividade turística.

1.3 Estrutura da Dissertação

No primeiro capítulo encontra-se a introdução do texto, cujo objetivo é o de apresentar e delimitar o tema do trabalho.

⁷ Este programa não chegou a ser implantado, mas a base de dados utilizada fornece informações atualizadas sobre a região.

⁸ Segundo Cook (1987, p. 95, v. 1), “[...] a pesquisa naturalística ou de campo abarca uma variedade de estratégias de pesquisas que compartilham um interesse comum em descrever o comportamento humano que seja representativo daquele que ocorre na vida real. Isto significa estudar o comportamento tal como ele ocorre naturalmente e nas circunstâncias que espontaneamente o geram [...] a observação deve focalizar um comportamento que está ocorrendo naturalmente”.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo das atuais linhas de pensamento, que envolvem a temática do desenvolvimento e do turismo. O objetivo deste capítulo é o de analisar o referencial teórico que hoje prevalece no universo acadêmico.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo das linhas de desenvolvimento que influenciaram o Brasil e a Bahia durante a segunda metade do século XX. A proposta é a de entender as diretrizes que nortearam a economia nacional e baiana. O horizonte temporal, analisado nesta primeira fase da dissertação, compreende a segunda metade do século XX. Esse período foi marcado pelo grande esforço do Governo Federal em promover o desenvolvimento do País. Qualquer análise sobre o desenvolvimento no Brasil não pode deixar de considerar o mencionado período da história nacional, para não correr o risco de se fazer uma análise apenas parcial do processo e do contexto atual.

No quarto capítulo busca-se analisar a evolução da atividade turística no Brasil e na Bahia. Também foi considerado o corte temporal, a partir da década de 1950, pois é quando a atividade passa a figurar no panorama econômico nacional.

No quinto capítulo é apresentado o resultado obtido com a pesquisa de campo, que teve a duração de um mês, e permitiu à autora verificar, através da convivência com a comunidade local, os problemas enfrentados, oriundos da prática do turismo.

A localidade de Siribinha foi escolhida para a realização da pesquisa, por apresentar a exploração da atividade de turismo em estágio inicial, em comparação com outras localidades⁹ da APA-LN, o que permite verificar as condições socioeconômicas reais da população, antes da implantação da atividade econômica do turismo e, portanto, avaliar as possibilidades de absorção de benefícios.

Finalizado o texto encontram-se a conclusão e sugestões.

⁹ Praia do Forte e Porto Sauípe, por exemplo.

2 DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Desenvolvimento é um conceito ao qual são atribuídos mais de um significado, e cujo debate é, quase sempre, de natureza controversa.

Segundo Rivero (2002), o conceito de desenvolvimento que predominou na segunda metade do século XX é fruto da ideologia da civilização ocidental. O evolucionismo industrial gerou a certeza de que qualquer sociedade, através do progresso material, poderia se desenvolver.

Essa convicção foi reforçada, em 1949, quando os Estados Unidos, sob o comando do Presidente Harry Truman, sugeriram que as áreas que não possuíssem o mesmo progresso material que eles eram consideradas áreas subdesenvolvidas. Tal afirmação enraizou a idéia de que desenvolvimento era progresso material. Esse pensamento, então, influenciou todo o debate sobre o tema, a partir de 1950 (ESTEVA, 2000; SACHS, W., 1996).

Ainda, segundo Esteva (2000), a palavra adquiriu um sentido de mudança sempre positiva. Desenvolver-se é passar do pior para o melhor, do inferior para o superior e do simples para o complexo. Muitas sociedades submeteram-se a diversas experiências para alcançar tal transformação.

Dessa maneira, foram criadas teorias e vários planos foram postos em prática. Estudiosos do desenvolvimento elaboraram uma série de trabalhos que influenciaram as políticas de desenvolvimento de muitos países. Merecem destaque John Maynard Keynes¹⁰, com a abordagem macroeconômica do pleno emprego e dos fatores de investimento; Joseph A. Schumpeter¹¹, que acreditava que o desenvolvimento estava na mudança das variáveis

¹⁰ Na obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

¹¹ Na obra Teoria do Desenvolvimento Econômico.

econômicas, decorrentes da organização da produção; Walter Rostow¹², com o estudo das etapas do desenvolvimento e a teoria do grande arranco; e Paul Baran¹³ com a noção de “desenvolvimento como aumento na produção *per capita* de bens materiais” (BARAN apud ESTEVA, 2000, p. 66).

O resultado é que os países subdesenvolvidos passaram a perseguir o mito do desenvolvimento nacional, criando projetos que assumiram diversas formas: de intervenção estatal a revolução socialista¹⁴ e, mais recentemente, o capitalismo neoliberal (RIVERO, 2002).

Passados 50 anos de busca incessante pelo desenvolvimento, a realidade aponta para o fato de que, ao invés de atingir o padrão de transformação identificado como desenvolvimento, os países do Terceiro Mundo estão longe de serem considerados em vias de desenvolvimento; na verdade, aprofundaram sua condição de subdesenvolvimento (RIVERO, 2002)¹⁵.

Após a década de 1980, considerada a década perdida, a situação socioeconômica de alguns países pobres tornou-se tão crítica que, nos anos 1990, a discussão sobre o conceito de desenvolvimento foi reaberta e novas propostas começaram a surgir. Sobre os novos conceitos de desenvolvimento, destacam-se as idéias de desenvolvimento endógeno e de desenvolvimento sustentável.

Segundo Esteva (2000), essas propostas pregam um re-desenvolvimento, o que seria desenvolver, novamente, aquilo que foi mal desenvolvido.

Em relação ao desenvolvimento endógeno, Vázquez Barquero (1999) coloca que esse tipo de desenvolvimento envolve os atores econômicos, sociais e institucionais do entorno onde se desenvolve a atividade produtiva, de forma a criar um sistema de redes, cuja densidade e caráter

¹² Etapas do Desenvolvimento Econômico.

¹³ A Política Econômica do Crescimento.

¹⁴ Caso da antiga União Soviética.

¹⁵ Os Tigres Asiáticos são os únicos que conseguiram alcançar um patamar mais elevado através do crescimento acelerado de suas economias. Mas essa realidade limitou-se apenas a quatro países: Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura (RIVERO, 2002).

inovador favorece o crescimento e, conseqüentemente, a mudança estrutural. O desenvolvimento estaria em função direta do potencial de cada região para se inserir na economia mundial, a partir da especificidade de sua produção.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, foi definido pela Comissão Brundtland¹⁶, como aquele que promove o crescimento econômico, respeitando os limites do meio ambiente e garantindo o futuro das próximas gerações. Segundo Esteva (2000, p. 72), essa é uma proposta que prega uma forma de capitalismo limpo, quando afirma que “[...] Seria apenas uma maneira nova de perpetuar o mito do desenvolvimento”.

Além das idéias de desenvolvimento endógeno e sustentável, é possível, ainda, identificar uma corrente de pensamento¹⁷ que acredita que o desenvolvimento é incompatível com o crescimento econômico. Para Daly (1996, p. 193)¹⁸,

A economia é um sub-sistema do ecossistema da Terra, finito, não renovável e materialmente limitado, daí o fato do crescimento econômico, enquanto consumo dos recursos do planeta, não ser sustentável [...] um desenvolvimento sustentável só seria possível se não houvesse crescimento econômico, haja vista o fato de já ser insustentável o padrão de consumo atual. [...] O desenvolvimento deve ser entendido como uma mudança qualitativa na base econômica existente, com a diminuição do consumo dos recursos do planeta, pois, só assim, seria possível promover a capacidade regenerativa do ecossistema.

Nota-se, então, que o debate sobre desenvolvimento ressurgiu de forma intensa, e que existe mais de um entendimento a respeito do conceito. O fato é que a noção que predominou durante a segunda metade do século XX é obsoleta e já provou que não foi capaz de resolver a

¹⁶ Comissão Mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente criada pelas Organizações das Nações Unidas em 1983.

¹⁷ Fazem parte dessa corrente os autores Herman Daly, Robert Goodland, Wolfgang Sachs e Joan Martínez Alier, dentre outros.

¹⁸ “[...] the economy is an open subsystem of the earth’s ecosystem, which is finite, nongrowing, and materially closed. [...] Therefore its growth is not sustainable. [...] The term sustainable development therefore makes sense for the economy but only if understood as development without growth - qualitative improvement of a physical economy base that is maintained in a steady state by a throughput of matter-energy that is within the regenerative and assimilative capacities of the ecosystem”. (tradução nossa, 2005).

situação socioeconômica dos países subdesenvolvidos; ao contrário, causou o agravamento do quadro social e promoveu a degradação da natureza.

“A realidade mundial indica que é o momento de abandonar a busca pelo eldorado e trabalhar pela garantia da sobrevivência das nações” (RIVERO, 2002, p. 215).

2.1 O Novo Debate Teórico

2.1.1 O Ressurgimento das Propostas Alternativas

Após cinco décadas de busca por um tipo de desenvolvimento embasado no progresso material e no crescimento da economia, o mundo se depara com uma realidade bem diferente da que foi imaginada e perseguida durante meio século.

Os sinais de que o objetivo não foi alcançado tornam-se mais claros e irrefutáveis, à medida que o tempo passa. Situações que antes eram tidas como remotas, agora fazem parte do cotidiano das sociedades e transformaram-se em ameaças à vida humana. São exemplos: a) a pobreza que aumentou progressivamente, tanto em países pobres como em países ricos; b) o desemprego, cujas taxas de crescimento são elevadas em todo o mundo; c) as reações violentas por parte de grupos que, em nome das mais variadas causas, reagem com ações de terror às conseqüências do processo de globalização; d) as catástrofes naturais decorrentes de mudanças no clima do Planeta, geradas pela sobrecarga do ecossistema, tais como secas, enchentes, furacões, chuva ácida, desertificação, erosão dos solos, incêndios florestais, etc.; e) diminuição da biodiversidade; f) ameaça de falta de água potável e de alimento para a população mundial, dentro de poucas décadas (GOODLAND, 1996; RIVERO, 2002).

Diante dessa situação, a grande busca, que antes era pelo progresso material e pelo avanço científico, como caminhos para o desenvolvimento, agora, passa a ser pela garantia da sobrevivência. A idéia de atingir a meta de ser igual aos Estados Unidos está sendo substituída pela urgência em garantir a vida, pelo menos na maioria dos países pobres. Essa necessidade premente tem gerado iniciativas que buscam resistir à hegemonia do capitalismo. Tal comportamento é denominado de “hermenêutica das emergências”. O grande número de movimentos e organizações como alternativas ao sistema capitalista, que surgem no início do século XXI¹⁹, não são novos. Segundo Santos, B. (2002), a própria história do capitalismo é, também, a história dos movimentos de resistência aos seus valores e práticas.

Quijano (2002) coloca que essas idéias de formas alternativas de produção surgiram na Europa no início do século XIX, e que aquele continente foi palco de algumas propostas. Como exemplo dessas manifestações o esse autor cita: a) a idéia de sociedade de produtores de Saint-Simon²⁰ (França); b) as cooperativas de Robert Owen²¹ (Inglaterra); c) o conceito de falanstério de Charles Fourier²² (França); d) o Manifesto Comunista de Marx e Engels; os movimentos russos da *obshchina, narodnikis*²³; e) Comuna de Paris; f) a Comuna do movimento anarquista (Itália); g) os conselhos operários (Holanda). Entretanto, o autor salienta que o contexto histórico e o comportamento do sistema capitalista eram diferentes do contexto atual. Isso faz com que as alternativas de produção também sejam diferentes das propostas citadas, ainda que o objeto ao qual elas se opõem seja o mesmo: as consequências negativas do capitalismo.

¹⁹ Compartilham da idéia de diversidade de produção os seguintes movimentos: 1) Sarvodaya Shramadana (Siri Lanka); 2) Chipko (Índia); 3) Self-Eplyed Women’s Asociation - SEWA (Índia); 4) Blangadesh Rural Advancement Committee - BRAC (Bangladesh) (<http://www.thp.org/sac/unit1/textonly.htm>).

²⁰ Saint-Simon foi um socialista francês que idealizou uma sociedade industrial sem a exploração do homem pelo homem (FRIETAG, 2002).

²¹ As cooperativas foram idealizadas por Owen, socialista inglês, como formas alternativas de produção, organizadas a partir de valores não capitalistas, mas atuando dentro de uma economia de mercado (SANTOS, B., 2002).

²² Charles Fourier propôs a criação de fazendas agroindustriais coletivas onde as funções seriam desenvolvidas visando o bem comum (FRIETAG, 2002).

²³ Movimento camponês russo (SAYER, 1987).

Santos, B. (2002) afirma que as novas propostas são importantes porque contribuem para o questionamento da idéia de que não há alternativa ao capitalismo, principalmente depois do fracasso do socialismo centralizado. Entretanto, apesar dessas propostas já estarem ativas, elas não representam uma teoria sistematizada com propostas políticas revolucionárias e anticapitalistas. São frutos de correntes de pensamentos que tendem, no futuro, a esse destino. O conjunto dessas propostas é denominado de globalização alternativa, e seu embate com a globalização neoliberal está abrindo novos caminhos para a emancipação social, ainda que apresentem fragilidades e se mostrem, em alguns casos, inviáveis no longo prazo, diante do contexto capitalista. O que caracteriza essas propostas alternativas são princípios de igualdade, solidariedade e respeito à natureza. A prática dessas propostas vêm gerando mudanças nas condições de vida de seus atores e na disseminação de valores e formas de organização não capitalistas.

Como citado anteriormente, as novas propostas alternativas de produção seguem correntes de pensamento, que buscam reanalisar o conceito de desenvolvimento.

Por uma questão metodológica, será utilizada como uma referência a classificação das novas correntes de pensamento sobre desenvolvimento, elaborada por Santos, B. (2002), em seu estudo sobre as novas formas de produção não capitalista.

Basicamente, são duas as classificações das novas abordagens: a teoria que sugere a idéia do desenvolvimento alternativo e a teoria que prega a busca de alternativas ao desenvolvimento. Dentro dessas classificações cabem as mais variadas perspectivas; porém, serão abordadas as mais importantes dentro do universo acadêmico.

O desenvolvimento alternativo não é uma proposta que surgiu recentemente. Sua origem está na década de 1970, e é o resultado das críticas ao modelo de desenvolvimento tradicional.

As principais características dessa linha de pensamento são: a) a crença de que a economia está vinculada à vida social; portanto, que deve ser submetida a valores sociais, políticos, culturais e naturais como: igualdade, participação democrática, diversidade étnica e respeito ao meio ambiente; b) a inclusão de setores marginalizados; c) a aceitação da idéia de crescimento econômico; d) a constatação de que o desenvolvimento deve partir da sociedade civil, ou seja, o planejamento das estratégias deve vir da base²⁴; e) a afirmação que os atores centrais são os sujeitos coletivos; f) a procura de privilegiar a escala local e os recursos locais, ainda que o local esteja em função do global; g) a proposta de iniciativas que sejam fruto de parcerias entre o estado, o terceiro setor e a iniciativa privada; h) a formação de empresas populares baseadas na autogestão²⁵.

Dentro dessas características podem-se identificar três correntes de pensamento, que merecem destaque, segundo Santos, B. (2002). São elas: o socialismo de mercado, o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento sustentável.

O socialismo de mercado é uma via intermediária que prega a utilização de mecanismos como mercado e estruturas produtíveis, voltados para fins socialistas de solidariedade e igualdade sem os excessos do capitalismo neoliberal ou do planejamento centralizado do socialismo que fracassou.

Para essa corrente é possível promover reformas, através de uma redefinição dos papéis do mercado e do Estado. Para ela o problema não reside no fato de existir uma economia de mercado, pois esse mecanismo é o mais eficiente para coordenar uma economia descentralizada; ou na existência de um planejamento estatal. A questão está nos valores que o capitalismo neoliberal imprime à economia.

²⁴ Planejamento a partir de baixo.

²⁵ O cooperativismo e o associativismo são muito comuns.

O desenvolvimento endógeno segundo Vázquez Barquero (1999) é o tipo de desenvolvimento que envolve os atores econômicos, sociais e institucionais do entorno, no qual se desenvolve a atividade produtiva, de forma a criar um sistema de redes, cuja densidade e caráter inovador favorecem o crescimento e, conseqüentemente, a mudança estrutural. O desenvolvimento estaria em função direta ao potencial de cada região para se inserir na economia mundial, a partir da especificidade de sua produção, como já explicitado anteriormente.

Para Ferrás Sexto e Paredes Gonzalez (1999) essa é uma forma diferente de permanecer dentro da economia de mercado e do modo de produção do capitalismo neoliberal. Essa idéia sustenta-se basicamente em dois pilares: a) na não regulação e flexibilização do mercado de trabalho que, dificilmente, conseguirá acabar com os problemas característicos do sistema capitalista e b) na exportação, o que não é confiável, por ela não ser fruto do trabalho da massa, mas de um pequeno grupo que consegue acesso à tecnologia necessária para atingir padrões internacionais.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, definido pela Comissão Brundtland, seria aquele que promove o crescimento econômico respeitando os limites do meio ambiente e garantindo o futuro das próximas gerações.

Na opinião de Ferrás Sexto e Paredes Gonzalez (1999) o grande desafio do desenvolvimento sustentável diz respeito à capacidade do modelo de conciliar a harmonia entre o meio ambiente e o modelo neoliberalista.

Já para Daly (1996, p. 193-194), a idéia de um desenvolvimento embasado num crescimento sustentável é “[...] totalmente desconectada da realidade”²⁶. Para o autor essa é uma

²⁶ “[...] Yet sustainable growth is [...] hollow political verbiage, totally disconnected from reality”. [...] It is precisely the nonsustainability of growth that gives urgency to the concept of sustainable development. [...] To develop means to expand or realize the potentials of; to bring gradually to a fuller, greater or batter state”. (Tradução nossa, 2005).

maneira encontrada pelas sociedades capitalistas de amenizar a decepção gerada pela constatação da necessidade de parar de crescer. “[...] É precisamente a insustentabilidade do crescimento que concede urgência ao conceito de desenvolvimento sustentável”. Ainda segundo o autor, a idéia de continuar crescendo, mesmo de forma mais lenta, é incompatível com a realidade do Planeta, que é um sistema finito materialmente, e que, não suporta um crescimento contínuo. A diferença básica está na concepção do que significa crescer e do que significa desenvolver. No primeiro caso, trata-se de uma questão de aumento de tamanho; no segundo, de uma realização de potenciais para o alcance de estágios melhores, otimizados e mais completos, “[...] desenvolver significa expandir ou realizar potenciais para, gradualmente, atingir um estágio melhor”. Esse tipo de desenvolvimento só teria nexos se fosse compreendido a partir de uma situação de não-crescimento, pois, só assim, juntamente com uma intensiva reposição de matéria e energia, haveria condições do ecossistema terrestre regenerar-se.

Além das três correntes citadas existem outras alternativas para o desenvolvimento, acreditando que o sistema capitalista não é capaz de sanar a crise que criou, nem tão pouco, superá-la. Os defensores de tal proposta não acreditam nas reformas do socialismo de mercado e criticam com veemência o desenvolvimento sustentável. Conservam os valores do socialismo, apesar de rejeitarem o industrialismo e o planejamento centralizado. Trata-se de “[...] redefinir as vias e metas da produção socialista em um marco ecológico, especialmente ao que se refere aos limites do crescimento” (KOVEL; LÖWY, 2002, p. 2). Pregam, ainda, os defensores de uma alternativa ao desenvolvimento, uma transformação das necessidades, através de uma mudança de foco do quantitativo para o qualitativo. Além do socialismo, essa corrente fundamenta-se também, nos pensamentos naturalista, vegetariano, na medicina alternativa, na agricultura tradicional, etc. Isso não significa uma negação da ciência; mas, uma reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de formas de produção (SANTOS, B., 2002).

Como exemplo dessa corrente de pensamento destaca-se o ecosocialismo, apesar de existirem outros movimentos que fazem parte da mesma; um outro exemplo é o ecofeminismo.

Com uma tendência bem mais radical que o socialismo de mercado ou o desenvolvimento endógeno, esta corrente, em última análise, prega o não-crescimento como forma de desenvolvimento. Acredita que é possível desenvolver sem crescer, através de uma outra racionalização da base econômica existente (SANTOS, B., 2002).

Essa corrente coloca em questão a noção de desenvolvimento, e essa seria também uma outra forma de se ver o mundo, onde deve privilegiar a produção para o consumo básico e não para a sustentação do consumismo.

Para Alíer (1994), a economia mundial não deve mais crescer, tendo em vista o fato desse crescimento se mostrar insustentável. Para o autor, é preciso conservar a base econômica atual e promover mudanças de cunho qualitativo, para que se possa desenvolver.

Ainda, segundo Alíer (1994), o ecosocialismo é mais do que uma defesa do verde. É uma proposta que defende a garantia de vida digna para os pobres, através da redistribuição dos elementos que garantem uma melhor qualidade à existência humana, como energia, recursos naturais, biodiversidade, etc. A noção de ecologia abordada, aqui, aproxima-se mais da idéia de solidariedade do que de preservação. Isso só é possível mediante a prática de valores anticapitalistas como: o não-crescimento da economia, o não-consumismo, o não-industrialismo e a não-modernidade (pelo menos como vem sendo entendida). Caracteriza-se como uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento em voga, que se apóia em constatações empíricas como: o aquecimento global, o perigo da energia nuclear, o desaparecimento da camada de ozônio, etc.

Para Daly (1996, p. 195), “uma economia que não cresce não é uma economia estática, ela pode continuar se renovando como um estágio fixo do subsistema do meio ambiente”²⁷.

A idéia dos ecosocialistas é a desenvolver etapas lógicas para uma transformação da ordem atual (KOVEL; LÖWY, 2002). Para isso é necessário inverter a lógica do sistema capitalista, colocando como diretrizes a racionalidade, e o direito a uma vida digna.

Alguns estudos sinalizam pontos críticos nas novas propostas; são eles: a) as propostas envolvem tanto aspectos econômicos como aspectos não econômicos, ou seja; culturais, sociais, afetivos, políticos, etc. Por isso são classificadas como holísticas; seu sucesso dependerá da forma como esses dois aspectos se relacionem o que não será uma tarefa fácil; b) essas propostas só terão êxito se conseguirem criar um esquema de rede de apoio mútuo. Caso contrário, o risco de fracasso é grande, devido ao seu caráter complexo e holístico e à presença do grande capital com seus mecanismos para permanecer no controle²⁸.

2.1.2 Transformações Mundiais: a Globalização e os Países Periféricos

A idéia que atualmente prevalece no meio acadêmico de que crescimento econômico não é mais sinônimo de desenvolvimento evoluiu, em decorrência de uma série de fatores que causaram profundas alterações no panorama econômico mundial. Essas modificações correspondem à intensificação do processo de globalização que, segundo Santos, M. (2001), significou o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.

²⁷ “The nongrowing economy is not static - it is being continually maintained and renewed as a steady-state subsystem of the environment”.

²⁸ Ver o texto: Os oligopólios estão de boa saúde, obrigado! MARTINELLI Flávia; SCHOENBERGER Érica, 1994, p. 103-141. IN: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. *As regiões ganhadoras: distritos e redes- os novos paradigmas da geografia econômica*. Celta, 1994, p. 103 - 141.

Essa ideologia do sistema capitalista, que superou todas as fronteiras, está fundamentada na acumulação de capital, mediante o aumento constante da produtividade, do consumo e da mais-valia. Os países ocidentais ao seguirem o modo de produção fordista²⁹ conduziram suas sociedades e economias no sentido de acumular cada vez mais.

Tal fundamento só pôde ser concretizado porque o homem conseguiu criar meios técnicos que lhe permitiram produzir em escala maior que no sistema artesanal, e que foram aperfeiçoados ao longo do tempo e permitiram alcançar um grande aumento da produtividade, especialmente no século XX.

Santos, M. (2001) afirma que o sistema de técnicas influencia sobremaneira a vida do homem, e que o desenvolvimento de sua história está estreitamente ligado ao desenvolvimento das técnicas. Para o autor, a cada mudança nos sistemas de técnicas corresponde uma nova etapa histórica. Outra significativa alteração nos sistemas de técnicas ocorreu ainda na segunda metade do século XX, com o aperfeiçoamento da eletroeletrônica, especialmente do computador. Essa máquina exerceu papel central na mudança do estado da técnica. Esse novo sistema é o que se denomina de tecnologia da informação, do qual fazem parte a cibernética, a informática, a eletrônica, a miniaturização e a robótica. Ainda segundo o autor, esse novo sistema de técnicas alterou o significado do tempo, na medida em que permitiu a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e acelerando a história.

Porém, um sistema de técnicas não representa muito se não houver um conjunto de ações políticas que lhe imprimam um significado, e nesse sentido a ideologia do sistema capitalista fez com que esse novo sistema de técnicas fosse posto a seu serviço, o que lhe permitiu extrapolar as fronteiras dos estados nacionais.

²⁹ O modo de produção fordista está embasado no acúmulo de capital através da produção material e do consumismo.

Santos, M. (2001) enfatiza que a ideologia capitalista é concretizada e consolidada, através das empresas transnacionais³⁰ que, de posse da tecnologia da informação, puderam extrapolar as fronteiras de seus países de origem e passaram a atuar no espaço internacional. Os motivos que levaram essas empresas transnacionais a ampliarem suas áreas de atuação estão relacionados à crise que o capitalismo enfrentou na década de 1970³¹, e que provocou a queda do lucro. Para manter a perpetuação da acumulação essas empresas precisaram baixar o custo da produção e conquistar novos mercados consumidores para seus produtos. Isso só foi possível porque elas passaram a descentralizar o processo de produção e foram produzir em lugares que ofereciam melhores condições que seus países de origem, como, por exemplo, a utilização de mão-de-obra mais barata. Essas condições foram encontradas, principalmente, em países subdesenvolvidos.

Com a atuação das empresas multinacionais no espaço global, ocorreram mudanças no panorama econômico mundial como: a universalização das finanças; a ampliação e a desregulamentação dos mercados, principalmente o financeiro; a divisão internacional do trabalho; a flexibilização da produção; a integração comercial com o surgimento dos blocos econômicos³²; o avanço da política neoliberal e o aumento da competitividade. Essas características formam um conjunto no qual um elemento arrasta o outro e impõem-se mutuamente, gerando uma fase de transição de uma sociedade para outra nova. Essa nova forma toma força à medida em que a tecnologia se concretiza e isso amplia o processo de desestruturação da velha forma fordista, inclusive dos seus valores.

³⁰ As empresas transnacionais caracterizam-se por atuarem em mais de um país, não se restringindo apenas ao seu país de origem e por terem sua produção descentralizada, ou seja, não há concentração de todas as etapas de produção em um mesmo lugar, estas podem ser distribuídas ao longo do território mundial.

³¹ Crise do petróleo.

³² Tigres Asiáticos, Mercosul e Nafta são exemplos de áreas de livre comércio, com suas próprias leis, aonde as empresas podem atuar sem regulamentações dos Estados Nacionais (CLARKE, 1996).

Já em 1997, Santos M. indicava outra característica dessa nova fase: a mudança da ênfase da produção material para as atividades terciárias (serviços), que se transformaram em maiores fontes de acumulação e dominação. Alguns exemplos são: as atividades de pesquisa em áreas específicas, como engenharia e gestão; os intermediários de logística e finanças (bancos); as companhias seguradoras e de financiamento; o turismo e as cartas de crédito.

As vantagens da tecnologia informacional para as empresas transnacionais não se resumem apenas ao plano econômico. Elas proporcionam a criação de uma cultura universal que permite que essas empresas possam entrar em outros países; às vezes, até como elementos desejados pelas sociedades (RIVERO, 2002).

A disseminação da comunicação, através da televisão, como também via satélite, possibilita uma manipulação do inconsciente das pessoas, alterando seus padrões de perspectivas, seus gostos e desejos, insinuando que os produtos e serviços que essas empresas oferecem são um meio das pessoas se inserirem na modernidade, atrelando essa idéia à noção de desenvolvimento.

Segundo Clarke (1996), essa manobra funciona como um controle social das atitudes e expectativas das pessoas e permite a venda dos mesmos produtos em todos os lugares do mundo. Os países em desenvolvimento, como é caso do Brasil, constituem um cenário bastante atraente para as empresas multinacionais. A presença dessas organizações tornou-se mais intensa a partir dos anos 1980.

Para o autor, acima citado, o que abriu o caminho para que as multinacionais penetrassem em países do Terceiro Mundo foi a atuação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional - FMI. Na década de 1980 os países endividados precisavam recorrer ao Banco Mundial e ao FMI para negociarem suas dívidas externas. Em contrapartida, essas instituições exigiam que aqueles mesmos países implementassem uma série de programas de ajustes estruturais, orientados por elas, a fim de promoverem mudanças econômicas que, supostamente,

favoreceriam à resolução dos problemas sociais desses países subdesenvolvidos. Esses programas de ajustes tinham a finalidade de canalizar os recursos dos referidos países, como pagamento das dívidas e promover a abertura das economias nacionais às empresas multinacionais.

Sem outras opções, muitos países passaram a seguir os ditames dessas instituições, o que acabou por colocá-los numa situação de submissão aos interesses do sistema capitalista. Clarke (1996) chama esse processo de recolonização. As mudanças que os programas de ajuste estrutural provocaram nos países periféricos diziam respeito à desregulamentação dos mais variados tipos (comercial, financeira, etc.), daí então, as privatizações, as desvalorizações, os cortes nos gastos sociais, o aumento da exportação de recursos naturais e produtos agrícolas, e a remoção das restrições aos investimentos estrangeiros.

Uma vez instaladas, as multinacionais passaram a utilizar as mais variadas estratégias, com a finalidade de atingir seus interesses. Essas estratégias vão da criação de mecanismos de marketing, para confundir-se com a identidade nacional, até as alianças com outras empresas, subsídios para pesquisas, etc.

2.1.3 O Brasil na Lógica da Globalização

O papel e a atuação das empresas multinacionais, tal qual se apresentam - e essa é a realidade no Brasil - não seria possível sem a conivência do Estado. O papel desenvolvido pelo Governo não corresponde mais ao de antes. A função do Estado agora é a de ser um facilitador do processo de inserção da economia nacional no panorama internacional, através da prática de políticas setoriais e da abertura econômica para os atores que comandam a globalização. Assim, o poder público passa a ser subordinado aos interesses desses atores, trabalhando no sentido de promover toda uma série de elementos necessários, como uma infra-estrutura que permita a

utilização da tecnologia da informação para que as multinacionais se instalem no País. Esse comportamento cria um discurso oficial que coloca a vinda dessas empresas como indispensável para o crescimento econômico, através da oferta de emprego, da distribuição de renda e do alcance da modernidade (SANTOS, M., 2001).

Clarke (1996) sinaliza que está acontecendo uma mudança de poder, saindo das mãos do Estado e passando para as mãos das transnacionais e dos bancos. Já para Santos, M. (2001), trata-se de uma situação de negação política, haja vista o fato de que a política deve cuidar de um conjunto de realidades e de um conjunto de relações, o que não acontece na prática. Para esse autor, a sociedade não tem quem lhe valha, pois o Estado não é solidário e as empresas transnacionais não são altruístas, e, até as organizações do terceiro setor privilegiam apenas uma parcela da sociedade, eleita como beneficiária em detrimento da maior parte.

Para Tavares (1999) a subordinação do Estado aos interesses mercantis significa a repressão dos interesses populares, causando atraso nas relações de representação política e nos direitos de cidadania.

Os efeitos do processo de globalização também foram sentidos em outros aspectos além do político. Para Araújo (2000) a ausência de políticas de desenvolvimento regional e o enfoque em políticas setoriais do Governo Federal ao longo da década de 1990, e agora no início dos anos 2000, criaram uma guerra fiscal entre os estados da Federação e os municípios que buscam consolidar alguns focos de dinamismo em suas regiões. Esse movimento caracteriza uma completa falta de planejamento econômico regional e espacial do País. Essa guerra fiscal promove o surgimento de espaços competitivos e outros não competitivos que na verdade rebatem-se sobre as regiões. Santos, M. (2001) explica em sua obra que as regiões assumem ritmos diferentes de evolução; e Araújo (2000) completa afirmando que isso acaba por ampliar a

histórica desigualdade regional do País, a medida em que os espaços não competitivos ficam à margem do processo.

O território fica à mercê dos interesses das empresas com permissão do Estado. Isso causa uma rápida valorização e desvalorização das áreas que ficam expostas à lógica da competitividade. Conforme Santos, M. (2001), o território passa a atender às necessidades e usos do Estado e das empresas.

A política setorial praticada pelo Governo Federal favoreceu o crescimento de atividades, como o turismo, a qual interessa, basicamente, por dois motivos: a) pela movimentação econômica que proporciona; e b) pela possibilidade de dinamizar espaços tidos como não-competitivos. Sob essa ótica, a região Nordeste passou a ser alvo do setor turístico com o aval do Governo Federal. Porém, isso não significa que exista uma política regional para a área como aconteceu no período do Governo de Juscelino Kubitschek, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O que realmente existe é uma adequação da região, pelo clima, cultura e geografia da mesma, o que a torna interessante para as empresas multinacionais do *trade* turístico como, por exemplo, as redes hoteleiras internacionais³³ e as companhias aéreas.

No campo econômico, as conseqüências para países como o Brasil são: uma produção de bens sem relação com as necessidades reais da sociedade e voltadas para a demanda externa e da elite detentora da maior parte da renda nacional; exportações e importações prejudiciais à economia nacional, pois no caso das exportações o resultado é uma maior concentração de renda em mãos daqueles que possuem os meios de produção, como a terra e a tecnologia de ponta; endividamento crescente; subutilização da força de trabalho; exploração de recursos humanos e

³³ Na Bahia tem-se a Accor (francesa), Marriot (americana), Club Med (francês), Pestana (português) e SuperClub (jamaicano) (AQUINO, 2002).

materiais; aumento nos gastos para promover atividades que sustentam o crescimento econômico como: infra-estrutura para disseminação do uso de tecnologia da informação e infra-estrutura de transportes, aeroportos e rodovias, para facilitar o acesso aos destinos turísticos; agravamento do desemprego fruto da flexibilização das relações de trabalho (SANTOS, M., 1997). Entretanto, Grieco (1998) expressa a idéia de que a globalização na economia significou uma normatização seletiva de investimentos.

Mas, além de instalarem bases produtivas, as empresas estão, cada vez mais, concentrando seus esforços de venda nos países subdesenvolvidos. Devido à precariedade das leis e da fiscalização, são colocados no mercado produtos de baixa qualidade, que apresentam substâncias prejudiciais ao homem e que, há muito, foram proibidos na Europa, Estados Unidos e Japão. São exemplos, as drogas farmacêuticas, contraceptivos, cigarros de alto teor de nicotina, pesticidas e produtos alimentícios suspeitos de contaminação radioativa, como o leite de Chernobyl. Esse último foi consumido largamente pela população brasileira, em meados da década de 1980.

No Brasil, além dos problemas citados anteriormente, merecem destaque a exploração predatória das florestas, a intensificação da exportação de recursos naturais e de energia barata para o exterior e os incêndios florestais decorrentes de atividades pecuaristas (ACSELRAD, 2001). Apesar das empresas transnacionais, a serviço do consumismo, serem as grandes vilãs na degradação do meio ambiente, não se pode esquecer que a destruição, também, é causada pelos próprios habitantes dos lugares, pois segundo Castells (1999), a pobreza e a exclusão também causam danos ao meio ambiente³⁴.

³⁴ Isso não significa que os ricos não poluem, pois o consumismo exacerbado é responsável por boa parte da destruição dos recursos do planeta.

As mudanças acarretadas pela opção por políticas neoliberais que permitissem ao País integrar-se com maior intensidade na dinâmica da globalização geraram efeitos significativos, alguns já descritos e outros que serão abordados adiante. Porém, o aspecto que merece maior destaque para que se possa refletir sobre o caminho escolhido, diz respeito às questões de cunho social.

A obra de Wanderley (2001) conclui que está em curso uma nova manifestação da questão social, que é o problema da exclusão³⁵. Isso porque a autora considera que a pobreza já é um problema antigo do Brasil, não constituindo uma novidade. Idéia essa já expressa, anteriormente por Darcy Ribeiro (1995)³⁶.

Segundo Pedrão (2003), a legitimação de uma sociedade só é possível mediante o reconhecimento de todo o corpo social. O que aconteceu no Brasil foi o abandono de parte do corpo social ao longo da história do País, desde o período da escravidão, após a abolição e durante o projeto de modernização da República³⁷. A manutenção de parte da população à margem do processo econômico da exportação fazia parte da lógica da economia exportadora tradicional.

³⁵ “O conceito de exclusão é por natureza ambíguo e não pode ser analisado de forma monolítica, deve ser analisado sob o ponto de vista dos aspectos que compõem a questão da coesão social com dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Trata-se de um processo dialético que só existe em relação à inclusão e como parte constitutiva dela” (SAWAIA, 2001 a, p. 9).

³⁶ Recorrendo-se a Ribeiro (1995, p. 212) pode-se encontrar a explicação para a afirmação de que a pobreza é uma constante na trajetória nacional. Segundo esse autor, a sociedade brasileira foi estruturada de forma contrária aos interesses da população, composta em sua maioria por uma massa de trabalhadores explorados, em favorecimento de uma minoria formada pela elite e pelos interesses estrangeiros. Para o autor, essa característica decorre, dentre outros motivos, da “racionalidade resultante de sua montagem como negócio...[que] fez do Brasil menos uma sociedade do que uma feitoria... voltada para atender as solicitações exógenas”. E acrescenta afirmando que não houve um conceito de nação no que diz respeito à garantia dos direitos elementares de um povo como o de “trabalhar, nutrir-se, vestir-se e morar” (RIBEIRO, 1995, p. 447).

³⁷ Exemplos de abandono de parte do corpo social, ao qual se refere Pedrão, podem ser identificados ao longo da história nacional em momentos como: o período pós-escravidão, quando foi dado aos negros o direito à liberdade sem lhes garantir um modo de vida digno dentro da sociedade. Outro momento foi no intervalo entre 1940 e 1980, período em que o Brasil viveu um intenso processo de êxodo rural quando grande parte da população rural migrou para as cidades em busca de emprego e de melhores condições de vida, situação que não atingiu a todos, e produziu um excedente populacional que passou a viver em situação de penúria (RIBEIRO, 1995, p 194).

A pobreza no Brasil não é resultante da escassez de recursos ou de catástrofes naturais ou guerras, é antes o resultado da forma como o cenário político tratou a questão social e dos processos históricos concentradores de capital, terra e meios de produção como a tecnologia³⁸.

Apesar da situação de privação ser uma constante na vida da maior parte da população brasileira, é verdade que os índices, geralmente utilizados para indicar as condições sociais como: educação, saúde, acesso a abastecimento de água e esgotamento sanitário, mortalidade infantil, expectativa de vida, etc., apontam para a existência de melhoria, no País, dos níveis de vida, principalmente a partir dos anos 1970; o mesmo aconteceu com a região Nordeste, e pode-se dizer que com a Bahia também³⁹. Entretanto, o número de pobres na Bahia encontra-se em torno de 58,8 % (Fundação Getúlio Vargas apud BAPTISTA, 2003). Agrega-se a dificuldade de se poder confiar nas estatísticas, devido a deficiências nos processos e nos métodos de mensuração, e do entendimento confuso que se tem a respeito da questão, indicando que o problema da pobreza pode ser mais grave do que se imagina.

A respeito desse problema, Pedrão (2003)⁴⁰ diz que o Estado da Bahia além de apresentar uma pobreza “ancestral” relacionada à formação socioeconômica nacional, ao processo de

³⁸ A respeito dos processos concentradores, abordados por Guimarães (2003), merecem destaque, por sustentarem uma estrutura concentradora de riquezas, os seguintes pontos: a) o modelo econômico que favoreceu os ganhos do capital em detrimento dos rendimentos do trabalho; b) a venda de empresas estatais para grupos privados através de medidas facilitadoras como financiamentos, taxas de juros baixas, etc; c) financiamento dos setores produtivos com juros subsidiados e preferencialmente para grandes empresas; d) ausência de uma reforma agrária significativa; e) agravamento da estrutura agrária devido à maior penetração do grande capital no campo, transformando o grande latifúndio improdutivo em empresa capitalista em detrimento das pequenas e médias empresas. Todos esses processos favoreceram a concentração da renda, da terra e, conseqüentemente, da tecnologia, e são os causadores, junto com o descaso político pela questão social, da pobreza presente em toda a trajetória da história nacional.

³⁹ De acordo com o Censo de 2000, no quesito educação houve um crescimento de 20% para 98% no número de indivíduos com mais de 10 anos de estudo entre 1991 e 2000 no Estado da Bahia (SEI apud BAPTISTA, 2003). Também ocorreu queda da mortalidade infantil de 57,6 para 45,4 para cada 1000 nascidos vivos, o número de domicílios com acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário passou de 33,1% para 71,1% no mesmo período (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio – PNAD apud BAPTISTA, 2003).

⁴⁰ Segundo Pedrão (2003, p. 238) entre 30% a 40% da população encontra-se em estado de pobreza crônica (exclusão) no Estado da Bahia.

industrialização implementado no Estado e à ausência de políticas sociais⁴¹ apresenta, também, um novo tipo de pobreza decorrente das mudanças no processo produtivo, devido à globalização, que causaram o fim do emprego formal e condenaram a população a uma situação crítica. O foco da análise da pobreza não está na mensuração da variação do número dos que são pobres ou muito pobres; e sim no reconhecimento de que o problema está no processo de empobrecimento agravado nas últimas décadas. A pobreza não significa, necessariamente, exclusão econômica e social, mas, certamente, conduzirá, cada vez mais, pessoas para esse caminho, se não for revertido o processo de empobrecimento.

O processo de exclusão social consiste na fratura do corpo social. As conseqüências aparecem sob a forma de violência, contravenção, prostituição, ou ainda, segundo Sen (2001), sob a forma de conformismo e com a ausência de mobilidade e de desejo de mudança, como forma estratégica para sobreviver diante daquilo que se considera impossível. Em contrapartida, Sawaia (2001c) aponta que o corpo social reage, seja rejeitando e escondendo à primeira vista os resultados da exclusão, ou acolhendo-a festivamente, incorporando os aspectos físicos como algo exótico como é o caso da retórica econômica do turismo.

Já Ivo (2003) afirma, em seu trabalho, que a globalização, ao promover mudanças nos papéis desempenhados pelo Estado alterou o tratamento dado à questão social que passou a ser tratada fora do âmbito da institucionalidade da proteção social. A partir da necessidade de diminuir os efeitos negativos impostos pela nova ordem mundial, surge um novo paradigma de política social: o da assistência focalizada. As políticas sociais, aplicadas em países subdesenvolvidos, como o Brasil, caracterizam-se pelo direcionamento das ações através de um

⁴¹ As políticas sociais permaneceram subordinadas às questões econômicas no planejamento governamental até o final da década de 1970 (BAPTISTA, 2003).

processo de diferenciação que classifica os que deverão receber, ou não, os benefícios oferecidos pelo Estado.

Essas políticas apresentam um lado positivo, quando se observa a urgência em sanar as privações materiais ligadas às necessidades biológicas dos seres humanos, que se encontram em situação de pobreza ou daquelas que apresentam limitações de determinada ordem que os impede de garantir a auto-sobrevivência como: os inválidos, os portadores de necessidades especiais, idosos, crianças, etc. Complementando, Demo (1998) esclarece que no primeiro caso, essas políticas devem se constituir em ações passageiras (pois, o objetivo maior deve ser o de garantir as condições de auto-sustentação) e no segundo caso em ações permanentes.

O lado negativo das políticas assistenciais focalizadas reside no fato de que elas não revertem o processo de empobrecimento, a partir do momento em que não promovem a reestruturação do sistema vigente e responsável pela produção da pobreza (PEDRÃO, 2003).

Para Demo (1998), elas apenas ajustam os pobres considerados aptos; ou seja, aqueles que apresentam o mínimo de capacidades funcionais, como conhecimento básico de informática, para serem inseridos no mercado, em detrimento dos inaptos, ao sistema. Pedrão (2003) reforça a mesma idéia do citado autor, quando afirma que essa postura consiste numa forma de injustiça e de preconceito.

Todas as conseqüências descritas constituem um processo capaz de alterar, também, aspectos subjetivos, como é caso da questão da identidade nacional. Para Castells (1999) a identidade é um processo de construção de um significado, fruto da junção dos conjuntos dos atributos culturais e naturais, que caracterizam um grupo de indivíduos, e que só pode ser compreendida considerando-se o seu conteúdo histórico.

O processo de construção da identidade está relacionado aos elementos e situações apresentados pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, elementos de caráter reprodutivo e biográfico da memória coletiva, pelas instituições de poder, religiosas e culturais.

A cultura constitui um dos principais elementos da formação da identidade. Segundo Yázigi (1999), cultura é o conjunto de respostas que um grupo social oferece aos desafios do meio. É fruto da escolha, da seleção e da opção de determinadas alternativas, oferecidas pelo próprio meio, em detrimento de outras. A cultura é onipresente e interna nos sujeitos; é a forma de proceder diante de todas as necessidades, e inclui tanto aspectos materiais como não-materiais, “[...] a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade” (MENESES, 1996, p. 89).

Conforme sugere Mendes (2002), a globalização ampliou o leque das alternativas que justificam as diversas identidades. Completando, Castells (1999) trás a consideração de que a influência de um sistema de mídia onipresente e interligado impõe uma cultura de massa homogeneizadora, sobre as culturas populares causando o enfraquecimento da tradição, que caracteriza essas últimas e que lhes confere heterogeneidade.

Segundo Sawaia (2001b), o questionamento da tradição, através de um processo reflexivo pode favorecer a autonomia das escolhas, o que não significa perda de identidade. Entretanto, quando a tradição é enfraquecida e a reflexão impedida⁴², surgem sofrimentos que causam reações defensivas⁴³ contra o processo de globalização ou a alienação e uma crise de identidade.

Ainda sobre essa mesma idéia, Buarque (1994) afirma que a sociedade brasileira vive uma crise de identidade, de insatisfação e de auto-estima. Já para Ribeiro (1995) ao se referir às

⁴² O bombardeio de novos símbolos e controle do inconsciente coletivo promovido pela mídia globalizada impede que o sujeito exerça a reflexão diante daquilo que lhe é apresentado.

⁴³ Segundo Castells (1999), os movimentos radicais reativos à globalização utilizam argumentos como Deus, a nação, a etnia, a família e a região para justificar seus radicalismos.

populações urbanas, aponta para a existência de um processo de deculturação⁴⁴, cuja gravidade o autor compara ao primeiro processo sofrido por índios, negros, e, até mesmo, europeus, durante a colonização.

Após a leitura do subtópico anterior, chega-se à conclusão de que o processo de globalização resume-se apenas a efeitos negativos e desagregadores. É bem verdade que o lado positivo do processo, que ainda está por vir, torna-se mínimo se comparado com o lado negativo. Mas não se pode negá-lo, e deve-se, até mesmo, buscar nesses pontos alternativas para se criarem novas possibilidades.

Silva (2000) destaca como pontos positivos: a) a superação das restrições de tempo e de espaço gerada a partir da integração das informações; b) a difusão de tecnologias, que ajudaram a solucionar problemas de várias áreas ligadas à vida humana; c) a integração competitiva dos mercados que ampliou o leque de escolhas e a diminuição de preços, beneficiando os consumidores; d) a valorização das instâncias regionais e locais.

Em relação a esse último ponto, algumas regiões do País encontraram no turismo uma forma de se inserirem na economia globalizada a partir de exploração dos recursos locais; no caso, os aspectos cênicos do lugar. Entretanto, trata-se de uma atividade complexa, que demanda grande responsabilidade por parte do poder público, pois envolve questões sociais e espaciais que podem tanto favorecer o desenvolvimento como gerar problemas irreversíveis. Portanto, é necessário compreender os aspectos peculiares de sua prática.

⁴⁴ Conforme Ribeiro (1995), depreende-se que o termo significa a extração da cultura [part. Lat. De + cultura].

2.2 Turismo: uma Esperança

2.2.1 A Caminho de uma Matriz Conceitual

Quando se fala de turismo a imagem que ocorre para a maioria das pessoas é aquela atrelada às viagens ligadas ao prazer e aos lugares paradisíacos. Entretanto, as viagens sempre estiveram presentes no curso da história humana, causadas por motivos outros que não o lazer. Viajava-se para realizar transações comerciais, por motivos religiosos, motivações belicosas, para realizar migrações, etc. (THEOBALD, 2001).

O turismo que corresponde à imagem de viagens ligadas principalmente ao lazer é um fenômeno característico do século XX, mais precisamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, e é decorrente do surgimento de uma classe média com maior poder aquisitivo, da existência do tempo livre e do desenvolvimento do sistema de transportes (BOULLÓN, 2002)

Conceituar o turismo não é tarefa fácil, e, segundo estudiosos do assunto como Cooper e outros (2001) e Theobald (2001) esse é um dos grandes entraves para o estudo do tema.

Trata-se de um problema sério, pois com definições precárias torna-se impossível obter uma imagem, mais próxima possível da realidade do fenômeno, especialmente no que diz respeito às estatísticas (THEOBALD, 2001).

Inúmeras são as tentativas de se conceituar o turismo; vão desde abordagens segmentadas como as que são oferecidas pelas disciplinas que compõem o estudo do campo temático, como a economia, a sociologia, a geografia, a administração, a psicologia, a antropologia, o direito,

etc.⁴⁵; às definições técnicas⁴⁶ que visam facilitar a existência de dados estatísticos e que definem os termos mais utilizados na área (ACERENZA, 1991).

Serão aprofundadas neste trabalho as abordagens oferecidas pela sociologia e pela administração, como forma de facilitar o entendimento sobre a temática do turismo.

Acerenza (1991) coloca que é possível identificar basicamente duas correntes teóricas, dentro do campo da sociologia, na abordagem do turismo, que diferem totalmente de ponto de vista: a teoria humanista e a teoria da alienação.

Para os humanistas⁴⁷ o turismo é visto como um fator positivo capaz de promover o encontro e facilitar a comunicação entre os povos, contribuindo favoravelmente para a paz internacional. Proporciona benefícios culturais, tanto para as áreas emissoras como para as receptoras, pois incentiva a tolerância através do conhecimento e da compreensão mútua entre os indivíduos. Já para os estudiosos que seguem a teoria da alienação⁴⁸ o turismo é uma indústria, fruto do sistema capitalista, que manipula as pessoas, alienadas pelo próprio sistema, e que gera conseqüências danosas para o meio ambiente e para as comunidades receptoras como destruição de costumes, prostituição, uso de drogas, etc.. Tanto a corrente humanista como a corrente da teoria da alienação são apenas interpretações particulares do fenômeno, não podendo ser generalizadas devido às próprias características de suas definições.

⁴⁵ Para a geografia o turismo se constitui nos deslocamentos das pessoas de um ponto a outro da superfície terrestre. Já para a sociologia o turismo é visto como uma oportunidade para amenizar os efeitos da sociedade de trabalho. Para o direito seria o exercício da liberdade individual de trânsito que as pessoas possuem (ACERENZA, 1991).

⁴⁶ Algumas definições da Organização Mundial de Turismo - OMT: 1) Turismo: inclui as atividades de deslocamento e permanência em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, negócios ou outros propósitos; 2) Turistas: aqueles que permanecem no país visitado, pelo menos, uma noite; 3) Visitantes do dia: aqueles que não pernoitam em um estabelecimento de hospedagem coletivo ou privado no país visitado; 4) Turismo internacional: a) turismo receptivo: visitas a um país, por não residentes, b) turismo emissivo: visitas, por parte de residentes de um país, a um outro; 5) Turismo nacional: turismo interno somado ao turismo emissivo. (OMT apud GOELDNER et al, 2002).

⁴⁷ O autor mais representativo dessa corrente teórica é Krzysztof Przechawsky (ACERENZA, 1991).

⁴⁸ Representam essa corrente os autores: Louis Turner e John Ash, na Europa, e Sérgio Molina, na América Latina (ACERENZA, 1991).

Não se pode negar que a corrente humanista foi mais divulgada e gerou uma imagem positiva do turismo no mundo, responsável por seu grande desenvolvimento, juntamente com a divulgação das benéficas econômicas da atividade. Porém, mais do que optar por uma ou outra teoria, é preciso fazer uma análise imparcial, sem comportamentos emotivos, que proporcione uma visão com base na realidade apresentada. Como o objeto de estudo deste trabalho é o papel do turismo no processo de desenvolvimento no Município do Conde (Bahia), o tema será abordado sob a perspectiva do planejamento da atividade no Estado e suas conseqüências. Para tanto, os estudos do turismo fornecidos pela administração serão de grande contribuição para a compreensão de como a atividade está estruturada.

2.2.2 A Amplitude do Campo de Atuação

Uma das dificuldades de se analisar o turismo reside no fato de que é difícil estabelecer seus limites. Segundo Beni (2003), a atividade surgiu em decorrência do fenômeno prévio das viagens. A rede de relações que se deu ao redor dessas viagens originou o que se entende como a atividade do turismo (BOULLÓN, 2002). Já, de acordo com Cooper e outros (2001), essas relações são fruto da interação entre indivíduos, empresas, organizações e lugares e envolvem tudo que esteja relacionado a uma experiência de viagem, daí a amplitude do limite que envolve o turismo. Com o intuito de resumir as relações que compõem o sistema de turismo estudiosos elaboraram esquemas que visam facilitar o entendimento da atividade (FIGURAS 1 e 2, p. 52; p. 53). Tanto no modelo de Beni como no modelo de Leiper, percebe-se que o turismo é entendido sob a ótica da Teoria Geral dos Sistemas⁴⁹, que afirma que um sistema é formado por subsistemas que interagem entre si, criando relações de causa e efeito, que não podem ser

⁴⁹ Teoria que pertence ao campo da administração e foi desenvolvida por Ludwing von Bertalanffy.

separados, e que, somente juntos, constituem sentido, formando um todo que é mais do que a soma das partes. Segundo Beni (2003), o sistema do turismo, que ele denomina de Sistur, é o resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos.

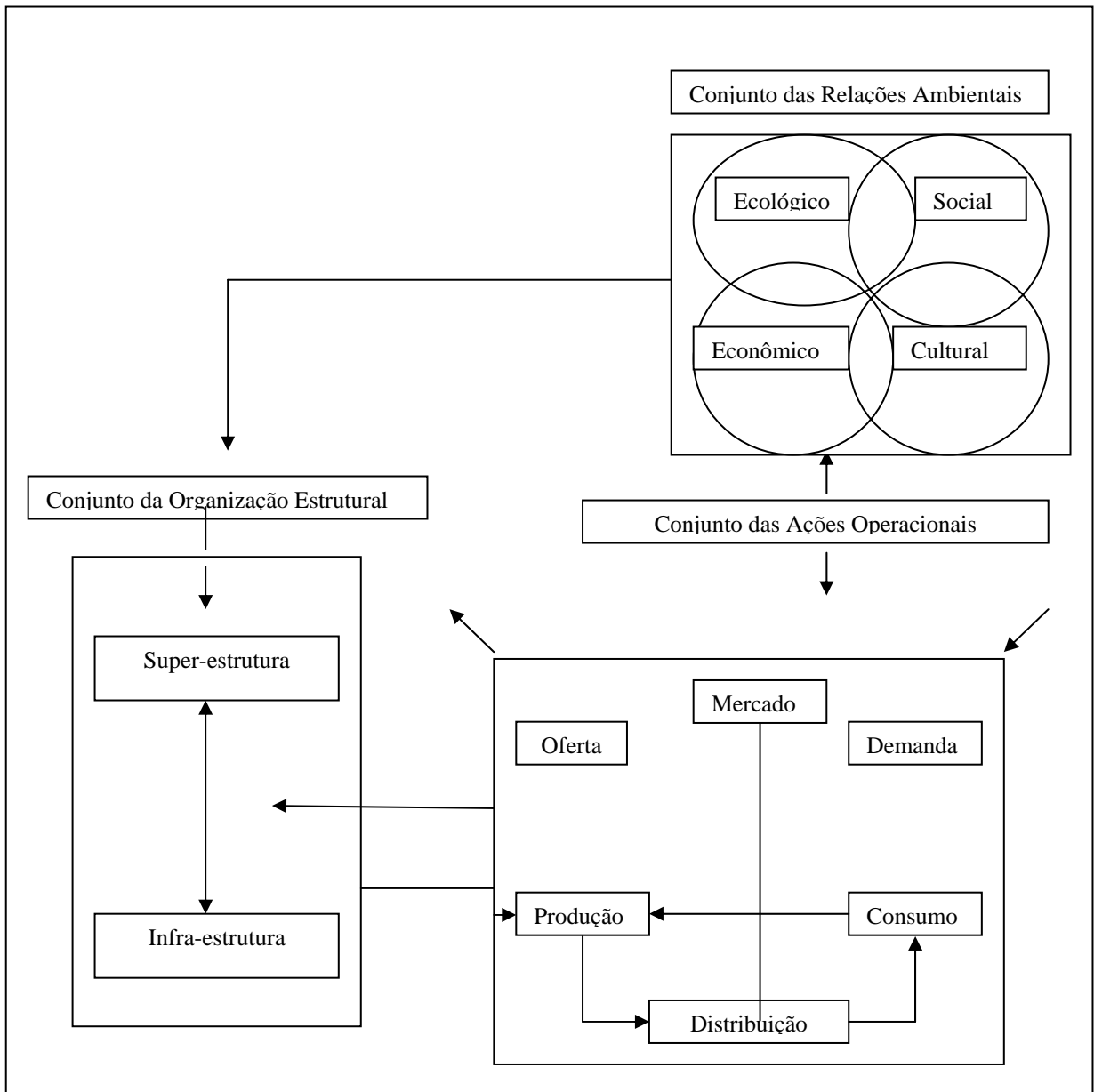


FIGURA 1 - Sistema de Turismo - Sistur - Modelo Mário Beni

Fonte: BENI (2003, p. 48).

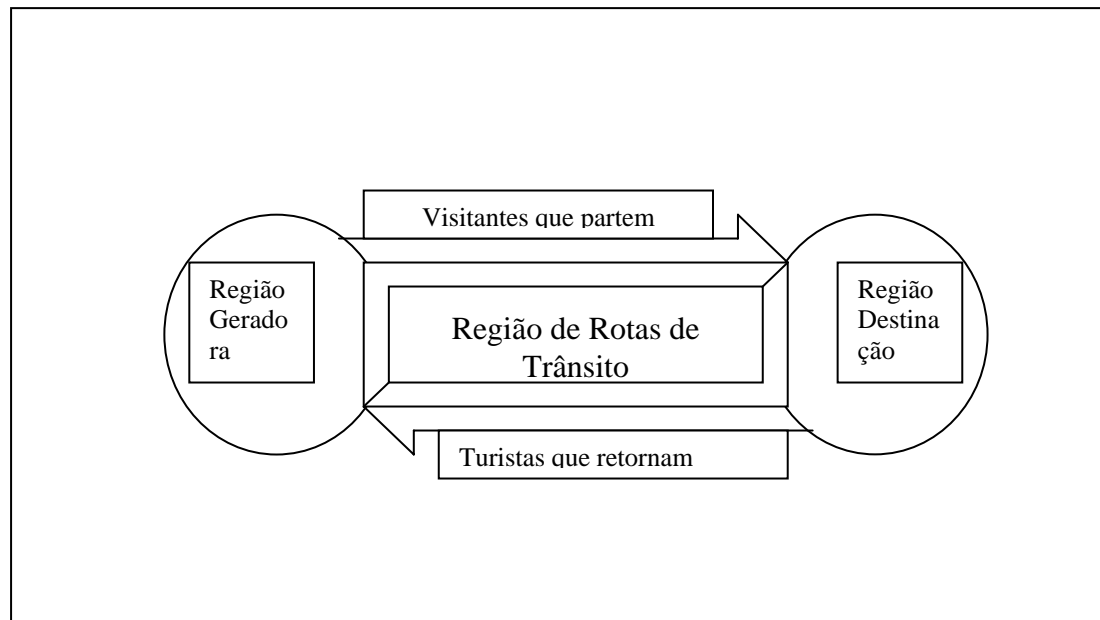


FIGURA 2 - Sistema de Turismo - Modelo Leiper

Fonte: PETROCCHI (2001, p. 23).

Uma característica importante do sistema de turismo é que ele é um sistema aberto. Isto significa que está em constante interação com o meio ambiente influenciando-o e sendo por ele influenciado. Ao mesmo tempo em que é uma variável independente, é também, uma variável dependente do ambiente onde está inserido. Daí, seu comportamento ser mais probabilístico do que determinístico⁵⁰. “Os sistemas sociais são afetados por mudanças, em seus ambientes internos, decorrentes de variáveis externas que são desconhecidas e incontroláveis” (CHIAVENATO, 1993, p. 759).

Apesar do turismo ser classificado como um sistema aberto, a maioria dos estudos sinaliza que é possível planejar essa atividade de forma a conduzir o seu desenvolvimento, otimizando

⁵⁰ Essa característica influencia sobremaneira o modo como se planeja a atividade, pois o número de variáveis incontroláveis que exercem influência no sistema como a política, a economia e fatores climáticos, dificultam o controle das etapas e podem interferir no resultado almejado.

seus resultados e minimizando seus efeitos negativos, como forma de promover o desenvolvimento de regiões (FIGURAS 3, 4 e 5, p. 55; p. 56; p. 57).

Conforme Hall (2001, p. 46), “o planejamento turístico evoluiu ao longo do tempo e é possível identificar cinco tendências que influenciaram, e ainda influenciam, os modelos de planejamento turístico no mundo” (QUADRO 1, p. 58)

É importante observar que em todas elas o planejamento é orientado no sentido de cima para baixo⁵¹ com etapas pré-definidas, que seguem uma ordem e que são, supostamente, controláveis. Para Escobar (2000, p. 211), tal característica se justifica porque, [...] “de um modo geral, o conceito de planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser dirigidas, ou até produzidas quando desejadas”. Segundo o esse autor, as propostas de planejamento tentam “[...] redefinir a vida social e econômica segundo critérios de racionalidade, eficiência e moralidade”.

A administração do sistema de turismo no Brasil está a cargo do Estado que, através do Ministério do Turismo - Mtur e da Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, coordenam as ações ligadas à atividade. Porém, antes da existência desse órgão, o turismo passou por várias fases, até ser reconhecido como uma atividade relevante. Portanto, no próximo capítulo será feita uma retrospectiva do desenvolvimento e do planejamento do País, para que se possa compreender a realidade nacional.

⁵¹ No planejamento orientado de cima para baixo as decisões tomadas e os planos elaborados partem de sujeitos externos como órgãos públicos ou *experts* em determinado assunto. A população participa de um processo que estabelece soluções previamente, diferentemente da situação na qual a população inicia espontaneamente um processo como forma de solucionar seus problemas, planejamento orientado no sentido baixo para cima (THE HUGER PROJECT SOUTH ASIA, 2003, p. 3). Disponível em: <http://www.thp.org/sac/unit3/textonly.htm>. Acesso em: 18/08/2003.

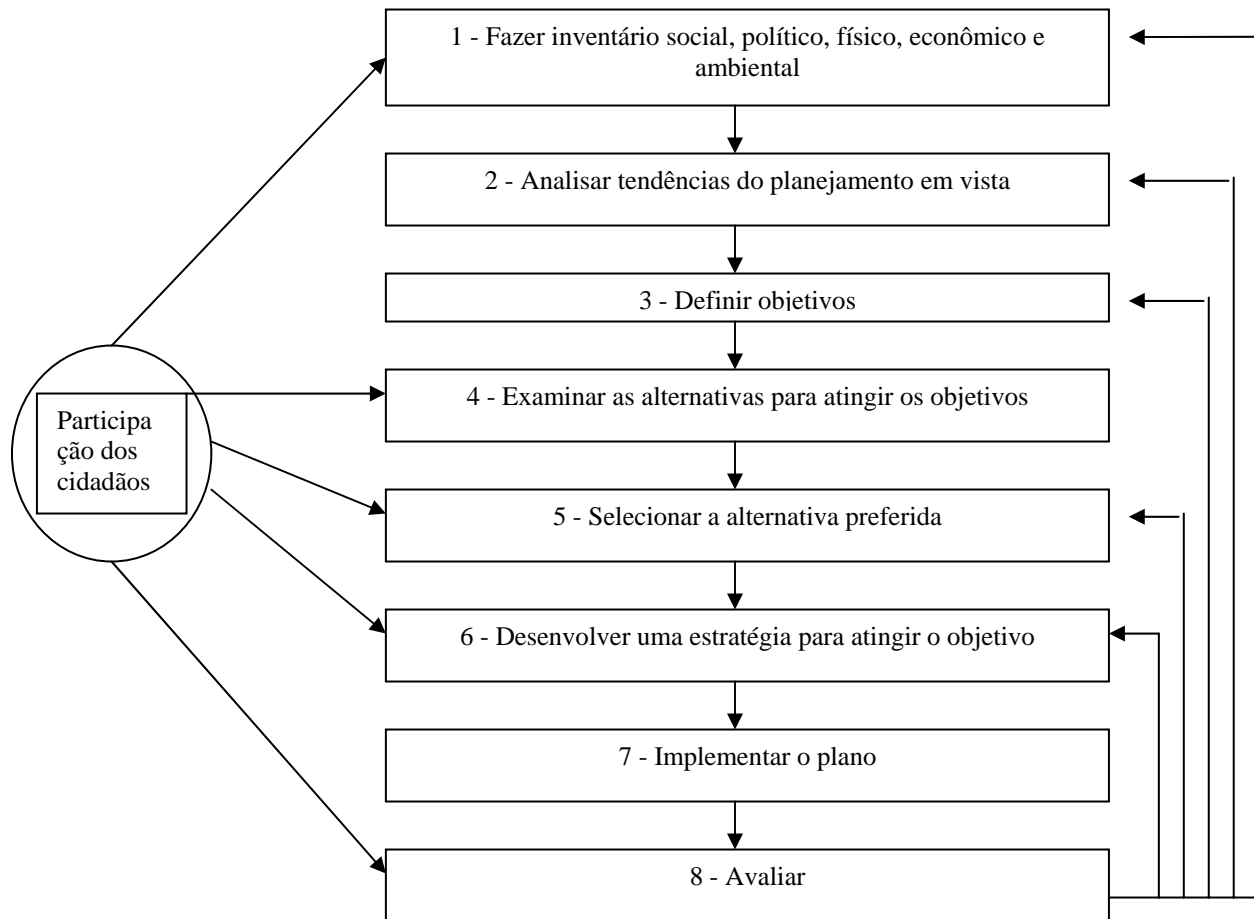


FIGURA 3 - Planejamento turístico - Modelo Norte-Americano

Fonte: PETROCCHI (2001, p. 83).

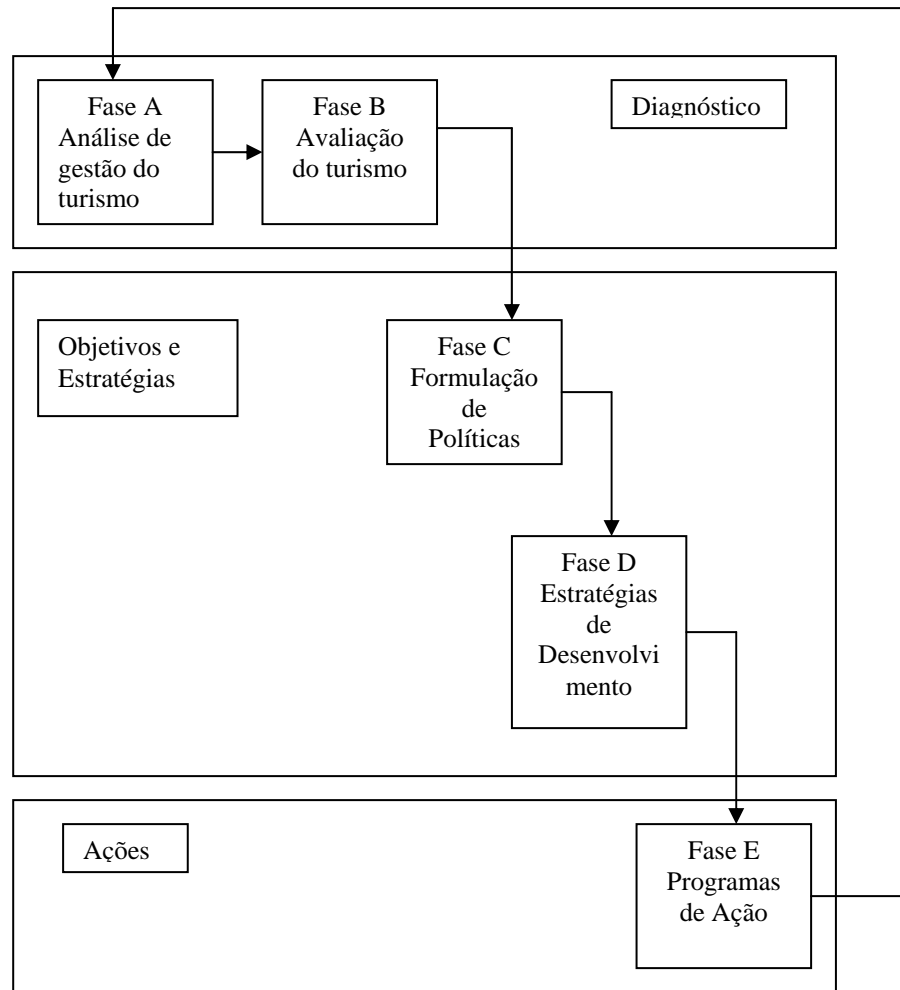


FIGURA 4 - Planejamento turístico - Modelo Miguel Acerenza

Fonte: PETROCCHI (2001, p. 84).

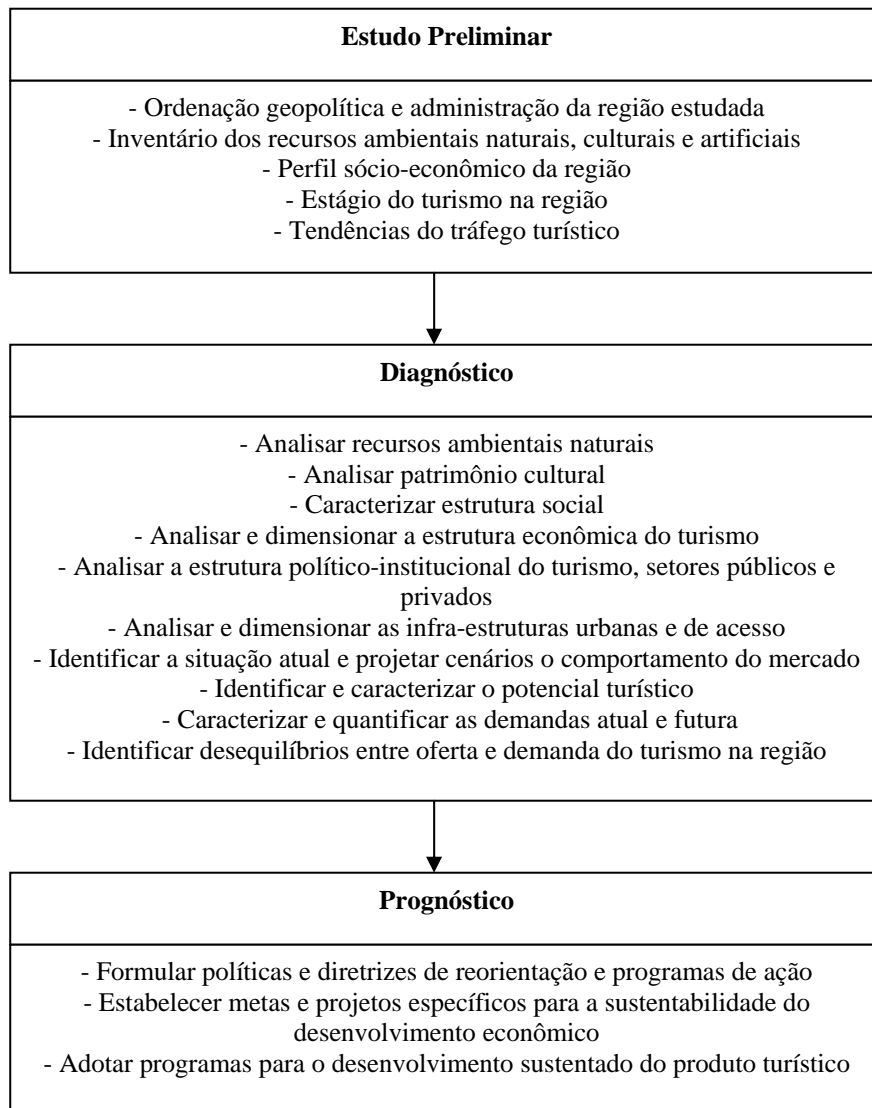


FIGURA 5 - Planejamento turístico - Modelo Mário Beni

Fonte: PETROCCHI (2001, p. 86).

QUADRO 1 - Métodos de planejamento turístico

Tradição de planejamento	Hipóteses fundamentais e atitudes relacionadas	Definição do problema do planejamento turístico	Alguns exemplos de métodos relacionados	Alguns exemplos de modelos relacionados
Fomento	<ul style="list-style-type: none"> - turismo é inerentemente bom - turismo deve ser desenvolvido - recursos naturais e culturais devem ser explorados - o setor como especialista - desenvolvimento definido em termos de empresa 	<ul style="list-style-type: none"> - quantos turistas podem ser atraídos e alojados? - como superar obstáculos? - convencer residentes a serem agradáveis com turistas 	<ul style="list-style-type: none"> - divulgação - relações públicas - propaganda - metas de crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> - modelos de previsão de demanda
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - turismo igual a outros setores - usar turismo para gerar emprego, captar divisas e melhorar relações comerciais, estimular o desenvolvimento regional, superar disparidades econômicas regionais - planejar como especialista - desenvolvimento definido em termos econômicos 	<ul style="list-style-type: none"> - o turismo pode ser usado como pólo de crescimento? - maximização de renda e multiplicadores de emprego - influenciando a escolha do consumidor - proporcionando valores econômicos para externalidades - proporcionando valores econômicos para propósitos de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> - análise de oferta-procura - análise de custo-benefício - adequando o produto ao mercado - desenvolvimento de incentivos - segmentação de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> - processos de gerenciamento - planos mestres de turismo - motivação - impacto econômico - multiplicadores econômicos - determinação de preços hedonista
Físico-espacial	<ul style="list-style-type: none"> - turismo como usuário de recursos - base ecológica para desenvolvimento - turismo como fenômeno espacial e regional 	<ul style="list-style-type: none"> - capacidade de saturação física - manipulando padrões de viagem e fluxos de visitantes - administração de visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> - estudos ecológicos - avaliação de impacto ambiental - planejamento regional 	<ul style="list-style-type: none"> - padrões e processos espaciais - impactos físicos - morfologia do <i>resort</i>

QUADRO 1 - Métodos de planejamento turístico (continuação)

Tradição de planejamento	Hipóteses fundamentais e atitudes relacionadas	Definição do problema do planejamento turístico	Alguns exemplos de métodos relacionados	Alguns exemplos de modelos relacionados
	- conservação ambiental	- concentração ou dispersão de visitantes	- estudos perceptuais	- limites aceitáveis de mudança
	- desenvolvimento definido em termos ambientais	- percepção do ambiente natural		- espectro de oportunidade turística
	- preservação da diversidade genérica	- gerenciamento da selva e parques nacionais		- ciclos de vida dos destinos
Comunidade	- necessidade de controle local	- como promover o controle da comunidade?	- desenvolvimento da comunidade	- visão ecológica da comunidade
	- busca de desenvolvimento equilibrado	- compreendendo atitudes da comunidade em relação ao turismo	- conscientização e educação	- capacidade de saturação social/perceptual
	- busca de alternativas ao desenvolvimento do turismo de massa	- compreendendo os impactos do turismo sobre a comunidade	- pesquisas atitudinais	- mudança atitudinal
	- planejador como facilitador em vez de especialista	- impacto social	- avaliação de impacto social	- multiplicador social
	- desenvolvimento definido em termos socioculturais			
Sustentável	- integração de valores econômicos, ambientais e socioculturais	- compreendendo o sistema turístico	- planejamento estratégico para substituir métodos convencionais	- modelos de sistemas
	- planejamento turístico integrado com outros processos de planejamento	- estabelecendo metas, objetivos e prioridades	- elevar a conscientização do produtor	- modelos integrados focados em locais e ligações e relacionamento entre locais
	- planejamento holístico	- obtendo coordenação política e administrativa nos setores público e privado e entre eles	- elevar a conscientização do consumidor	- recursos segundo formação cultural
	- preservação de processos ecológicos essenciais	- sistemas de controle cooperativos e integrados	- elevar a conscientização da comunidade	- percepção ambiental
	- proteção da herança humana e da biodiversidade	- compreendendo as dimensões políticas do turismo	- opinião das partes interessadas	- ecologia empresarial
	- equidade inter e intrageracional	- planejando para o turismo de modo que atenda às necessidades locais e atue com êxito num mercado competitivo	- análise política	- organizações de aprendizado
Tradição de planejamento	Hipóteses fundamentais e atitudes relacionadas	Definição do problema do planejamento turístico	Alguns exemplos de métodos relacionados	Alguns exemplos de modelos relacionados

QUADRO 1 - Métodos de planejamento turístico (continuação)

Tradição de planejamento	Hipóteses fundamentais e atitudes relacionadas	Definição do problema do planejamento turístico	Alguns exemplos de métodos relacionados	Alguns exemplos de modelos relacionados
	<ul style="list-style-type: none"> - obtenção de melhor equilíbrio e justiça e oportunidades entre nações - planejamento e política como argumento - planejamento como processo - planejamento e implementação simultâneos 		<ul style="list-style-type: none"> - pesquisa e avaliação - economia política - análise de aspirações - auditoria das partes interessadas - análise e auditoria ambiental - interpretação 	

Fonte: HALL (2001, p. 44-46).

3 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Mantega (1987) traduz as opções dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento no século XX e, conforme ele, os países que não optaram pela revolução socialista seguiram a corrente keynesiana, que acreditava que a intervenção estatal era necessária, mas não deveria impedir totalmente o mercado.

A corrente estruturalista-keynesiana foi a que prevaleceu nos países latinos, dentre eles o Brasil. Era uma forma de entender o subdesenvolvimento daqueles países, a partir de uma perspectiva própria e que questionava a interpretação produzida no Terceiro Mundo. Um dos aspectos centrais do estruturalismo era combater a ideologia do benefício mútuo⁵², nas relações econômicas internacionais, e analisar uma forma de inserção das economias latinas no panorama internacional.

Os principais estudiosos dessa corrente, segundo Bustelo (1998), foram Raul Prebisch, Celso Furtado, Juan Noyola, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Juan Medina Echevarría, dentre outros. As idéias desenvolvimentistas geradas pelo estruturalismo foram levadas a cabo através da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL. O trabalho da Cepal refletia a insatisfação em relação à teoria econômica ortodoxa, ao abordar o desenvolvimento em países do Terceiro Mundo, e acreditava que uma política econômica para o desenvolvimento da América Latina teria que levar em consideração as questões histórico-estruturais dos países.

Ainda com base em Bustelo (1998), as principais contribuições da Cepal foram: a elaboração do modelo centro-periferia; a interpretação do processo de industrialização latino-

⁵² Segundo a ideologia do benefício mútuo, os países se especializariam produzindo artigos diferentes, mas complementares. Assim, países industrializados compravam matérias-primas dos países pobres e estes compravam os produtos manufaturados, uma clara desvantagem para os países agro-exportadores, pois o preço que pagavam pelos produtos industrializados era maior do que o que recebiam pelas matérias-primas exportadas.

americano; a elaboração de recomendações para políticas de desenvolvimento; a análise dos obstáculos à industrialização e da relação de intercâmbio comercial internacional.

Os países da América Latina caracterizavam-se por apresentar economias de exportação de produtos primários para os Estados Unidos e para a Europa. Com o advento das duas guerras mundiais, os países compradores sofreram abalos em suas economias, que refletiram, significativamente, nas economias dos países periféricos latino-americanos, os quais se viram sem ter como importar os bens de capital de que necessitavam. A saída foi buscar a industrialização como substituição de bens importados. Tal caminho seria alcançado através de uma aplicação criteriosa⁵³ dos recursos disponíveis. Acreditava-se que crescer para dentro, através da industrialização era o principal meio de atingir o desenvolvimento (BRASIL, 2000).

Os países passaram a direcionar seus esforços para construir um setor industrial capaz de suprir as necessidades de importação de produtos dos países centrais, principalmente os bens de consumo. A industrialização provocaria uma mudança estrutural ao acabar com o desequilíbrio decorrente do benefício mútuo das relações internacionais.

Porém, para a corrente estruturalista a industrialização só seria possível, num longo prazo, se houvesse uma intervenção por parte do Estado, a fim de garantir as bases necessárias para que tal processo se firmasse.

Segundo Bustelo (1998), os motivos para a industrialização foram: a desvantagem da relação de intercâmbio comercial; diminuição da vulnerabilidade externa em relação aos países exportadores; a geração de postos de trabalho; maior produtividade; maiores salários e, conseqüentemente, o aumento da demanda interna.

Assim, o Brasil iniciou um processo de industrialização que alterou definitivamente seu perfil econômico.

⁵³ Planejamento comandado pelo Estado

3.1 O Desenvolvimentismo no Brasil (1950 - 1985)

O Brasil caracterizava-se por ser um país agrário-exportador e que tinha sua economia voltada para o exterior, desde o início de sua colonização (NASSER, 2000).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as exportações brasileiras sofreram consideráveis quedas, devido à situação em que se encontravam os países compradores, que, recém saídos da Guerra, voltaram seus esforços para a reconstrução e reposição das perdas ocorridas durante o conflito.

A posição de economia agrário-exportadora colocava o Brasil numa situação de dupla dependência em relação aos países centrais. Além da dependência ligada à exportação de matéria-prima, também, havia a dependência ligada à importação dos produtos industrializados desses países.

Com a economia em situação crítica no panorama internacional, a instabilidade interna foi inevitável. Tanto as elites como as camadas populares estavam insatisfeitas com o quadro econômico do País, e o Presidente Getúlio Vargas (1950-1954 – segundo mandato) foi forçado a tomar decisões que amenizassem a situação.

A orientação fornecida pela Cepal como saída para o problema era a de promover a industrialização, a reforma agrária e o desenvolvimento do mercado interno (SPINOLA, N., 2003). Para a referida Comissão o desenvolvimento da economia levaria ao desenvolvimento social.

O Governo Federal, então, estabeleceu uma política de cunho populista, que, segundo Mantega (1987), era um disfarce para acalmar a população e persuadi-la a apoiar o processo de

desenvolvimento nacional, que seria gerado a partir da industrialização, e ao mesmo tempo, tentava se conciliar com os interesses das elites oligárquica e industrial.

Para Spinola, N. (2003), as idéias da Cepal de promover o desenvolvimento nacional, junto à política populista praticada pelo Governo, reforçaram a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, que passou a dominar a economia brasileira. Essa ideologia do desenvolvimento, através da industrialização, ficou tão enraizada no cenário político-econômico nacional, que se fez presente até 1990, no início do governo Fernando Collor de Melo.

O desenvolvimentismo caracterizou-se, então, como uma espécie de ideologia que pregava a superação do subdesenvolvimento, através da industrialização planejada, orientada e determinada pelo Estado.

O planejamento centralizado no Estado⁵⁴ foi a ferramenta utilizada pela política econômica para a promoção da industrialização. Foram os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e do Grupo Misto BNDE / CEPAL (1953-1955) que influenciaram o surgimento dos primeiros Planos Nacionais de Desenvolvimento, voltados para a promoção do setor industrial. Foram eles: o Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial, do segundo governo Getúlio Vargas (1950-1954); O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e o Plano Trienal de Desenvolvimento, de João Goulart⁵⁵.

O Plano de Reabilitação da Economia e Reparelhamento Industrial, conforme Spinola, N. (2003), caracterizou-se pela intervenção do Estado, no sentido de remover os elementos que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos considerou como obstáculos naturais⁵⁶ ao desenvolvimento. Dessa maneira, esse período caracterizou-se pela implantação de uma infra-

⁵⁴ No planejamento centralizado, o Estado, além de regulamentar a economia, também, participava dela através de empresas estatais, estímulo e orientação de investimentos privados, proteção comercial e controles de câmbio.

⁵⁵ Esse plano não chegou a ser posto em prática por causa do golpe militar de 1964 (SPINOLA, 2003).

⁵⁶ Foram considerados como obstáculos os aspectos ligados à energia elétrica e transportes. Importante salientar que os aspectos sociais e culturais como a educação também foram considerados pela Comissão (SPINOLA, 2003).

estrutura capaz de permitir o futuro funcionamento de indústrias ligadas à produção de bens de consumo e pela intervenção do Governo na economia.

O governo do Presidente Juscelino Kubitschek promoveu a continuidade da aliança populismo-desenvolvimentismo. O *slogan* do seu governo era “50 anos em 5”, o que gerou um clima de confiança no futuro por parte da população (BRASIL, 2000). Dessa maneira, o projeto desenvolvimentista foi levado adiante, porém, com enfoque voltado para a atração das indústrias capazes de impulsionar a economia. Para alcançar tal proposta o Governo aliou-se à iniciativa privada como forma de suprir as deficiências do Estado (SPINOLA, N., 2003).

O Plano de Metas consolidou a ampliação da infra-estrutura econômica e estimulou a entrada no Brasil do capital externo. Segundo Araújo (2000), o capitalismo industrial firmou-se definitivamente no Brasil, e a região Centro-Sul foi a que se destacou no cenário nacional como palco maior do processo de industrialização. As demais regiões, por apresentarem limitações de ordem física, social e cultural, não atraíram significativos investimentos, e o desenvolvimento econômico ficou concentrado apenas em uma área. O desigual desenvolvimento provocou um distanciamento econômico e social entre as regiões, pois enquanto o Sudeste expandia sua economia, o Nordeste era considerado uma das áreas de maior pobreza no mundo.

As pressões econômicas e políticas decorrentes daquela situação de desigualdade regional levaram o Presidente Juscelino Kubitschek a buscar a integração das regiões, consideradas problemas ao processo de desenvolvimento nacional.

Das medidas estatais para a integração nacional merecem destaque as ações voltadas para o Nordeste. No ano de 1956 o Governo criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, cujo objetivo era estudar a questão do atraso econômico da região e apresentar um Plano de Ação para promover o desenvolvimento nordestino.

O diagnóstico feito pelo relatório do GTDN caracterizava o quadro econômico do semi-árido como problemático. A região apresentava o fenômeno climático da seca, que debilitava bastante a produção de alimentos, possuía um excedente populacional que formava uma massa de mão-de-obra barata e desempregada e, ainda, havia o problema da baixa diversidade da produtividade econômica que gerava uma transferência de capital do Nordeste para o Centro-Sul, devido à importação de artigos, tais como equipamentos e produtos semi-elaborados (GTDN, 1959).

A solução oferecida pelo Grupo para a promoção do desenvolvimento estava na diversificação da produção interna, e isso só seria possível mediante a industrialização e as mudanças na organização da agricultura.

Para Spinola, N. (2003), o relatório do GTDN refletia bem as propostas da Cepal e do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek; ou seja, a solução estava na industrialização como promoção do desenvolvimento e no planejamento como ferramenta para alcançar tal propósito.

A criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, também foi uma medida que visava à integração nacional do desenvolvimento. Porém, esse desenvolvimento seria alcançado mediante uma política e um planejamento regional elaborados para a área em questão.

A Sudene foi dirigida por Celso Furtado⁵⁷, durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. A política praticada por esse órgão tinha origem nas idéias da Cepal e nos estudos do GTDN e, acreditava, assim como eles, que a industrialização e a reforma agrária seriam a solução para os problemas da região.

⁵⁷ Economista brasileiro que exerceu grande influência no processo de desenvolvimento nacional, autor de vários livros como Formação Econômica do Brasil, Raízes do Subdesenvolvimento, Brasil: a construção interrompida, Introdução ao Desenvolvimento, Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, dentre outros.

A Sudene não conseguiu, na prática, realizar todas as suas propostas. As barreiras políticas que impediam a reestruturação agrária fizeram com que o órgão concentrasse seus esforços na industrialização. O foco passou a ser a captação de empreendimentos industriais financiados pelo capital, tanto interno, como externo. Ainda segundo Spinola, N. (2003), o processo de industrialização do Nordeste refletiu, também, as pressões políticas sofridas pelo governo Juscelino Kubitschek, fruto da insatisfação dos empresários do Sudeste, o que resultou numa industrialização, influenciada por empresários sulistas. Assim como os planos da Sudene não concretizaram as idéias contidas em seus documentos, o mesmo aconteceu com o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social do governo João Goulart que, em síntese, apresentava as mesmas propostas do documento do GTDN.

Cabe ressaltar que, apesar de não ter implementado a proposta inicial de desenvolvimento para a região, a Sudene desempenhou um significativo papel no desenvolvimento econômico nordestino.

Em 31 de março de 1964 ocorreu o Golpe Militar; o Presidente João Goulart foi destituído e o Estado passou a ser governado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco. O intervalo que vai de 1964 a 1986 correspondeu ao período da Ditadura Militar, e caracterizou-se por apresentar um estilo de administração ainda mais centralizada no Estado.

No que se refere à proposta de desenvolvimento, os planos elaborados no período do Regime Militar deram continuidade ao projeto industrial. Porém ocorreram mudanças na forma como o projeto foi conduzido, com maior ênfase no planejamento centralizado e enfraquecimento do planejamento regional.

Enquanto que no governo do Presidente Juscelino Kubitschek ocorreu um estímulo a esse último, e a prova maior disso foi a criação do GTDN e posteriormente da Sudene. No Regime Militar o planejamento direcionado para áreas específicas, como o Nordeste passou a ser

submetido às diretrizes de um planejamento nacional. O modelo de administração centralizada do novo regime enfraqueceu a atuação da Sudene, limitando-a apenas a promover a integração espacial e econômica do Nordeste no contexto da economia nacional.

Além dos fatores citados anteriormente, outro aspecto que caracterizou o Regime Militar foi o período denominado de “milagre brasileiro” (1968-1973). Tal período caracterizou-se por um crescimento acelerado da economia brasileira (TABELA1), que teve repercussão em todas as regiões, financiado por empréstimos de capital interno e externo (TABELA 2).

TABELA 1 - Taxas de crescimento do produto Interno Bruto no Brasil - 1968-1973

Ano	PIB (%)
1968	9,8
1969	9,5
1970	10,4
1971	11,3
1972	12,1
1973	14,0

Fonte: GREMAUD e et al (2002, p.253)

TABELA 2 - Dívida externa bruta no Brasil - 1968-1973

Ano	Dívida (US\$ milhões)
1968	3.780,0
1969	4.403,3
1970	5.295,0
1971	6.621,6
1972	9.521,0
1973	12.571,5

Fonte: GREMAUD et al (2002, p.196.)

Os planos elaborados e colocados em prática durante a Ditadura Militar apresentavam a mesma tendência de intensificar o crescimento da economia nacional mediante um planejamento comandado fortemente pelo Estado, como forma de resolver, também, as questões sociais. Essas características são encontradas nos planos:

- Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964 – 1966) do governo Humberto de Alencar Castelo Branco;
- Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1967) e o Plano Trienal (1968 – 1970) do governo Arthur da Costa e Silva;
- I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972 – 1974) do governo Emílio Garrastazu Médici;
- II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975 – 1979) do governo Ernesto Geisel;
- III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND (1980 – 1985) do governo João Batista de Oliveira Figueiredo⁵⁸.

Segundo Araújo (2000), as ações tomadas pelo Estado no período em questão promoveram mudanças significativas nas estruturas produtivas das regiões. No Nordeste ocorreu a implantação da indústria petroquímica na Bahia, e cloroquímica, em Alagoas, além da diversificação industrial que aconteceu na região como um todo. Ocorreu uma certa descentralização comparando-se com a década de 1950, que concentrou quase todo o setor industrial na região Centro-Sul.

⁵⁸ Na obra de Spinola (2003) encontra-se toda a cronologia da experiência de planejamento nacional.

Pode-se considerar o período que vai de 1950 a 1985 como uma primeira fase da política econômica brasileira, no sentido de promover no País as bases da acumulação capitalista, visando o desenvolvimento tal qual definido em 1949: progresso material e avanço científico.

A opção pela industrialização representava o caminho mais “coerente”, na época, para promover a produtividade e o consumo no mercado interno levando a economia a um crescimento que proporcionaria, posteriormente, a solução para os problemas sociais.

Sob a influência do pensamento estruturalista-keynesiano, o Estado assumiu o papel de condutor do processo - ora de forma mais descentralizada, como no governo Juscelino Kubitschek, ora de forma mais autoritária, como no Regime Militar - porém, isso não significou, na prática, que sua atuação tenha sido livre de qualquer influência. As pressões políticas exercidas pelas elites oligárquica e industrial afetaram o projeto nacional, na medida em que elas não abriram mão de seus privilégios como: a propriedade sobre a terra e a posição de centro industrial principal do País, não permitindo a concorrência das indústrias nordestinas, submetendo a produção às necessidades do Sudeste.

Para Spinola, N. (2003), a distância entre o estado e a nação, o baixo grau de cidadania, a ausência de democracia e transparência fizeram com que a sociedade civil não tivesse consciência das ações do Governo.

O País adquiriu uma infra-estrutura econômica que lhe permitiu sair da posição de economia agrário-exportadora, para uma economia industrial, ainda que essa mudança não tenha abrangido simultaneamente todo o território nacional, pois, a região Sudeste prevaleceu como centro da economia nacional em detrimento das demais.

3.2 Brasil: Novos Rumos (1986 - 2005)

Os últimos anos do Regime Militar no Brasil foi um período conturbado no que diz respeito aos aspectos econômico, político e social.

A economia nacional começou a sofrer abalos que criaram uma série de desequilíbrios. Os principais problemas que iriam influenciar as décadas de 1980 e 1990 foram: primeiro, o aumento da inflação, que segundo Gremaud e outros (2002), estava relacionado aos sucessivos choques externos e internos como: choques do petróleo (1973 e 1979); choque das taxas de juros internacionais; choques agrícolas decorrentes da quebra de safras e alterações cambiais (TABELA 3, p. 74); segundo, o endividamento externo que exigia a transferência de poupança para o exterior, paralisando os investimentos e aprofundando a crise financeira.

Os acontecimentos políticos como o movimento pela redemocratização do País era decorrente, também, das transformações que aconteciam no cenário mundial. A partir dos anos 1970, o modelo de desenvolvimento fordista começa a apresentar sinais de ineficiência, não mais promovendo o crescimento contínuo dos salários e lucros. A causa dessa ineficiência era atribuída às imperfeições do mercado, decorrentes da excessiva intervenção estatal, do excesso de regulamentações, sindicatos, etc.

TABELA 3 - Taxas anuais da inflação no Brasil - 1980 - 1999

Ano	Índice (%)	Ano	Índice (%)
1980	110,2	1990	1.476,6
1981	95,2	1991	480,2
1982	99,7	1992	1.157,9
1983	211,0	1993	2.708,6
1984	223,8	1994	1.093,8
1985	235,1	1995	14,8
1986	65,0	1996	10,04
1987	415,8	1997	4,83
1988	1.037,6	1998	- 1,79
1989	1.782,9	1999	8,64

Fonte: SPINOLA (2003, p. 61)

A solução estava na reavaliação da posição dos estados nas economias nacionais. Inicia-se, então, um processo mundial de mudanças pró-mercado, cujo objetivo era fazer com que os estados cumprissem apenas com suas funções básicas, provisão de bens públicos, deixando que o mercado regulasse a economia (GREMAUD e outros, 2002).

É nesse panorama conturbado que, em 1985, o País elege, através de eleição indireta, o presidente Tancredo Neves, mas que, por motivos de saúde, não pôde assumir o cargo, tomando posse em seu lugar o Vice-Presidente José Sarney, que permaneceu na presidência até o final do mandato devido à morte do primeiro.

O período de 1985 a 1990 foi considerado como de transição entre o Regime Militar e o restabelecimento da democracia, através de eleições diretas em 1990. Ainda para Gremaud e outros (2002), esse foi um governo civil que nasceu de forma conturbada, e que teve que lidar com diversas pressões e interesses políticos que condicionaram todas as decisões econômicas tomadas no período.

No que diz respeito ao projeto de desenvolvimento nacional, a ênfase e as ações desse Governo assumiram rumo diferente daquele identificado no período do Nacional Desenvolvimentismo.

Para Pinheiro e outros (1999), o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização começou a apresentar sinais de esgotamento. O setor industrial foi atingido e passou a não proporcionar o mesmo crescimento apresentado no governo Juscelino Kubitschek. A indústria passou por um processo de estagnação e por um significativo atraso tecnológico, comparando-se às transformações de naturezas técnicas e organizacionais em âmbito internacional. Já Araújo (2000) ressalta que, além disso, o mencionado setor sofreu com a deterioração da infra-estrutura econômica, decorrente da ausência de investimentos.

O novo modelo foi diferente do anterior, principalmente, quanto ao papel do Estado, que passou de condutor do processo para exercer o papel de facilitador de uma economia baseada no mercado. Dessa maneira, é que, a ênfase atribuída pelo governo do Presidente José Sarney para a resolução dos problemas nacionais passou a ser o curto prazo. Ainda, segundo Pinheiro e outros (1999), a prioridade não era mais a acumulação de capital, baseada no planejamento a longo prazo, mas a busca da eficiência através da substituição do Estado pelo mercado. O propósito que era de desenvolver um mercado interno passou a ser o de inserir a economia nacional no panorama internacional.

O combate à inflação foi eleito como meta principal. As ações passaram a ser a implementação de reformas que promovessem a queda da inflação. Para Araújo (2000), a gerência da crise promoveu a abertura para novos rumos, ao mesmo tempo em que desmontou a tradição de planejamento, com visão a médio e longo prazo, e o curto prazo passou a dominar o cenário nacional até os dias atuais.

Uma característica marcante do referido Governo foi a da implementação de pacotes econômicos, que, segundo Spinola, N. (2003), receberam, equivocadamente, o nome de plano. Destacaram-se os planos: Cruzado (1986), Bresser (1987) e Verão (1989). Esses pacotes econômicos tinham em comum o combate à inflação, tendo como ferramenta principal o

congelamento de preços. A cada novo pacote, eram acrescentadas novas características, a fim de se evitarem os erros anteriores.

O período foi de um grande descontrole das contas públicas, com aumento nos déficits, maior endividamento interno e descontrole da inflação. Pois, não havia mecanismos de política econômica, já que essa se tornou prisioneira da rolagem da dívida interna. Para Lessa e outros (1999), o fracasso dos pacotes econômicos colocou sob questionamento a capacidade da democracia de, por si só, resolver os problemas da economia. Quanto aos aspectos sociais, a situação também não foi favorável, houve uma deterioração dos serviços sociais básicos, educação, saúde e segurança, aumento da concentração de renda, aumento do desemprego - ligado, principalmente, ao setor industrial - (TABELA 4, p. 75), diminuição do número de assalariados legais e aumento da informalidade. O futuro tornou-se incerto para a sociedade e prevaleceu a descrença na capacidade das antigas lideranças de colocar o País, novamente, no caminho do desenvolvimento.

Como foi sinalizado anteriormente, já no governo do presidente José Sarney havia a tendência de mudanças no rumo da economia nacional e no papel desenvolvido pelo Estado. Contudo, essas tendências só foram concretizadas na década de 1990, nos governos dos Presidentes Fernando Collor de Melo / Itamar Franco (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998 e 1999 – 2002).

No início dos anos 1990 o contexto nacional ainda era o mesmo da década anterior. O País enfrentava a crise da hiperinflação, a rolagem da dívida externa, o aumento do desemprego e das atividades informais e uma situação crítica nos serviços sociais. Esse quadro transformou-se em terreno fértil para propostas inovadoras como a que foi apresentada pelo, então candidato, Fernando Collor de Mello que se tornou presidente através de eleição direta em 1990.

Sua proposta de governo estava embasada em uma ideologia de “modernização selvagem”. O pacote econômico lançado pelo Governo, denominado de Plano Collor, adotou medidas que difundiram idéias de que o País precisava seguir novo rumo para alcançar o desenvolvimento, pois o antigo criou entraves indesejáveis ao processo (LESSA e outros, 1999).

TABELA 4 - Emprego, desemprego e salários reais no Brasil - 1986-1987

Mês/Ano	Emprego Industrial (aumento anual)	Desemprego (% da força de trabalho)	Salários Reais (aumento anual)
jan./86	9,10	4,18	21,10
fev./86	9,40	4,40	26,10
mar./86	9,30	4,40	44,50
abr./86	9,30	4,39	36,90
maio./86	9,60	4,17	20,70
jun./86	10,50	4,08	18,70
jul./86	10,90	3,76	20,60
ago./86	10,90	3,60	26,00
set./86	10,90	3,20	32,10
out./86	10,30	3,50	24,70
nov./86	9,90	2,98	18,50
dez./86	8,90	2,20	18,00
jan./87	8,00	3,20	5,90
fev./87	7,60	3,30	4,10
mar./87	6,70	3,10	4,60
abr./87	6,40	2,80	4,50
maio./87	5,40	3,90	- 0,30
jun./87	3,00	4,50	- 4,50
jul./87	0,70	4,60	- 14,70
ago./87	- 1,20	4,60	- 16,50
set./87	- 2,20	4,00	- 14,30
out./87	- 2,50	4,20	- 14,60
nov./87	- 2,50	3,80	12,00
dez./87	- 2,40	2,80	- 3,90

Fonte: GREMAUD et al (2002, p. 306).

Já para Gremaud e outros (2002), das medidas apresentadas merecem destaque: a reforma monetária; a reforma administrativa, através das privatizações; a reforma fiscal; o congelamento dos preços; mudanças no regime cambial; mudanças na política comercial, que proporcionou a abertura do comércio; e, a mais impactante, sob o ponto de vista da sociedade: o confisco da liquidez. As conseqüências desse pacote foram: desestruturação do sistema produtivo, semiparalisa no sistema de produção, demissões, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução nos salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais e desenvolvimento de meios de pagamento alternativos. Juntou-se a tudo isso a reação negativa da população que teve seu dinheiro confiscado e que arcou com conseqüências que não puderam ser mensuradas ou avaliadas, pois, envolveram aspectos emocionais.

Segundo Lessa e outros (1999), as mudanças apresentadas pelo governo Fernando Collor de Melo representavam medidas liberalizadoras que pretendiam inserir a economia nacional no âmbito internacional promovendo, ao mesmo tempo, o aumento da competitividade num curto prazo.

O Governo inseriu o País no contexto neoliberal definitivamente, utilizando o mesmo discurso de promover a modernidade, o crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Coube à oposição o papel de defender as idéias, agora obsoletas, do nacional-desenvolvimentismo.

Já Araújo (2000) considera que a proposta do governo Fernando Collor de Melo promoveu mais a destruição do que a construção, devido ao desmonte do setor público. Enquanto Tavares (1999) acrescenta, ainda, a desindustrialização e o fechamento de significativo número de pequenas e médias empresas.

Ainda com base em Araújo (2000) a questão regional que nos anos 1950 havia recebido tratamento especial com a criação, por exemplo, da Sudene, perdeu lugar para a implantação de políticas setoriais que não apresentavam uma visão de organização concreta da economia no espaço do País. A política de abertura comercial causou um efeito de desconcentração espacial, através do surgimento de focos exportadores. Em contra partida, sob a ótica financeira, aconteceu uma concentração nas áreas mais dinâmicas e competitivas do País.

Devido ao *impeachment* do presidente (1992), o Governo passou a ser comandado pelo vice-presidente Itamar Franco, até o ano de 1994. Foi um mandato de transição, sem muitas alterações no panorama nacional; entretanto, uma medida merece destaque: a implantação do Plano Real.

Gremaud e outros (2002) coloca que apesar das crises políticas decorrentes do *impeachment* e da instabilidade econômica, o período Fernando Collor de Melo promoveu discussões importantes que dizem respeito às privatizações e às estratégias de comércio.

O Plano Real implantado em 1994 conseguiu controlar a inflação que atingia o País há mais de duas décadas e promoveu a estabilização, que dura até os dias atuais.

O sucesso relativo desse plano garantiu a eleição, do então Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco: Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que, depois, veio a ser reeleito em 1999, deixando a Presidência da República em 2002.

O mérito do controle inflacionário permitiu ao Governo continuar o processo de implantação de medidas neoliberais. Mas, apesar do “sucesso inicial” do Plano Real, o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso caracterizou-se por um aumento da dívida pública, crescimento econômico abaixo das expectativas e aumento do desemprego (PINHEIRO e outros, 1999; GREMAUD e outros, 2002).

Se no governo Fernando Collor de Melo a abertura comercial foi o ponto marcante, no governo Fernando Henrique Cardoso merecem destaque, também, as privatizações das empresas estatais e a continuação da lógica do curto prazo.

A quebra do monopólio das estatais sobre alguns setores da economia, comunicação e energia, para a promoção da competitividade como forma de beneficiar a população, foi o discurso ideológico utilizado pelo Governo para concretizar o processo. Entretanto, para Tavares (1999), esse pensamento promoveu, na prática, a desestruturação de dois sistemas fundamentais para a economia nacional, e ainda segundo a autora, o que aconteceu foi uma substituição do monopólio público pelo monopólio privado, o que não implicou em benefícios para a sociedade. Foram ainda utilizados os seguintes argumentos para promover a privatização: necessidade de conclusão do processo de reforma do Estado, pois a presença do mesmo em atividades empresariais havia ficado obsoleta; a garantia para os investidores externos do compromisso do País com as privatizações; a diminuição a dívida pública e liberação de recursos para a área social.

Ainda segundo a mesma autora, o Brasil transformou-se em palco de uma intensa disputa entre empresas transnacionais como: montadoras de automóveis, eletroeletrônicos e equipamentos de telecomunicações⁵⁹. A entrada dessas empresas reduziu o grau de nacionalização dos produtores da indústria que operavam no País. Os projetos de privatização brasileira foram feitos sem regras e sem modelo explícito, e levaram a uma liberalização indiscriminada e desestruturante.

Para Lessa e outros (1999), o que aconteceu foi o desmonte de toda uma estrutura governamental que, até então, tinha desempenhado um papel essencial na formulação de políticas de desenvolvimento; para Tavares (1999), a redução do aparelho estatal sem uma reforma de suas

⁵⁹ No setor de comunicação merece destaque a entrada de empresas de telefonia celular.

funções dentro da economia e de suas relações com a sociedade gerou efeitos negativos diretos sobre os empregos e sobre os serviços essenciais.

Para Araújo (2000) toda estratégia do Governo Fernando Henrique Cardoso estava voltada para a inserção do Brasil no Primeiro Mundo. Porém, o País apresentava-se de forma fraturada. Uma parte, a fração desenvolvida, podia ser integrada na economia mundial. Contudo, a outra parte, composta pela porção excluída, foi controlada com a criação de programas sociais assistencialistas como o Programa Comunidade Solidária. O fim do governo Fernando Henrique Cardoso não apresentou, apesar do controle inflacionário, grandes mudanças, pelo menos no que diz respeito aos aspectos sociais. Todas as mazelas identificadas nos governos anteriores foram intensificadas: aumento de desemprego, aumento da pobreza, da informalidade, deteriorização dos serviços sociais básicos, etc. Quanto à economia, transformou-se em uma das mais dinâmicas do mundo.

No cenário político, a oposição passou a ganhar força devido ao descontentamento geral que dominou a população. Acreditava-se que somente uma proposta diferente da que estava em vigor poderia resolver os problemas nacionais. Assim, o Partido dos Trabalhadores conseguiu chegar, pela primeira vez, à Presidência da República, através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2001.

Este Governo trouxe à população a esperança de uma nova era, na qual as questões sociais teriam prioridade. O que se percebe, entretanto, até o presente momento (2005), é que o País continua a seguir o caminho da inserção na economia mundial, como forma de promover o crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Enquanto essa mudança não ocorre, o Governo continua promovendo os programas de cunho assistencialista para amenizar a situação dos excluídos. Fazem parte desses programas: o Fome Zero; o Bolsa Escola; o Bolsa Família; o Vale Gás, etc.

Ainda, conforme Araújo (2000), ao se analisar a trajetória do desenvolvimento nacional percebe-se que o Estado brasileiro sempre exerceu uma postura mais centralizadora e paternalista que reguladora e de negociação com a sociedade. Tal postura gera propostas orientadas no sentido de cima para baixo, que tem a finalidade de enquadrar a realidade conforme os padrões racionais em vigor.

Nesse cenário de décadas de descontrole das contas públicas e diminuição do horizonte de planejamento, o turismo foi inicialmente esquecido, para em seguida, como decorrência do imediatismo e emergência das decisões necessárias para gerarem emprego e renda, ser alçado à posição de destaque no conturbado cenário econômico.

A seguir será mostrado como se desenvolveu o turismo e seu planejamento no Brasil e na Bahia, no período de 1950 a 2005.

4 TURISMO E PLANEJAMENTO NO BRASIL E NA BAHIA

4.1 Planejamento do Turismo no Brasil

O planejamento e o desenvolvimento da atividade turística seguiu a mesma lógica que orientou o desenvolvimento e o planejamento nacional na segunda metade do século XX.

Foi no período militar, mais precisamente, no Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, que surgiu a primeira política nacional de turismo - PNT⁶⁰ (1966), com a criação do Conselho Nacional de Turismo e do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR – no PAEG. Entretanto, na prática, a atividade não foi beneficiada. As diretrizes que norteavam a política de turismo eram as seguintes: coordenação dos organismos ligados à atividade; fornecimento de informações turísticas nacionais; garantia da qualidade dos serviços e dos recursos humanos; e promoção da formação de mão-de-obra especializada (CRUZ, 2001b).

Em 1968 foi estabelecido o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo, cuja finalidade era a orientação da aplicação de incentivos fiscais e da implantação de equipamentos hoteleiros. Ainda, segundo Cruz, (2001b), esse Plano deveria ser substituído pelo Plano Nacional de Turismo – Plantur, a ser instituído em 1969, mas que não foi implementado. Sendo assim, ficou valendo o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo até 1991. O fato é que, apesar de constar no planejamento nacional, a atividade não era objeto prioritário para o desenvolvimento do País como era a indústria.

⁶⁰ Segundo Cruz (2001b) essa foi considerada a primeira Política Nacional de Turismo porque as anteriores restringiam-se apenas aos aspectos parciais da atividade, não sendo reconhecidas como políticas. A autora considera em sua análise, além da PNT de 1966, as Políticas de 1992 (não implementada) e de 1996. Durante a maior parte do tempo a atividade foi regulamentada por normas instituídas como leis, decretos, decretos-leis, resoluções, portarias e alvarás

Durante o governo Fernando Collor de Melo, foi criada, mas não foi implementada, uma outra Política Nacional de Turismo em 1992, que deu origem a outro Plano Nacional de Turismo – Plantur, dividido em sete programas: Programa Pólos Turísticos; Programa Turismo Interno; Programa Mercosul; Programa Ecoturismo; Programa Marketing Internacional; Programa Qualidade e Produtividade do Setor Turístico; Programa de Formação de Recursos Humanos para o Turismo. Porém, como a Política Nacional de Turismo não foi implementada e o mesmo aconteceu com o Plano.

No mandato seguinte, o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o turismo adquiriu importância econômica de âmbito mundial. Foi implementada mais uma Política Nacional de Turismo, em 1996. Tratava-se de uma política setorial, pouco integrada às demais políticas nacionais, e que apresentava quatro estratégias básicas: ordenar, desenvolver e promover a atividade através da parceria Governo/iniciativa privada; qualificar mão-de-obra para o setor; descentralizar a gestão da atividade entre os órgãos estaduais municipais e o setor privado; e implantar infra-estrutura básica. O impulso que foi dado ao turismo no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pode ser verificado através do aumento da presença das grandes cadeias hoteleiras e da grande quantidade de capital estrangeiro investido em empreendimentos ligados à atividade⁶¹.

Nos últimos anos houve uma mudança considerável na posição ocupada por essa atividade nas estratégias para a promoção do desenvolvimento nacional. Foi criado na gestão do governo do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, em 2000, um Ministério do Turismo - Mtur, e conforme o Plano Nacional de turismo (2003), com a finalidade de transformar o turismo num

⁶¹ Até 2001 já havia sido investida a quantia de US\$ 616.134 milhões no setor turístico, somente na Bahia, e a pretensão é de chegar a US\$ 5.490.042 bilhões de investimento até 2012 no referido Estado. (AQUINO, 2002).

elemento propulsor de desenvolvimento socioeconômico do País, e propor um modelo de gestão descentralizada. (FIGURA 6).

No mês de abril de 2003 foi divulgado o novo Plano Nacional de Turismo - PNT, que apresentou as diretrizes, as metas e os programas para a referida atividade até o ano de 2007.

O Plano teve como princípios orientadores alguns pontos a serem alcançados pelo Governo Federal. São eles: redução das desigualdades regionais e sociais, geração e distribuição de renda; geração de emprego e ocupação; e equilíbrio do balanço de pagamento (BRASIL, 2003).

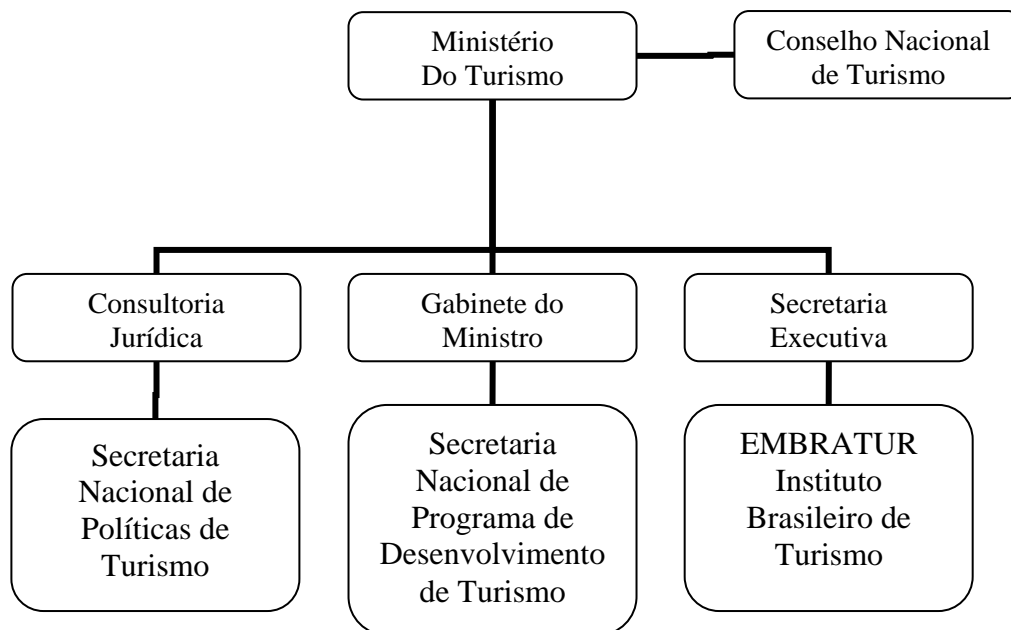


FIGURA 6 - Estrutura do Ministério do Turismo - Organograma funcional

Fonte: <http://www.turismo.gov.br> - 06/10/2005.

O objetivo geral do PNT-2003 concentra-se em desenvolver o produto turístico nacional com qualidade e estimular o consumo do mesmo nos mercados nacional e internacional. Como

objetivos específicos são mencionados: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; e aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Como prova de que o Governo Federal considera a atividade como um fator de desenvolvimento econômico, as metas estabelecidas para o turismo em 2007 são expressivas. São elas: a) gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; b) aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros para o Brasil⁶²; c) gerar US\$ 8 bilhões em divisas⁶³; d) aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros em vôos domésticos; e) desenvolver no mínimo três produtos de qualidade em cada estado (BRASIL, 2003).

Para ajudar no alcance das metas estabelecidas foram desenvolvidos sete Macro-Programas, que são conjuntos de programas temáticos que visam resolver os problemas e eliminar os obstáculos para o desenvolvimento da atividade. São eles: gestão e relações internacionais; fomento, infra-estrutura; estruturação e diversificação da oferta turística; qualidade do produto turístico; promoção e apoio à comercialização; informações turísticas.

Como se pode notar, o turismo é hoje uma atividade que recebe especial atenção por parte dos Governos Federal e tem sido uma das principais alternativas para a promoção do desenvolvimento nacional.

Em 2004, como resultado das orientações contidas no Plano Nacional de Turismo – PNT/2003, o Mtur, através da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, lançou o Programa de

⁶² Segundo o PNT (2003), o Brasil recebeu 3,8 milhões de turistas em 2002, o pior resultado dos últimos cinco anos.

⁶³ A receita gerada pelo turismo em 2002 foi de US\$ 3,12 bilhões (BRASIL, 2003).

Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, um instrumento que visa promover o desenvolvimento de um turismo sustentável no País. (BRASIL, 2004).

O programa está fundamentado em princípios de participação, de sustentabilidade (ambiental, sociocultural, e econômica), integração e descentralização.

A estratégia de gestão é a de coordenação descentralizada (FIGURA. 7, P. 86), com quatro níveis de coordenação: Coordenação Nacional (Mtur e Conselho Nacional de Turismo); Coordenação Estadual (Órgãos Oficiais de Turismo dos UF e Fóruns Estaduais de Turismo); Coordenação Regional (Instâncias de Governança Regional e Municípios Integrados) e a Coordenação Municipal (Órgãos Municipais de Turismo e Conselhos Locais). (QUADRO 2, p. 87).

Através da análise do documento de Diretrizes Operacionais do referido Programa é possível se observarem mudanças entre o antigo modelo de planejamento turístico e o oferecido no novo Plano (FIGURA 8, p.88).

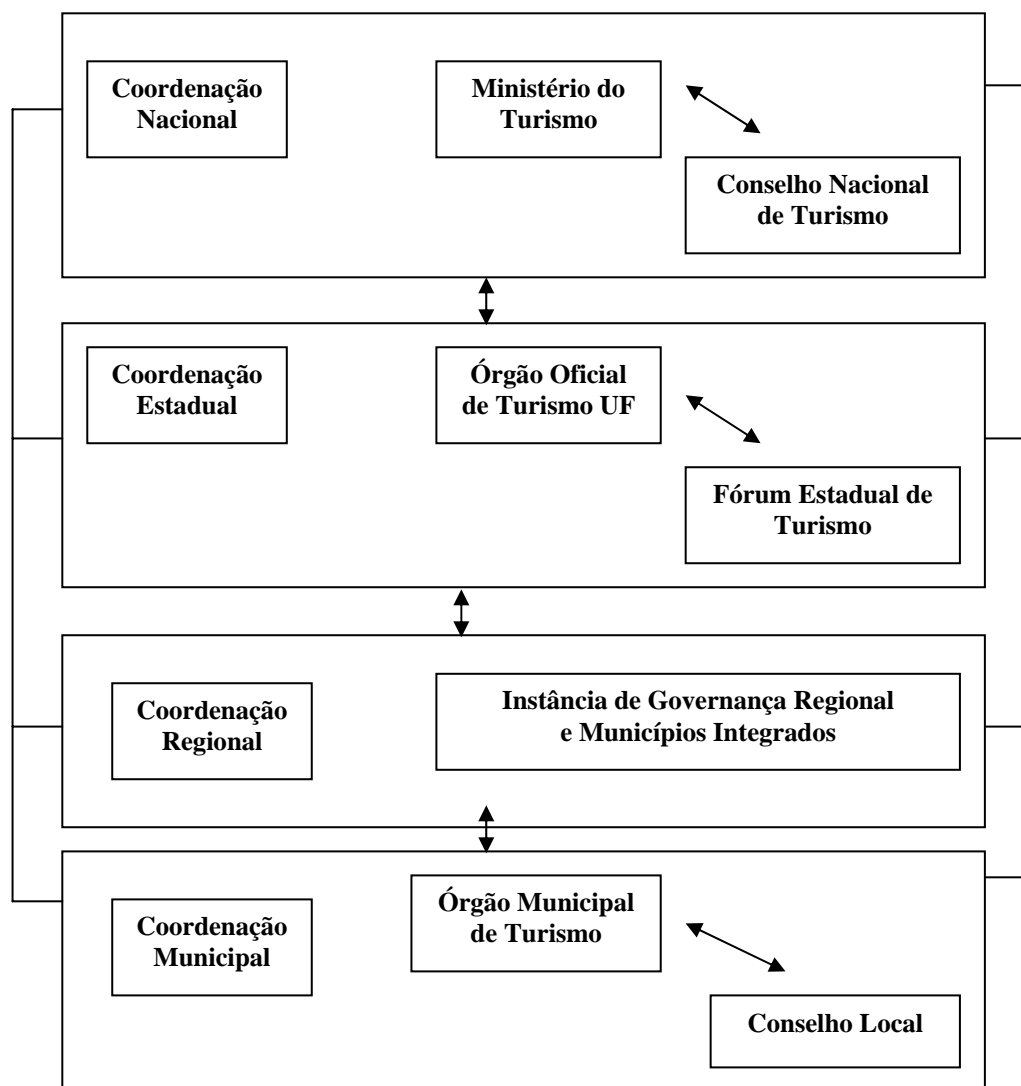


FIGURA 7 - Estrutura de Coordenação - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.

Fonte: BRASIL (2004, p. 18).

QUADRO 2 - Atribuições das Coordenações - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil

Atribuições Das Coordenações
<p>Coordenação Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> - definir diretrizes estratégicas - planejar e coordenar as ações, em âmbito nacional <p>- articular, negociar e estabelecer parcerias com as diversas esferas de governo, iniciativa privada e organismos não-governamentais nacionais e internacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito nacional - produzir e disseminar dados e informações
<p>Coordenação Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> - elaborar diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais - planejar e coordenar as ações, em âmbito estadual e regional <p>- articular, negociar e estabelecer parcerias em âmbito estadual e regional</p> <ul style="list-style-type: none"> - monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito estadual e regional - produzir e disseminar dados e informações
<p>Coordenação Regional</p> <ul style="list-style-type: none"> - planejar e coordenar as ações, em âmbito regional e local <p>- articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito regional e local</p> <ul style="list-style-type: none"> - monitorar e avaliar as ações de Programa, em âmbito local - produzir e disseminar dados e informações
<p>Coordenação Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> - mobilizar os segmentos organizados para o debate e indicação de propostas locais para a região - integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização - participar de debates e formulação de estratégias locais para o desenvolvimento da região - planejar e executar ações locais, integradas às regionais

Fonte: BRASIL (2004, p. 19).

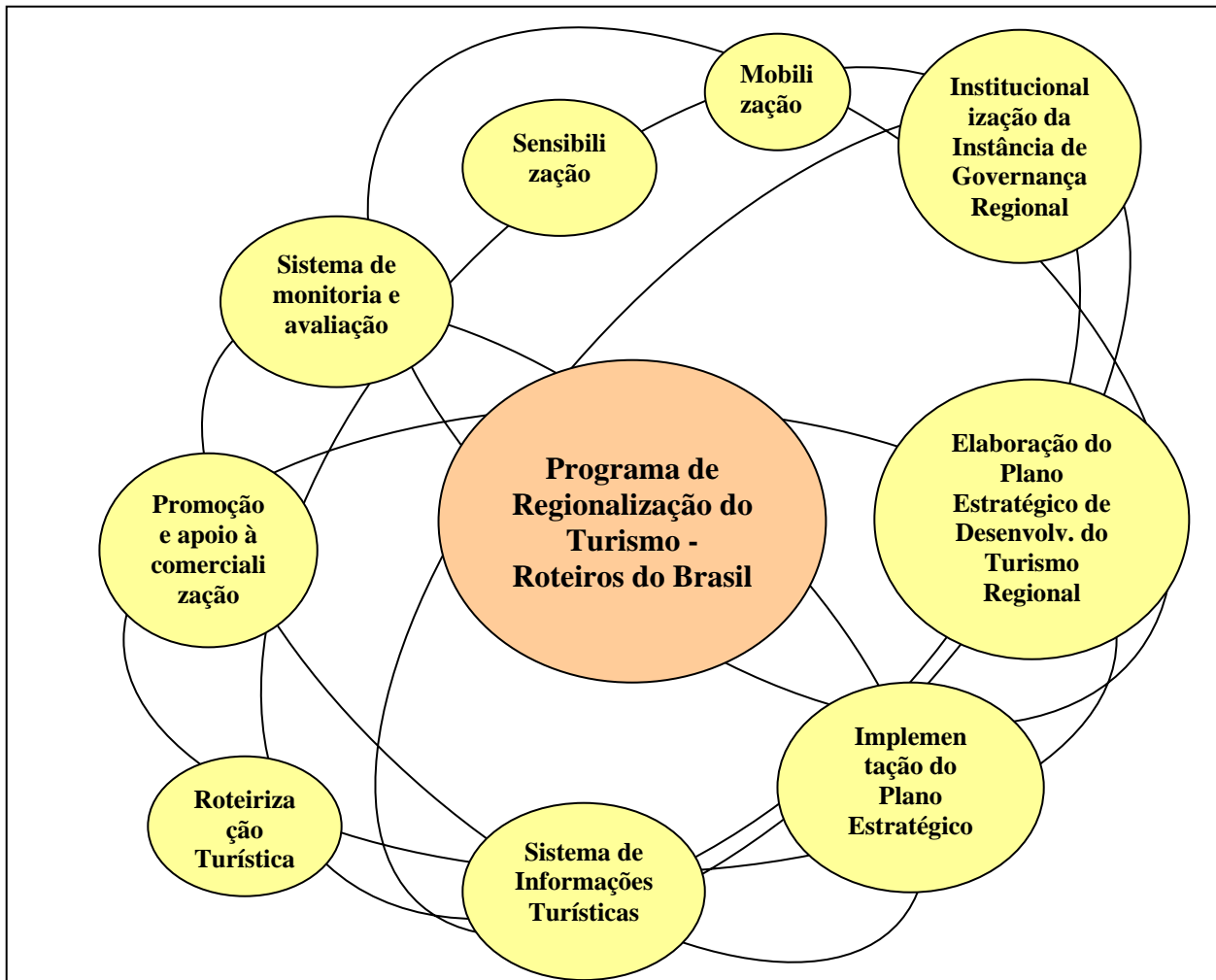


FIGURA 8 - Módulos Operacionais - Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil

Fonte: BRASIL (2004, p. 20)

No modelo proposto as etapas não estão distribuídas de forma hierárquica. Os módulos do Programa são distintos e não necessariamente seqüenciais (BRASIL, 2004). Essa é a grande diferença do atual Plano de Turismo Nacional em relação às propostas anteriores.

A existência de um planejamento que respeite os diferentes estágios de desenvolvimento turístico é, sem dúvida, uma grande colaboração da nova política de turismo. Entretanto, percebe-se ainda uma tendência, comum dos planejadores (especialmente aqueles que possuem formação

administrativa), que é a de oferecer primeiro as soluções, e depois buscar a participação da comunidade, cometendo o erro de considerar que suas soluções, nesse caso o turismo, seja a resposta para toda e qualquer região que possua qualidades cênicas e que seja subdesenvolvida.

Conforme Araújo (2000), as políticas no País são formuladas a partir do corte nacional setorial e dificultam a participação da sociedade.

Não se pode negar que as propostas oferecidas pelo Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil são inovadoras e demonstram a seriedade que vem sendo atribuída ao turismo no Brasil.

4.2 Turismo e Desenvolvimento na Bahia (1950 - 2005)

No ano de 2004 a atividade do turismo foi responsável por uma participação de 7,9 % na geração de renda do Produto Interno Bruto - PIB do Estado da Bahia. E houve um crescimento de 8,2 % na receita turística do Estado entre 1991 e 2004, segundo dados do Governo do Estado (BAHIA, 2005, p. 23 -31). Porém, nem sempre foi assim; a posição que a atividade ocupava no cenário econômico estadual, há quatro décadas atrás, era bem diferente da atual.

A economia baiana no início da segunda metade do século XX ainda se caracterizava por apresentar uma predominância dos setores da agropecuária e do comércio, os quais que lhe garantiram, no passado, certa posição política e econômica no País.

Nas décadas de 1930 e 1940 o Estado vivenciou uma crise no seu desenvolvimento econômico, decorrente da desestruturação de suas indústrias que não suportaram a concorrência das indústrias do Sudeste, que passaram a atuar na economia baiana, após a construção da rodovia BR-116. Além disso, o setor industrial, pequeno, e composto, principalmente, pelos setores têxtil e fumageiro não evoluiu, apresentando, inclusive, uma situação de estagnação e, até

mesmo, uma involução industrial, fenômeno que ficou conhecido como o Enigma Baiano (BAHIA, 1983).

A necessidade de encontrar soluções para resolver a situação desfavorável da economia baiana e colocar o Estado no rumo do desenvolvimento levou estudiosos⁶⁴ do tema à conclusão de que era necessário um planejamento do desenvolvimento estadual, como forma de corrigir as causas do atraso industrial baiano. Assim, a Bahia assumiu a dianteira no panorama nacional quanto ao planejamento do seu desenvolvimento econômico, antes mesmo da edição do documento do GTDN e da criação da Sudene (SPINOLA, N., 2003).

O Plano de Desenvolvimento da Bahia - PLANDEB foi criado, em 1959, no governo de Antônio Balbino (1955 - 1959). Apesar de ter sido elaborado em paralelo ao relatório do GTDN, o plano baiano propunha um modelo de industrialização integrado à economia nacional, através da implantação de indústrias de bens intermediários. Essa opção não promoveu o surgimento de ligações entre o processo de industrialização e o território, entretanto, colocou a indústria baiana em função da demanda de outras indústrias, principalmente, as do Sudeste. Contudo, Spinola, N. (2003) afirma que as idéias do Plandeb influenciaram as idéias do Governo Estadual até a década de 1980.

A história da industrialização baiana foi dividida pelo autor citado anteriormente em três períodos, descritos a seguir. O primeiro compreende o final dos anos 1950 e meados dos anos 1960 e caracteriza-se pela presença de indústrias tradicionais (têxtil, fumo, couros e peles), de base agrário-exportadora dependentes do mercado internacional, e que não foram adiante devido à concorrência com as indústrias do Sudeste.

O segundo período situa-se entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1980, e caracteriza-se por uma mudança no perfil econômico do Estado, com a criação dos distritos

⁶⁴ Luiz Henrique Dias Tavares, Pinto de Aguiar, Rômulo Almeida, Clemente Mariani (SPINOLA, 2003).

industriais Centro Industrial de Aratu - CIA e o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, que possuíam indústrias de bens intermediários nos ramos da metalurgia e da petroquímica.

Essa nova dinâmica gerou efeitos significativos sobre a economia estadual, pois ao mesmo tempo em que promoveu um aumento na capacidade industrial, também aumentou a vulnerabilidade da economia baiana frente à economia nacional. Soma-se a essas conseqüências o fato de que se esperou que esses conjuntos de indústrias modificassem a cadeia produtiva regional, a montante e a jusante, o que não aconteceu (BAHIA, 1983).

Da segunda metade dos anos 1980 e durante a década de 1990 a indústria baiana passou por um terceiro estágio. Apesar da crise econômica que originou a chamada “década perdida” os setores da química e da petroquímica firmaram-se como polarizadores do parque industrial e influenciaram o perfil da indústria metal-mecânica e elétrica do Estado. Entretanto, devido às mudanças no mercado interno, decorrentes da conjuntura estabelecida pelo Governo do Presidente Fernando Collor de Melo, e em face da concorrência com empresas estrangeiras, fruto da abertura comercial, o setor petroquímico foi seriamente afetado. Contribuíram, também, para o declínio dos complexos os seguintes aspectos: a) as indústrias não geraram produtos finais próprios devido ao caráter de produção de intermediários; b) apresentavam inadequação tecnológica dos processos e dos equipamentos; c) enfrentaram dificuldades de financiamento; d) tiveram problemas com gestão empresarial inadequada. Contudo, o autor salienta que o COPEC foi responsável por um significativo crescimento da economia baiana.

As conseqüências desse processo não afetaram somente a economia local, mas, prejudicaram também os desenvolvimentos social, cultural, educacional e tecnológico do Estado. Ainda segundo o autor, a política industrial não gerou o desenvolvimento social esperado, daí, o número de excluídos e a desigualdade aumentaram na Bahia.

Ao analisar o planejamento do desenvolvimento baiano, ainda recorrendo a Spinola, N. (2003), relacionam-se algumas considerações, descritas, a seguir, que merecem destaque.

O planejamento na Bahia não levou em consideração aspectos que na prática tiveram impacto sobre a proposta de modernização da economia estadual. O Estado caracterizava-se por apresentar uma estrutura agrária com uma população sem tradição industrial e empresarial, composta por uma massa de trabalhadores sem qualquer qualificação, para lidar com tal tipo de atividade, e sem acesso à educação e à tecnologia. Apresentava, também, uma elite pós-colonial vinculada aos interesses do capital mercantil dominante na região. Esse quadro revelava a baixa mobilidade social que caracterizava a região.

Essa situação, segundo o autor mencionado, inviabilizava o surgimento de uma classe empresarial capaz de atuar em paralelo à atividade industrial de bens intermediários, com a finalidade de produzir bens de consumo final. Outros fatores que influenciaram a população a não apresentar uma vocação nata para a atividade empresarial foram a herança ibérica de preferir o curto prazo, em detrimento do longo prazo, característico das atividades industriais, e o fato da Bahia ter tido presença insignificante na rota de destino final dos imigrantes europeus que possuíam padrões culturais e empresariais diferentes dos padrões brasileiros.

A industrialização na Bahia, nessa fase, decorrente das diretrizes do Plandeb, foi um movimento polarizado pelos setores químico e petroquímico concentrados na Região Metropolitana de Salvador⁶⁵, o que gerou uma economia dependente e influenciada por fatores exógenos advindos da economia nacional e internacional (BAHIA, 1983).

Com a crise dos setores químico e petroquímico o Estado passou a buscar alternativas para promover o desenvolvimento econômico e social.

⁶⁵ A produção energética do Estado favoreceu a concentração das indústrias na RMS em detrimento do interior (BAHIA, 1983).

Influenciado pela política neoliberal, o Governo Estadual optou por trabalhar com políticas setoriais, determinadas pelas tendências do mercado, que proporcionassem crescimento econômico, que fossem capitaneadas pelo setor privado e que oferecessem retorno num curto prazo. O Governo passou, então, a captar empreendimentos no mercado nacional e internacional, através de uma política que concedesse benefícios fiscais para as empresas que se instalarem no Estado (SPINOLA, N., 2003).

Algumas das atividades econômicas atraídas para o Estado nessa nova fase foram: papel e celulose; calçados⁶⁶; eletro-eletrônico; automobilístico⁶⁷ e fertilizantes⁶⁸. O Governo também adotou a estratégia de incentivar a produção de bens de consumo final e de estimular a produção local através de micro, pequenas e médias empresas distribuídas no interior do Estado (ALBAN, 2005). Além desses setores, foram beneficiados: o setor agrário⁶⁹, através de projetos de irrigação e técnicas avançadas de cultivo⁷⁰, e o turismo, através de ações intensificadas de planejamento que culminaram na expansão da atividade no Estado.

Conforme Silva (1996), a Bahia passou de uma situação pouco dinâmica, em comparação à região central do País, para uma outra de grande dinâmica baseada em relações econômicas nacionais e internacionais.

Das estratégias adotadas pelo Governo do Estado para a promoção da superação do modelo de desenvolvimento baseado no nacional-desenvolvimentismo, serão destacadas e analisadas aqui, apenas, as que dizem respeito à atividade do turismo.

Conforme dito anteriormente, o turismo na Bahia não apresentou sempre o caráter que hoje se conhece. De acordo com Queiroz (2002), no seu estudo sobre a institucionalização da

⁶⁶ Algumas dessas empresas são: Azaléia, Ramarim, Calçados Bibi, Picadilly, Via Uno, Kildare e Sisa.

⁶⁷ Projeto Amazon da Ford.

⁶⁸ Implantação da Monsanto em Camaçari.

⁶⁹ Destaque para as culturas de café, soja (no oeste do Estado), frutas (no norte do Estado), milho e feijão.

⁷⁰ Especialmente cultura de grãos como a soja no Oeste do Estado (SILVA, 1996).

atividade no Estado, até a década de 1950 a atividade pode ser caracterizada como um movimento social eventual, baseado em fluxos esporádicos. A referida autora credita tal situação às dificuldades oriundas do fenômeno denominado de Enigma Baiano, durante as décadas de 1930 e 1940, que não favoreceu uma ação governamental direcionada nem para os setores tradicionais e, menos ainda, para setores modernos, como o turismo.

Segundo a autora, na década de 1950 o turismo passou a atrair mais a atenção do Governo Estadual. Ainda na primeira metade da década algumas ações foram promovidas e acabaram por beneficiar um pouco mais a atividade: a) instituição da Taxa de Turismo, mecanismo criado⁷¹ para arrecadação de um fundo financeiro para a atividade; b) publicação e divulgação de folhetos sobre a Bahia, a fim de incrementar o fluxo de turistas; c) elaboração de um inventário dos atrativos turísticos de Salvador, que sinalizou, dentre outras coisas, a necessidade de ações direcionadas para a atividade; d) publicação do primeiro Guia Turístico de Salvador (1952); e) concessão de isenção de impostos municipais para atração de estabelecimentos hoteleiros na Capital; f) criação do Conselho de Turismo da Cidade de Salvador e da Diretoria Municipal de Turismo; g) tentativa de construir um Plano Diretor de Turismo; h) instituição da Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador - SUTURSA (REGO, 2001 apud QUEIROZ, 2002).

Do lado da iniciativa privada merece destaque: a construção do Hotel da Bahia (1952) em Salvador; do Grande Hotel de Itaparica (1953) na Ilha de Itaparica; e de um outro hotel, também de grande porte, em Caldas de Cipó. Esses dois últimos localizados em estâncias hidrominerais.

Queiroz (2002) explica que na segunda metade da década de 1950 passou-se a promover o calendário festivo do Estado. Novos hotéis foram construídos no centro da cidade de Salvador e

⁷¹ Segundo Queiroz (2002), esse foi um mecanismo copiado da cidade de Miami nos Estados Unidos pelo estado do Rio Grande do Sul e depois pela Bahia.

houve um aumento no número de agências de turismo. Outra medida importante foi a inclusão da atividade nas estratégias de planejamento estadual dentro do Plandeb (1959), que não chegou a ser implementado devido ao veto da Assembléia Legislativa. Entretanto, algumas sugestões do Plano foram realizadas no governo Juracy Magalhães (1959 a 1963), e apesar disso, a atividade ainda continuou apresentando pouca expressividade no panorama econômico regional. Contudo, não se pode negar a importância da participação do Governo do Estado na promoção da oferta turística na Bahia, principalmente em Salvador.

A mesma autora coloca, ainda, que o governo baiano foi o grande agente das ações implementadas no período de 1950 a 1961, como por exemplo: a qualificação de mão-de-obra; a implementação de equipamentos turísticos; a execução de ações mercadológicas; o controle da rede hoteleira; a promoção de eventos culturais e a melhoria de infra-estrutura.

Queiroz (2002) ressalta, também, que nos anos 1960, a gestão do turismo continuou a cargo do Estado, porém, de forma mais institucionalizada. Foi criada em 1968 a Empresa Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A -Bahiatursa, órgão que veio desempenhar papel central na promoção do turismo baiano. A princípio, a função da Bahiatursa, como o próprio nome informa, era a de promover a construção de hotéis, de acordo com as orientações do órgão federal de turismo - EMBRATUR. Todavia, poucas mudanças ocorreram, pois a atividade ainda apresentava pouca relevância para a economia estadual.

Uma outra observação feita pela mesma autora é que durante a década de 1960 pôde-se notar uma presença mais expressiva do capital estrangeiro no turismo baiano; situação que antes era caracterizada apenas pela presença do capital nacional.

Assim, pode-se concluir que as ações que transformaram o turismo baiano começaram a ser efetivadas realmente, após a década de 1970. O turismo saiu da condição de atividade

inexpressiva para uma posição de privilégio nas estratégias governamentais, nas décadas seguintes.

O marco dessas ações foi a elaboração do primeiro plano de turismo do Estado; o Plano de Turismo do Recôncavo – PTR (1971), que influenciou várias gestões, apesar de não ter sido implantado. Segundo a mencionada autora, esse fato decorreu da grande euforia que se tinha na época com outro plano que era o de implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari – COPEC, e da subordinação do Sistema Estadual de Turismo (composto pela Bahiatursa, pelo Conselho Estadual de Turismo e da Coordenação de Fomento do Turismo) à Secretaria da Indústria e do Comércio. Isso limitou a atuação dos órgãos de turismo, os quais se dedicaram, especialmente a Bahiatursa, à implantação de equipamentos turísticos. As outras atribuições desse Sistema eram: preservação do patrimônio (natural, histórico e cultural), expansão do setor de serviços e execução de ações mercadológicas (BAHIA, 2005).

Apesar da atividade turística ter sido colocada em segundo plano pela atividade industrial, os órgãos gestores permaneceram atuantes. A Bahiatursa focou suas ações em quatro pontos: receptivo, hospedagem, serviços diretos e recursos humanos⁷². Queiroz (2002) chama atenção para o fato do crescimento da rede hoteleira não ter sido acompanhado por um planejamento específico, o que acabou por gerar um crescimento desordenado da atividade em algumas localidades. Cita, como exemplo, as localidades de Morro de São Paulo e Porto Seguro. Já, as ações que dizem respeito ao receptivo, e que incluíam a venda do destino turístico Bahia, surtiu mais efeito em Salvador em detrimento do interior. Foi preciso, então, criar uma estratégia, que recebeu o nome de Programa Caminhos da Bahia, em 1979, para tentar incrementar a atividade do turismo em outras regiões, e aumentar o tempo de permanência do visitante no Estado. Foi

⁷² Segundo Queiroz (2002) o número de UHs (Unidades Habitacionais) que em 1970 era de 360, pulou para 1.217 em 1975, um crescimento de 253%.

também na mesma época criado o Centro de Convenções da Bahia, a fim de minimizar os efeitos negativos da sazonalidade, característica da atividade.

A Bahiatursa transformou-se em principal órgão gestor do turismo estadual; suas atividades foram ampliadas em 1979, e tinha os seguintes objetivos: incrementar o fluxo de turistas; aumentar o tempo de permanência dos mesmos; aumentar a oferta do produto turístico; evitar os efeitos da sazonalidade; zelar pelo patrimônio turístico do Estado⁷³.

Para alcançar esses objetivos foram tomadas as seguintes medidas: consolidação de mercados existentes e conquista de novos; realização de parceria com a Prefeitura de Salvador para organização do carnaval; captação de vôos internacionais; criação do *slogan* Bahia - Terra da Felicidade; participação em feiras e encontros nacionais e internacionais⁷⁴. (QUEIROZ, 2002). O resultado foi que, entre 1979 e 1986, a Bahia conseguiu atingir a liderança no turismo no Nordeste. Contudo, esse panorama foi afetado na segunda metade da década de 1980, devido a atividade não resistir às turbulências econômicas e por isso sofreu uma desaceleração.

Atualmente, o turismo como atividade econômica é fruto das ações implementadas pelo Governo do Estado ao longo dos anos 1970 e 1980, juntamente, com o que se pode considerar a medida mais importante para a promoção da atividade, o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia - Prodetur-Ba.

O mencionado Programa deu origem ao Prodetur-Ne, decorrente da estratégia dos estados nordestinos para conseguirem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID⁷⁵- para projetos que diminuíssem as dificuldades socioeconômicas das regiões pouco desenvolvidas.

⁷³ Objetivos definidos conforme diretrizes da EMBRATUR (QUEIROZ, 2002).

⁷⁴ Foram investidos CZ\$ 755 milhões entre 1979 e 1986 nas atividades da Bahiatursa (QUEIROZ, 2002).

⁷⁵ O turismo foi considerado por entidades internacionais como o Banco Mundial e BID como a solução para sanar a pobreza em países subdesenvolvidos (CRUZ, 2001 b).

Além do Prodetur-Ba, também, teve influência sobre o turismo baiano a Política de Megaprojetos Turísticos. Segundo Cruz (2001b), a Política de Megaprojetos não foi instituída legalmente. Trata-se de um conjunto de ações, cuja origem está nas décadas de 1970 e 1980. O maior exemplo é o destino mexicano de Cancun, fruto da lógica mundial que predomina no mercado turístico internacional, embasada na conquista e na exploração de novos espaços, ainda pouco consumidos.

O objetivo central desse Programa era o de prover regiões com potencial turístico de infra-estrutura básica e de serviços públicos. Inclui abastecimento de água e esgotamento sanitário, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, transporte (rodoviário e aéreo), recuperação de patrimônio histórico (CRUZ, 2001 b).

Para execução do Prodetur-Ne estimou-se a necessidade de capital equivalente a US\$ 1,5 bilhões, que seriam repartidos, 50% por conta do BID e 50% por conta dos governos estaduais (QUEIROZ, 2002).

Quanto ao Prodetur-Ba, foi estabelecida a seguinte estratégia: promover o desenvolvimento de regiões que concentrassem maior número de atrativos físicos naturais (aspectos cênicos), para a prática de um turismo internacional. (QUEIROZ, 2002). A idéia era criar centros turísticos, a partir da criação de destinos âncora. Isso seria promovido através de parceria entre o Governo Estadual e a iniciativa privada nacional e internacional. A autora lembra que essa foi a mesma estratégia utilizada nos projetos de implantação dos complexos industriais baianos nas décadas de 1960 e 1970.

O Estado foi dividido em Zonas Turísticas, sendo que a Costa do Descobrimento e a Costa dos Coqueiros (Litoral Norte, região de estudo deste trabalho) foram escolhidas como prioridade⁷⁶ (FIGURA 9, p.100).

As obras foram iniciadas em 1995 e concluídas em 2001. Contudo, o Estado entendeu que seria necessária uma segunda etapa: Prodetur-Ba II, com a finalidade de dar continuidade às obras da primeira fase (TABELA 5, p. 101).

Apesar dos benefícios inegáveis que o Prodetur-Ba I proporcionou para algumas regiões do Estado, algumas críticas foram feitas à sua implantação. Segundo Queiroz (2002), as obras do Programa acarretaram um significativo endividamento para o Estado, perante os bancos estrangeiros. Já para Cruz (2001b), o Prodetur I favoreceu o modelo de concentração espacial da infra-estrutura, característico dos Megaprojetos Turísticos, embora não tenha sido uma decisão política clara do Projeto. Para a autora trata-se de um processo de urbanização de áreas específicas para o uso do turismo que exclui a população nativa das localidades onde foram implantados os megaprojetos.

⁷⁶ Apenas a Costa do Descobrimento foi aprovada pelo BID para receber os investimentos do Prodetur-Ba, porém, na prática, o Governo estendeu as ações para outras regiões como o Litoral Norte, baía de Todos os Santos, Costa do Dendê e Costa do Cacaú (QUEIROZ, 2002).

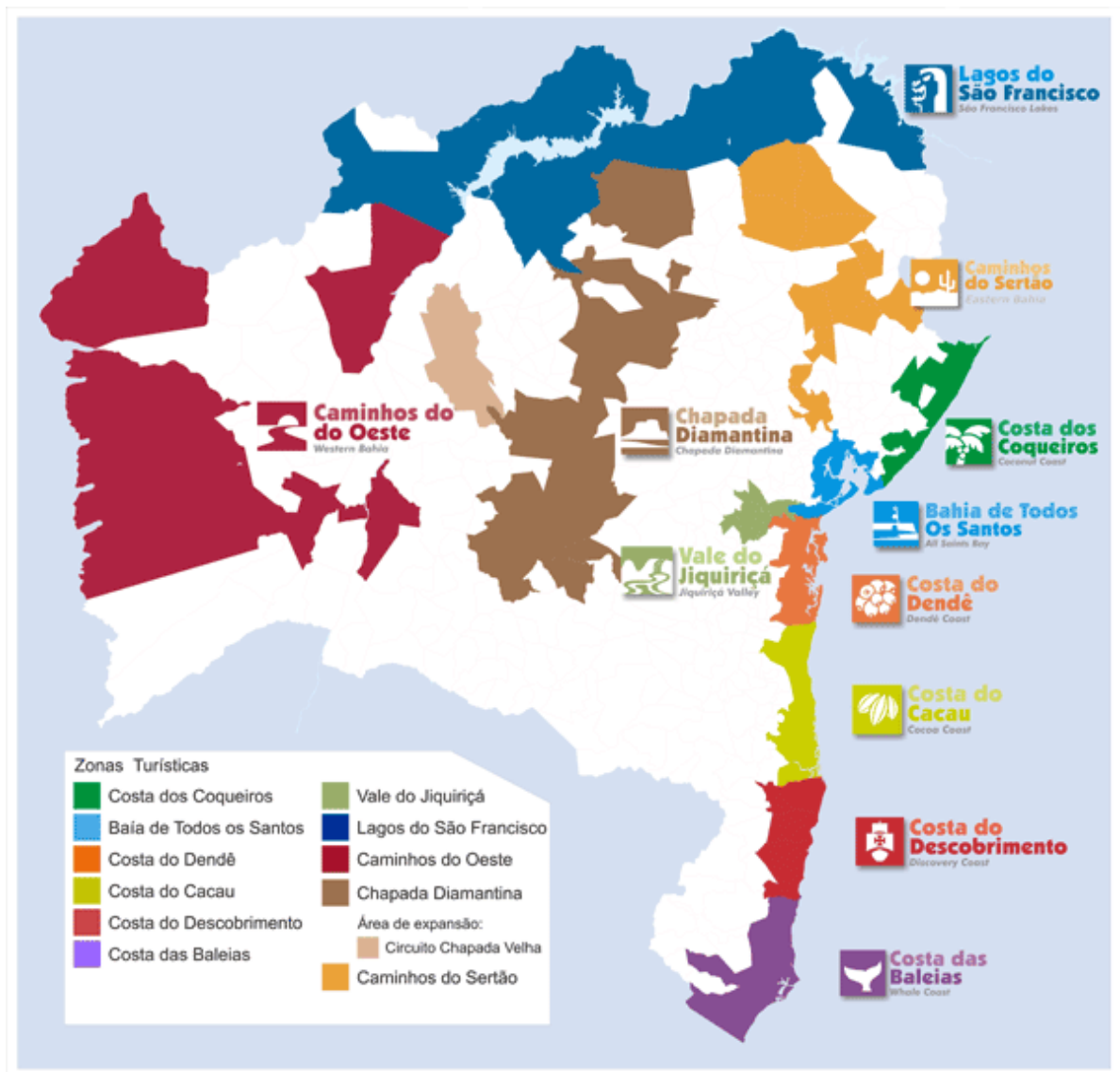


FIGURA 9 - BAHIA - Zonas Turísticas (1991 - 2020)

Fonte: Suinvest

TABELA 5 - Prodetur-Ba - Etapas concluídas

Projetos	Valor Da Obra Us\$ Mil	Data De Conclusão
Baía De Todos Os Santos	123.187	
Recuperação da Igreja do Bonfim	1.195	12/19/98
Quarteirão Cultural/Praça das Artes	5.429	07/1999
Centro Histórico de Salvador - 6ª etapa - fase 1 (contrapartida)	278	08/1999
Centro Histórico de Salvador – 6ª etapa (contrapartida)	1.494	03/1999
Ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador	114.570	09/2002
Elaboração do Projeto das Fortalezas – Salvador	201	03/2005
Projeto Orla (Elaboração do Projeto de Urbanização Amaralina/Armação) – Salvador	20	05/2005
Costa Dos Coqueiros	5.528	
Sistema de esgotamento sanitário de Praia doForte	1.055	07/2001
Sistema de esgotamento sanitário de Sauípe	4.473	12/2000
Costa Do Dendê	3.334	
Acesso Aeroporto de Valença/Atracadouro B. Jardim (contrapartida)	3.046	06/2000
APAs Pratigi e Maráu	94	07/2000
Restauração de paisagens degradadas e sinalização - APA Pratigi	7	10/2002
Educação ambiental da APA Pratigi	102	06/2001
Centro de visitação da APA Pratigi	85	06/2001
Costa Do Cacau	18.841	
Rodovia ilhéus/Itacaré	18.058	05/1998
APAs Itacaré/Serra Grande, Lagoa Encantada e Parque do Conduru	783	12/2003
Costa Do Descobrimento	83.966	
Sistema de abastecimento de água de Belmonte (contrapartida)	982	06/1996
Sistema de abastecimento de água Arraial D’Ajuda (contrapartida)	633	08/1996
Sistema de abastecimento de água Trancoso (contrapartida)	328	08/1996
Aeroporto de Porto Seguro	5.480	12/1996
Atracadouro Cabrália/Tombador	256	12/1996

TABELA 5 - Prodetur-Ba - Etapas concluídas (continuação)

Projetos	Valor Da Obra	Data De
	Us\$ Mil	Conclusão
Rodovia Cabrália/Belmonte (contrapartida)	8.499	05/1997
Sistema de abastecimento de água de Porto Seguro - Orla Frei Calixto (B e C)	5.361	11/2000
Sistema de esgotamento sanitário de Belmonte	2.994	08/2001
Implantação da APA de Santo Antônio	118	09/2002
Urbanização de Trancoso	345	02/2003
Receptivo turístico - Centro Turístico de Porto Seguro	27	10/2002
Atracadouro Porto Seguro/Apaga Fogo (contrapartida)	384	12/1997
Sistema de abastecimento água e esgotamento sanitário de Porto Seguro – Setor A	11.885	08/1998
Sistema de abastecimento de água de Santa Cruz Cabrália	744	07/1999
Sistema de abastecimento de água de Coroa Vermelha	276	12/1999
Drenagem de Porto Seguro/acesso Apaga Fogo/Arraial D’Ajuda	5.719	12/1999
Rodovia Porto Seguro/Trancoso	21.553	01/2000
Plantio de grama e hidrossemeadura - Rodovia Porto Seguro/Trancoso	29	09/2001
Recuperação de matas ciliares de Porto Seguro (contrapartida)	315	02/2000
Recuperação do patrimônio histórico de Porto Seguro/Trancoso	2.026	04/2000
Sistema de esgotamento sanitário de Coroa Vermelha	1.057	05/2000
Sistema de esgotamento sanitário de Santa Cruz Cabrália	2.870	01/2001
Sistema de esgotamento sanitário de Porto Seguro - Orla Frei Calixto (B e C)	7.932	10/2000
Sistema de esgotamento sanitário de Arraial D’Ajuda	2.767	12/2000
Desenvolvimento institucional – C.R.A. - Centro de Recursos Ambientais	211	12/2002
Desenvolvimento institucional da Embasa	187	07/2002
Sistema de esgotamento sanitário de Trancoso	988	06/2003
Chapada Diamantina	7.469	
Aeroporto de Lençóis	7.469	05/1998
Global	2.272	
Desenvolvimento Institucional da Secretaria da Cultura e Turismo e Bahiaturisa	2.272	03/2005
Sub-Total	244.	-

TABELA 5 - Prodetur-Ba - Etapas concluídas (continuação)

Projetos	Valor Da Obra Us\$ Mil	Data De Conclusão
Costa Do Cacau	2.178	
Sistema de esgotamento sanitário de Itacaré	2.178	02/2006
Sub-Total	2.178	
Total Geral	246.775	

Fonte: Bahiatursa.(2005) Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>

Na década de 1990 o turismo assume, finalmente, posição de destaque nos planos do Governo Estadual (TABELA 6, p. 104) Além do Prodetur-Ba I, a Bahiatursa também trabalhou de forma intensiva em três aspectos: qualificação dos serviços e da mão-de-obra, captação de investimentos; promoção do destino Bahia no exterior. O Prodetur-Ba II, apesar de essencialmente conservar as estratégias da fase I, também ampliou o seu foco para a melhoria das relações entre os poderes estadual e municipal e para a gestão participativa, através de mecanismos, criados ainda no final da primeira fase, como os Conselhos Regionais de Turismo (QUEIROZ, 2002).

TABELA 6 - Investimentos públicos (em US\$) nas zonas turísticas na Bahia - 1991-2020

Zonas	Concluído	Em execução	Em projeto	Total
Vale do Jequiçá	869			869
Lagos do São Francisco	5.348	93	907	6.348
Caminhos do Oeste	5.600	811	1.831	8.242
Costa dos Coqueiros	128.587	2.329	140.300	271.216
Baía de Todos os Santos	894.363	53.698	288.150	1.236.211
Costa do Dendê	68.643	37	214.462	283.142
Zonas	Concluído	Em execução	Em projeto	Em projeto
Costa do Cacau	109.584	11.014	230.227	350.825
Costa do Descobrimento	145.967	3.329	174.967	324.263
Costa das Baleias	45.002	90	172.412	217.504
Zonas	Concluído	Em execução	Em projeto	Total
Chapada Diamantina	107.355	10.859	205.439	323.653
Outras	143.819	3.625	181.578	329.022
Total Geral	1.655.137	85.885	1.610.273	3.351.295

Fonte: Bahiaturisa (2005). Disponível em: <<http://inep.gov.br>>

Um outro fato relevante para o turismo na Bahia foi a criação da Secretaria da Cultura e Turismo - SCT, em 1995. O objetivo do Governo foi o de colocar sob responsabilidade do mesmo órgão duas áreas: turismo e cultura, devido à interdependência entre elas.

Ao concluir sua análise sobre a institucionalização do turismo na Bahia, Queiroz (2002) explica que durante todo o período por ela analisado (décadas de 1930 a 1990) o Governo do Estado foi o grande agente promotor das atividades que envolvem a atividade, desde a infraestrutura; a qualificação de mão-de-obra; marketing; a construção de equipamentos turísticos e os serviços específicos do segmento.

A autora constatou, também, uma tendência à inversão desse papel, de acordo com o novo posicionamento exigido do Poder Público pela ordem mundial. O Estado quer agora dividir com

a iniciativa privada e com as lideranças municipais boa parte das atribuições que vem desempenhando ao longo do tempo.

A idéia é praticar uma gestão descentralizada da atividade; para tanto foram tomadas algumas medidas como: a) a criação do Roteiro Náutico do Litoral da Bahia, numa parceria com o Centro Náutico da Bahia - CENAB, a fim de recuperar a infra-estrutura náutica do Estado; b) a criação de uma Política de Proteção do Recursos Naturais, cujo objetivo era a criação de Unidade de Conservação, a educação ambiental das comunidades e a proteção e recuperação ambiental; c) a elaboração de roteiros turísticos pra ressaltar o produto estadual; d) a criação do Programa de Certificação de Qualidade no Setor de Turismo do Estado da Bahia - QUALITUR, que visa o incentivo à gestão da qualidade nos empreendimentos do ramo; e) as ações de promoção do produto Bahia nos mercados nacional e internacional; f) a criação do portal eletrônico www.bahia.com.br, para divulgação de informações turísticas; g) a criação do Programa Fidelidade Bahia com o intuito de consolidar mercados; h) a promoção de iniciativas para a captação de investimentos privados nacional e estrangeiro; i) a criação do Fórum de Estudos Avançados em Turismo - FEAT; j) o incentivo à cultura, através da criação do Programa FAZCULTURA ; l) a criação do *Cluster* de Entretenimento da Bahia na Capital e região metropolitana, em 2002 (BAHIA, 2005).

Das ações empreendidas nos últimos anos merece destaque a criação do *Cluster* de Entretenimento da Bahia⁷⁷, cujos objetivos são: desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico do turismo em toda a Bahia; promover e apoiar o turismo sustentável; contribuir no relacionamento entre Governo e iniciativa privada; estimular a

⁷⁷ “[...] um *cluster* tem como característica o envolvimento de entidades e agentes produtivos vinculados a uma atividade específica , em um espaço geográfico determinado”(BAHIA, 2005, p. 61).

responsabilidade social empresarial; incentivar a educação permanente em entretenimento cultura e turismo como fator socioeconômico⁷⁸.

A política de turismo de Governo do Estado da Bahia está consoante com a política de turismo praticada pelo Governo Federal, e, até o presente momento, apesar de inovar em suas ações, permanece orientada no sentido de cima para baixo, ainda que se pratique uma gestão descentralizada e tenha a participação de entidades comunitárias. Fica clara, também, a idéia de que o turismo será a alavanca para impulsionar um processo de desenvolvimento econômico e social no Estado.

Pode-se esperar uma nova fase no turismo baiano, porém, essa deverá continuar seguindo o modelo neoliberal que vem trilhando até o presente momento, com favorecimento de megaprojetos, os quais centralizam a atividade turística em áreas específicas.

Novos destinos serão buscados, preferencialmente no litoral e nas regiões ainda inexploradas. A atenção tem sido centrada no Litoral Norte, em parte devido às unidades de conservação ambiental⁷⁹ que preservam as qualidades cênicas das localidades.

A seguir, será apresentada a pesquisa de campo sobre uma dessas localidades - Siribinha - a fim de se verificarem as condições para a implantação da atividade turística, como forma de colaboração para o desenvolvimento socioeconômico.

⁷⁸ Informações retiradas do site: <http://www.cluster.org.br>.

⁷⁹ Ao todo o Litoral Norte possui três Unidades de Conservação, são elas: Área de proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, Área de Proteção Ambiental de Mangue Seco e a Reserva da Sapiranga.

5 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DO CONDE - O CASO DE SIRIBINHA.

Conforme explicitado na introdução deste trabalho, foi realizada, além da pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo empírica, qualitativa, de caráter observacional. Como explica Cook (1987), o foco da pesquisa de observação deve ser o comportamento que está ocorrendo num ambiente, como resultado de um determinado evento. Marconi (1999) completa afirmando que a observação pode ser estruturada ou não-estruturada; participante ou não participante; individual ou em equipe; e de vida real ou em laboratório. Nesse caso específico, a pesquisa que será descrita apresenta as seguintes características: não-estruturada, participante, individual e de contexto de vida real.

A opção por uma pesquisa não-estruturada, ou seja, sem controle previamente estabelecido, foi em decorrência da natureza do objeto da pesquisa que é o de compreender o comportamento da comunidade em relação ao turismo. Por se tratar de uma comunidade de pescadores, sensíveis à qualquer forma de investigação explícita, optou-se por não utilizar aparelhos de gravação ou câmeras de filmagem, para não causar qualquer interferência ou inibição nos colaboradores, com a finalidade de não limitar as informações. Para tanto, seguiu-se a orientação, encontrada na obra de Cook (1987), de que, nesse caso, os dados devem ser anotados posteriormente e devem fornecer as bases necessárias para a confirmação ou negação das hipóteses.

Para julgar se os efeitos oriundos da prática da atividade turística sobre a comunidade se refletem no cotidiano da população, empregou-se a pesquisa participante, a fim de se vivenciar as atividades normais da comunidade e compreender o universo das variáveis que influenciam no seu comportamento. Sendo assim, a autora deste estudo permaneceu por um período de um mês

em convívio direto com a comunidade de Siribinha. Os dados obtidos nesse período encontram-se no anexo II e serão comentados ao longo do capítulo.

A seguir, será feita a caracterização da região estudada. À medida em que as informações forem reveladas irá sendo compreendida a realidade apresentada pela localidade de Siribinha e a do Município do Conde, que a engloba, para que se possa ter uma melhor compreensão do contexto social e da situação apresentada no local.

5.1 Histórico Regional

Compreendido na faixa litorânea que se estende desde Salvador, no Estado da Bahia, até o município de Jandaíra, na divisa de Sergipe, o Litoral Norte possui 193 quilômetros de extensão.

Sua formação histórica teve início nos séculos XVI e XVII, no Brasil Colonial, a partir da formação de duas localidades: a Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga (atual Lauro de Freitas); e a Aldeia do Espírito Santo (atual Abrantes, estendendo-se até Camaçari). Ambas decorrentes das atividades dos Jesuítas, que pretendiam a catequização dos índios nativos da região. Também de grande relevância foi a presença da Casa da Torre de propriedade de Garcia DÁvila que, em nome dos interesses da Coroa, exerceu grande poder e influência numa faixa de terras que atualmente corresponde a boa parte da região norte e nordeste do País.

Nos últimos sessenta anos, surgiu na região um processo de acelerada modificação que fez do Litoral Norte uma área de destaque para os interesses estaduais.

Durante a década de 1940 - período da Segunda Guerra Mundial - a localidade de Lauro de Freitas transformou-se em base militar americana, sofrendo algumas modificações importantes para o processo de mudança do qual seria alvo posteriormente. Nessa época foi iniciada a

construção do Aeroporto de Ipitanga, atual Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, o que provocou a valorização das terras locais.

Ainda nesse período, a descoberta de petróleo nos municípios de Itanagra, Pojuca, Mata de São João, Entre Rios e Cardeal da Silva provocou o fim de uma fase de pouco relacionamento com o resto do Estado.

Nos anos 1960, foi inaugurada a BA-099, popularmente chamada de Estrada do Coco, em alusão ao vasto coqueiral existente na região. Essa estrada ligou o Aeroporto até a localidade de Praia do Forte, percorrendo uma distância de aproximadamente cinquenta quilômetros. Sua inauguração significou, dentre outras coisas, a hiper-valorização do território, gerando uma significativa especulação imobiliária que teve início na década de 1970, e que até os dias atuais não para de crescer. O surgimento de condomínios particulares, como Interlagos e Busca Vida, imprimiu à região uma nova dinâmica. Um novo fluxo de moradores ocorreu à região e passou a utilizar essas áreas para fins de veraneio e residencial.

O processo de mudança identificado no Litoral Norte intensificou-se a partir da década de 1970, com a instalação da Tibrás – Titânio do Brasil S.A. (atual Millenium) – que foi a primeira grande indústria química a se instalar na Bahia, seguindo-se da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que transformou, de forma definitiva, o papel desempenhado pela região no panorama econômico estadual. Ainda nos anos 1970 ocorreu a criação do Distrito Florestal do Litoral Norte – DFLN com uma área de 763.000 hectares⁸⁰.

Os anos 1980 seriam o marco da transformação da região. Além da atividade industrial representada pela Tibrás e pelo Pólo Petroquímico, surge com muita intensidade a atividade turística. Praia do Forte torna-se o “carro-chefe” dessa atividade, e consegue, em pouco tempo,

⁸⁰ Para plantação de florestas exógenas, pinu e eucalipto, e de pólo industrial econômico o que acelerou a derrubada da Mata Atlântica e agregou pouco desenvolvimento à região.

transformar-se num destino turístico internacional. Várias localidades, que até aquele momento permaneciam inexploradas passaram a ser alvo do turismo tanto nacional como internacional, como é o caso de Imbassaí, Guarajuba, Jauá, etc.

Em 1993 foi inaugurada a Linha Verde; um prolongamento da BA-099. Foi a primeira rodovia ecológica do País, com 142 quilômetros de extensão. Inicia-se na Praia do Forte e vai até Mangue Seco, na divisa com Sergipe. Na mesma época o Governo baiano decretou a criação da APA-LN, uma área com 1.348 Km² que abrange cinco municípios e suas localidades: Mata de São João (Praia do Forte e Imbassaí); Entre Rios (Porto Sauípe, Massarandupió e Subáuma); Esplanada (Baixio e Palame); Conde (Conde, Vila do Conde, Sítio do Conde, Barra do Itariri, Poças e Siribinha) e Jandaíra (Mangue Seco).

No ano de 2000, foi inaugurado o Complexo Hoteleiro Costa do Sauípe. Um investimento de R\$ 340 milhões, instalado numa área de 172 hectares, próximo à localidade de Porto Sauípe. A inauguração desse complexo viria atestar definitivamente a vocação para o turismo do Litoral Norte.

5.2 A Região de Estudo

A APA-LN é subdividida em Porção Sul (Mata de São João e Entre Rios) e Porção Norte (Esplanada, Conde e Jandaíra). De toda a APA o município do Conde é o que apresenta maior extensão territorial com 956 km², e localiza-se a 208 km. da Capital do Estado pela Linha Verde (FIGURA 10, p. 111).

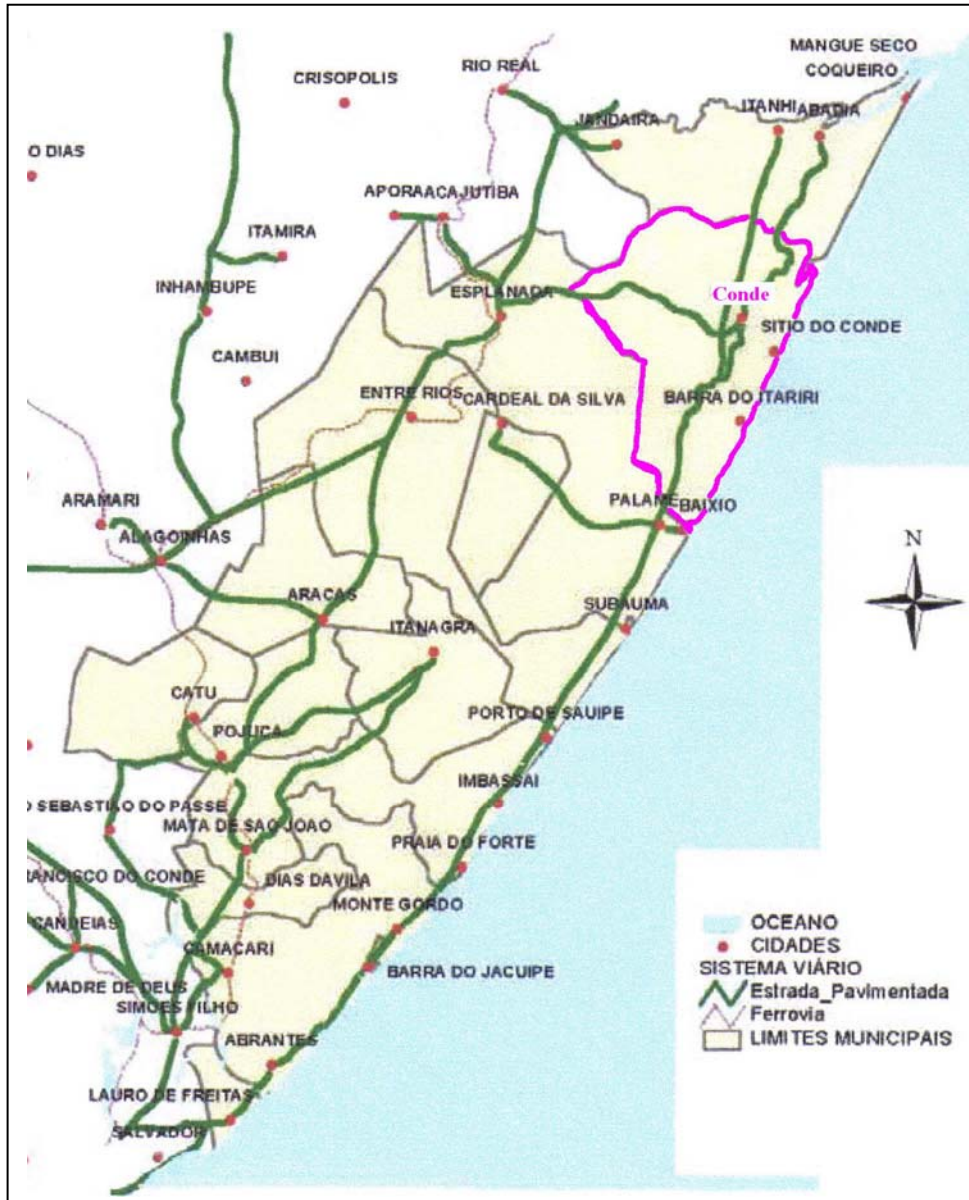


FIGURA 10 - Mapa do Litoral Norte da Bahia.

Fonte: BRASIL, 2003.

Os habitantes originais da região, em estudo, eram os índios Tupinambás. Entretanto, em 1621, o território, então pertencente a Garcia D'Ávila, foi concedido por sesmaria aos Jesuítas para que eles realizassem a catequese dos índios. Assim, surgiu o povoado de Itapicuru de Baixo. Núcleo que deu origem ao atual Município do Conde.

Conde possui inúmeras localidades distribuídas ao longo de seu território; sendo as principais: Conde (sede), Vila do Conde (núcleo histórico), Sítio do Conde, Barra do Itariri, Poças, Siribinha, Cobó, Sempre Viva, Buri, Cangurito e Ilha das Ostras.

Da APA-LN o Município do Conde é o que possui a maior área classificada como manguezal (Rio Itapicuru), o maior conjunto de áreas alagadas (popularmente chamado de “pantanal do Litoral Norte”), um sambaqui (sítio arqueológico em Ilha das Ostras). Também estão presentes na área duas bacias hidrográficas que são: a do rio Itapicuru⁸¹ e a do rio Inhambupe -com a sub-bacia do rio Itariri- (BRASIL, 2003.).

A vegetação original dessa região era a mata Atlântica que tem sofrido grande devastação, por conta das atividades econômicas como: o plantio de pinus e eucalipto (Distrito Florestal do Litoral Norte), a pecuária extensiva, o plantio de coco da baía e o surgimento dos loteamentos.

Das localidades existentes na região, Siribinha foi escolhida como objeto de estudo, por encontrar-se em fase inicial da exploração turística. Situada numa faixa de terra localizada entre a foz do rio Itapicuru e o Oceano Atlântico, localiza-se a 18 km. da sede (Conde), sendo que 12 km. correspondem a uma estrada de barro e areia que margeia todo o litoral. Caracteriza-se como uma península.

⁸¹ Maior bacia hidrográfica do Litoral Norte.

5.3 Características Demográficas

O Município do Conde possui uma população de aproximadamente 20.426 habitantes⁸², caracterizada por ser uma população jovem e bem distribuída entre homens e mulheres (TABELAS 7 e 8).

TABELA 7 - População residente por grupos de idade no Município do Conde - 2000

Total	Menos de 1 a 6 anos	7 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a mais de 65 anos
20.426	3.893	6.593	5.391	3.213	1.838

Fonte: BAHIA, 2001.

TABELA 8 - Distribuição por idade e sexo dos moradores no Município do Conde⁸³ - 2000

Idade	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	155	25,5	187	27,6	342	26,6
10 a 20	190	31,2	176	26,0	366	28,4
20 a 30	80	13,1	86	12,7	166	12,9
30 a 40	71	11,7	70	10,3	141	11,0
40 a 50	38	6,3	48	7,1	86	6,7
50 ou mais	66	10,9	106	15,6	172	13,4
Não respondeu	8	1,3	5	0,7	13	1,0
Total	608	100,0	678	100,0	1.286	100,0

Fonte: BAHIA, 2001.

Segundo ainda dados do último censo (2000), Siribinha possuía 411 moradores, distribuídos em 217 residências. Sua população apresenta a mesma característica quanto à faixa

⁸² Dados do IBGE, último censo realizado em 2000 (BAHIA, 2001).

⁸³ Os dados são referentes à amostra utilizada na pesquisa realizada pelo PRODESU.

etária e distribuição por gênero da população do Município: jovem e bem equilibrada entre homens e mulheres.

5.4 Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade, o Município do Conde é o que oferece a melhor estrutura da APA-LN. São 48 escolas municipais; 05 escolas estaduais; 02 escolas particulares; 07 unidades para alfabetização; e 05 creches (BRASIL, 2003). Entretanto, não se pode afirmar que a população tenha um nível de escolaridade alto; a grande maioria só frequenta até a 4ª série do ensino básico. Segundo dados do relatório do PRODESU (2001), a distribuição da população em relação ao grau de escolaridade é a seguinte: não alfabetizados 12,2%; pré-escola 2,6%; 1ª a 4ª série ensino básico 46,5%; 5ª a 8ª série do ensino básico 16,5%; ensino médio incompleto 3,5%; ensino médio completo 3,5 %, superior incompleto 0,1%; superior completo 0,3%; profissionalizante / técnico 0,9%; magistério 0,5%; fora da escola : menores de sete anos 11,8% (TABELA 9, p. 116).

Em Siribinha, a maior parte das crianças, com idade entre quatro e sete anos, frequentam a escola. O ensino fundamental é realizado na própria localidade, enquanto o ensino médio é realizado em Conde, sede do Município. Porém, alguns jovens, após concluírem a terceira série do ensino médio, param de estudar e são muito poucos os que chegam à universidade. O único curso profissionalizante é o de magistério, na sede do Município, que, apesar de atrair as meninas, não conta com o interesse dos meninos, pois eles preferem se dedicar a outras atividades, ou então são obrigados a começar a trabalhar para ajudar suas famílias.

TABELA 9 - Conde - Grau de escolaridade dos moradores amostrados

Escolaridade	Número	(%)
Não alfabetizados	157	12,2
Pré-escola	34	2,6
1ª a 4ª série ensino básico	598	46,5
5ª a 8ª série do ensino médio	212	16,5
Ensino médio incompleto	45	3,5
Ensino médio completo	45	3,5
Superior incompleto	1	0,1
Superior completo	4	0,3
Profissionalizante/técnico	11	0,9
Magistério	7	0,5
Fora da escola : < de sete anos	152	11,8
Não respondeu	20	1,6
Total:	1.286	100,0

FONTE: BAHIA, 2001 - Relatório síntese - PRODESU.

5.5 Saúde

Em relação à saúde, o Município possui 01 hospital⁸⁴, 07 postos de saúde, 01 laboratório e 01 farmácia popular, para distribuição de medicamentos. Não foi observada a existência de assistência social.

As doenças mais comuns são: esquistossomose, amebíase, diabetes, hipertensão, tuberculose, leishmaniose visceral, dengue e alcoolismo (BAHIA, 2001; BRASIL, 2003).

Em Siribinha existe um posto de saúde com um único profissional de nível técnico que atende a comunidade nas situações mais simples e sem gravidade. Todas as necessidades médicas são tratadas na sede do Município. Dentre as doenças mais comuns foram identificados casos de verminose, tuberculose e, principalmente, alcoolismo.

⁸⁴ O hospital atende apenas os casos de gravidade média. Quando o quadro é mais difícil o paciente é transferido para um hospital mais capacitado, nesse caso o hospital citado foi o Menandro de Farias que fica no município de Lauro de Freitas.

5.6 Saneamento Básico

O serviço de saneamento básico no Conde é considerado precário em toda sua extensão. Existem problemas tanto na distribuição de água, como no tratamento de esgotos (BAHIA, 2001).

Apesar de existir abastecimento de água na maioria das localidades, o Município não possui sistema de tratamento de esgoto, o qual é lançado diretamente nos rios, manguezais e praias, sem nenhum tratamento prévio, ou são lançados em fossas rotas. Esse quadro além de poluir os recursos hídricos locais, também acaba por comprometer a qualidade da água, que chega até as comunidades devido à contaminação das águas superficiais (rios, lago e lagoas) e do lençol freático (BAHIA, 2001) (TABELA 10).

TABELA 10 - Presença de água encanada no Município do Conde ⁸⁵ - 2000

Água encanada	Conde	
	Nº	%
Sim	164	69,8
Não	71	30,2
Não respondeu	-	-
Total	235	100,0

Fonte: BAHIA, 2001.

Quanto aos resíduos sólidos, existe coleta de lixo, porém a realidade aponta para a falta de regularidade no sistema. Segundo o relatório do Projeto Orla (2003), o lixo da região aumentou devido ao crescimento dos povoados; a mudança de hábitos alimentares (antes se consumia mais

⁸⁵ Dados referentes à amostra utilizada na pesquisa realizada pelo PRODESU.

produtos de origem orgânica como peixes, mariscos, frutas e verduras) e à intensificação do fluxo turístico no Município (TABELA 11).

Siribinha encontra-se incluída na rede de coleta de lixo, cujo recolhimento ocorre quatro vezes por semana e é feito em caminhões abertos, não apropriados para esse tipo de trabalho.

TABELA 11 - Coleta de lixo no Município do Conde⁸⁶ - 2000

Coleta de lixo	Conde	
	Nº	%
Sim	39	78,0
Não	10	20,0
Não respondeu	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: BAHIA, 2001.

5.7 Panorama Econômico

O Conde é o único município cuja sede fica localizada na APA-LN, e por isso constitui-se como o principal ponto comercial da região. A feira do Conde é realizada semanalmente, aos sábados, e é o local onde a população vende o excedente da produção e adquire os produtos necessários para sobreviver.

Em Conde as principais atividades econômicas são: o cultivo do coco da baía, a pequena agricultura familiar, a pesca artesanal e a pecuária extensiva (BAHIA, 2001). A atividade industrial é muito pequena (indústria de laticínios, serralherias, madeireiras e fábrica de sabão) bem como o comércio e o artesanato. (TABELA 12). As atividades ligadas aos serviços (turismo)

⁸⁶ Dados referentes à amostra utilizada na pesquisa realizada pelo PRODESU.

começam a adquirir um fôlego maior, contudo ainda não apresentam peso significativo no quadro econômico da região.

TABELA 12 - Principal ocupação no Município do Conde⁸⁷ - 2000

Ocupações	Conde	
	Nº	%
Tradicionais	129	38,0
Construção civil	42	12,4
Hospedagem e alimentação (turismo)	02	2,1
Emprego doméstico	33	9,7
Administração pública	53	15,6
Indústria	10	3,0
Transportes e comunicação	10	3,0
Outras atividades	18	5,3
Total	339	100,0

Fonte: BAHIA, 2001.

A maior parte da população depende da pesca, da mariscagem e da pequena agricultura, como forma de garantir a sobrevivência familiar. Observou-se que algumas famílias vivem da colheita de frutos nativos, da confecção de artesanato e da doação de cestas básicas por parte da Prefeitura Municipal.

Em geral, explora-se mais de uma atividade, como forma de complementar a receita familiar; porém todas de baixo rendimento (BAHIA, 2001). Em Siribinha as atividades econômicas que prevalecem são a pesca artesanal e, nos períodos de veraneio, a prestação de serviço de qualquer espécie aos visitantes da localidade e do entorno.

⁸⁷ Dados referentes à amostra utilizada na pesquisa realizada pelo PRODESU.

5.7.1 A Atividade da Pesca e da Mariscagem

O fato de existirem duas bacias hidrográficas na região e do Município do Conde fazer limite com o Oceano Atlântico favoreceu a prática da atividade pesqueira. O tipo de pesca que prevalece no Município é a pesca artesanal; pesca-se tanto no mar, como nos rios, sendo que ultimamente os rios vêm sendo mais utilizados.

Segundo pesquisa realizada pelo PRODESU (2001), a renda dos pescadores do Conde é pequena. Conforme as estatísticas, 23 % não possuíam renda porque a atividade era desenvolvida como forma de subsistência; 49 % apresentavam renda inferior a um salário mínimo⁸⁸ e 28% apresentavam renda entre um e três salários.

A atividade enfrenta problemas que estão afetando a sobrevivência dos pescadores de todo o Município e também os de Siribinha. O principal deles é a falta de estrutura. Os pescadores não possuem barcos apropriados para enfrentar o mar. A embarcação tradicional - a jangada - tornou-se inacessível. A matéria-prima básica, para fabricação desse tipo de embarcação, é o pau-de-jangada⁸⁹; madeira leve e resistente, de elevada fluabilidade, e ideal para o mar, mas que, devido à exploração descontrolada, está escassa, e não é mais encontrada na região; e, quando encontrada, é comercializada de forma ilegal⁹⁰, a preços altos.

A utilização de barcos modernos na atividade da pesca é inviável, devido à capacidade econômica dos pescadores que encontraram duas soluções: a substituir das jangadas por barcos improvisados, construídos com madeira inadequada e que não possuem as qualidades necessárias para a pesca em alto mar, porque não podem ir muito longe, enchem de água com facilidade e não comportam os equipamentos necessários para essa modalidade de pesca; ou trabalhar para os

⁸⁸ Valores da época.

⁸⁹ *Apeiba Tiourbou* é o nome científico da madeira do pau-de-jangada (BRASIL, 2003).

⁹⁰ O pau-de-jangada é uma madeira que está em extinção e foi proibida a sua comercialização pelo Instituto Brasileiro de meio Ambiente - IBAMA.

donos de barcos adequados à pescaria, os quais fornecem a embarcação e o material necessários, mas ficam com a maior parte da produção, e pagam valores abaixo do mercado para os pescadores. A inexistência de estrutura para acondicionamento do pescado, acaba por comprometer a qualidade e a higiene dos produtos, que somada à precariedade da qualidade das embarcações influenciam negativamente a atividade pesqueira na região.

A região do Conde e a do município vizinho, Jandaíra, têm sido escolhidas para a instalação da indústria do camarão. Em Jandaíra está instalada a Luso Mar Maricultura Ltda. Trata-se de um empreendimento português, que cultiva o camarão cinza⁹¹, de origem da costa do Oceano Pacífico. A produção mensal da empresa é de 180 toneladas de camarão, em média, e os destinos que comercializam essa produção são: Europa (França, Espanha e Portugal) e Brasil (Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo) (BAHIA, 2001).

Em 2003 foi instalada uma dessas “fazendas de camarão” em Siribinha, porém a produção foi interrompida em 2005 por ação direta do Centro de Recursos Ambientais - CRA para proteção do manguezal local. Entretanto, no município vizinho - Jandaíra - a atividade é forte. O principal problema desse tipo de cultura são os danos que podem causar ao meio ambiente; dentre eles estão: a perda da cobertura vegetal para implantação dos tanques; a alteração de padrões de circulação e sedimentação; a alteração da cunha salina; da drenagem dos manguezais; da estabilidade da linha da costa; a geração de substâncias tóxicas para os ecossistemas adjacentes; o aumento da turbidez da água; a salinização dos aquíferos; a alteração da biodiversidade, comprometendo as espécies nativas.

⁹¹ *Litopenacus Vannames* é o nome científico do camarão cultivado.

5.7.2 O Panorama Agropecuário

A produção de coco da baía é a que mais se destaca no Município do Conde. A região ocupa os primeiros lugares na produção do Estado (TABELA 13). Em 1997, esse Município chegou a ser o primeiro produtor de coco do Estado, com uma produção média de 81.000 toneladas.

Atualmente as fazendas de coco enfrentam problemas quanto à produção, devido as doenças causadas por pragas comuns dos coqueirais. A solução utilizada pelos produtores é a aplicação de agrotóxicos⁹², considerados nocivos ao meio ambiente (BAHIA, 2003).

TABELA 13 - Produção de coco verde no Município do Conde - 2002

Idade da planta (ano)	Número de frutos/planta/ano	
	Irigado	Sequeiro
04	50	20
04	80	35
05	120	50
06	150	70
07 em diante	150	100

Fonte: BRASIL, 2003.

A pecuária extensiva também se encontra presente, mas não possui expressividade no panorama econômica municipal. Os pequenos produtores sobrevivem do plantio da banana, da mandioca, do milho, do feijão e de frutas nativas. Esses produtos são cultivados em áreas pequenas, e o excedente é comercializado na feira do Conde.

Em Siribinha a produção agropecuária é incipiente, existindo somente a troca de pequenas quantidades para atender às necessidades imediatas; o restante a população adquire na feira do Conde.

⁹² Tipos de agrotóxicos mais utilizados: Metasitóx, Nuvacron, Azodrin, Benlat e Filisuper (BRASIL, 2003).

5.7.3 O Turismo

O turismo no Município do Conde teve início com a presença de veranistas da própria região, especialmente da cidade de Alagoinhas. Foi com a inauguração da Linha Verde que os turistas provenientes de Salvador, de outros estados do País e do exterior começaram a freqüentar o lugar.

A região do Conde caracteriza-se por ser uma área rica em recursos naturais, com potencial para atrair o turismo do tipo ecológico, onde predominam unidades ecológicas variadas: manguezais, dunas, brejos, florestas da mata Atlântica, etc.

Os principais atrativos turísticos são: Barra Nova (área de lagoas, mangues e coqueirais); Cachoeira do Vermelho; Cachoeirinha; Foz do rio Itapicuru; praia da Barra do Itariri; praia de Siribinha; Vila do Conde; Cavalo Russo; praia do Sítio do Conde; rio das Ostras; rio de Pedras. (BAHIA, 1999).

No ano de 1993 o parque hoteleiro do referido Município compreendia 12 estabelecimentos. Em 2002 esse número subiu para 49, dos quais 07 localizam-se em Siribinha; sendo que 02 pertencem a proprietários de Esplanada, 02 a proprietários de Salvador, e 03 pertencem ao próprio Município (BRASIL, 2003).

A região é freqüentada tanto por turistas nacionais como internacionais. Os turistas nacionais são, em sua maioria, provenientes do próprio estado da Bahia, de Sergipe, de Goiás, de Minas Gerais e de São Paulo. Os turistas baianos e sergipanos costumam permanecer nos finais de semana, enquanto os demais costumam passar uma semana (BRASIL, 2003).

O turismo praticado no Município caracteriza-se por ser mais descentralizado, sem a presença dos grandes empreendimentos hoteleiros. Grande parte dos empreendimentos turísticos é de pequeno porte.

Segundo Mattedi (2002), a reação da população em relação ao turismo é de contradição. Muitos acreditam que a atividade pode trazer benefícios, mas existem também aqueles que temem pela destruição dos elementos que compõem seu modo de vida.

É verdade que o turismo vem contribuindo para o crescimento da região, mas também já é possível identificar alguns problemas que, de certa forma, e não exclusivamente, estão atrelados à atividade.

Um deles é a crescente transformação espacial, e o maior exemplo foi a mudança que aconteceu na região, devido à abertura da estrada da Linha Verde, um projeto que tinha como objetivo principal estimular o turismo na região. Conforme Mattedi (2002), a estrada levou as comunidades localizadas a oeste da região ao isolamento, já que essas localidades faziam parte de um único território que se fragmentou, constituindo, hoje, pontos de grande pobreza na região.

Outro fato ligado à questão espacial está na transformação da paisagem. Em algumas localidades do Conde, como Sítio do Conde e Barra do Itariri, que antes possuíam espaços ocupados pela vegetação nativa e pelos coqueiros, deram lugar a loteamentos, principalmente na linha à beira mar. A especulação imobiliária já é forte na região e é comum se encontrarem placas de anúncio de venda de terrenos em todo o território. Ainda sobre essa questão, o Projeto Orla (2003) apontou para outras consequências do turismo; são elas: o uso de drogas e a exploração do turismo sexual.

Esse acréscimo populacional, sem uma infra-estrutura adequada de saneamento, destrói justamente aquilo que se veio buscar: a qualidade dos lagos, dos rios, dos mangues e, principalmente, das praias.

5.8 Ações Públicas

O Município do Conde possui um Documento de Diagnóstico e Potencialidades que visam fornecer informações para a promoção do desenvolvimento da região. Algumas das ações previstas são: a) a mudança da pesca artesanal para a pesca industrial; b) o incentivo à pecuária leiteira, através de investimentos em tecnologia e melhoria genética do rebanho; c) o investimento e a introdução de novas técnicas para a ampliação de novas áreas de produção; d) o incentivo à fruticultura; e) o incentivo ao artesanato com a promoção de cursos de capacitação; f) o incentivo ao turismo através do aproveitamento das potencialidades naturais do lugar (BAHIA, 2001). Para tanto, a Prefeitura tem parcerias com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA; o Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas – SEBRAE; o Centro de Recursos Ambientais – CRA; a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia – CAR; a Secretaria da Agricultura - SEAGRI, BAHIA PESCA; a Universidade Federal da Bahia - Instituto de Biologia – UFBA.; a Universidade Estadual da Bahia – UNEB; as “ongs” Ipiranga e Comungos⁹³; a Associação João de Barros e o Instituto da Hospitalidade – IH. (BRASIL, 2003).

Em relação ao turismo, segundo informação do Secretário Municipal de Turismo, Sr. Edemir Lima, a região ainda não está engajada na nova política de planejamento do Governo Federal. O Município não segue o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Todas as iniciativas são locais, sendo que algumas ações já estão em andamento e fazem parte do Plano Municipal para o desenvolvimento do turismo. São elas: a) a realização de atividades para aproximar as comunidades; b) a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico para a

⁹³ Ongs ligadas à questão ambiental.

região; c) o inventário dos atrativos naturais; d) a estruturação de calendário de eventos culturais da região; e) a implantação de pontos de informação turística.

Além dessas ações foi informado que a Secretaria de Turismo trabalha em parceria com a Bahiatursa, que fornece o material promocional e com o Sebrae, que oferece cursos de capacitação para o empresariado local. Durante a pesquisa de campo houve um treinamento do Sebrae, cuja finalidade era capacitar os donos de restaurantes, bares, barracas de praia e hotéis para o exercício das atividades do turismo. Porém, pode-se perceber que o número de empresários presentes estava muito abaixo daquele esperado pelo órgão.

Atualmente o Município foi incluído no Projeto Orla, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - Governo Luiz Inácio Lula da Silva. O Projeto prevê o reordenamento da costa litorânea, a fim de promover a preservação do meio ambiente. Algumas ações já estão sendo colocadas em prática, como informou o Secretário de Turismo, dentre elas a de não se poder mais construir no litoral, sem a autorização prévia dos órgãos responsáveis.

Percebe-se que a Prefeitura Municipal do Conde vem buscando desenvolver ações que venham solucionar os problemas ligados ao turismo, através do trabalho da Secretaria de Turismo. Entretanto, nota-se que nenhuma das iniciativas prioriza o esgotamento sanitário, a coleta e a limpeza na localidade de Siribinha.

5.9 Convivendo com a Comunidade

Durante o convívio com a comunidade, procurou-se analisar os aspectos mencionados anteriormente, e observar a realidade apresentada em Siribinha, com a finalidade de averiguar se a localidade possui condições de implementar a atividade turística.

Em relação à escolaridade da população local foi possível observar que, apesar da maioria das crianças e dos jovens frequentarem a escola, o grau de instrução em geral é muito baixo, e reflete a mesma situação apresentada em todo o Município.

Quanto à saúde, o número de pessoas alcoólatras no lugar é preocupante; verificou-se desde pessoas idosas a homens em idade produtiva, e, conforme observação e relato de moradores, algumas crianças, filhos de pais alcoólatras, também já consomem álcool. Uma outra observação importante é a de que esses habitantes são, ao mesmo tempo, os mais pobres. Foi observado o caso de uma família onde o pai⁹⁴ tornou-se alcoólatra e a mãe, que para o sustento da família (02 filhos) cata aratu – um tipo de crustáceo - no mangue, também apresentava indícios de alcoolismo. Os moradores mais pobres e alcoólatras são estigmatizados pelo resto da comunidade como sendo preguiçosos.

Um outro fator que compromete a saúde da população está ligado ao saneamento básico. Durante o período de pesquisa, foi observado que a coleta de lixo era feita em dias alternados, mas algumas vezes o caminhão coletor não aparecia e o lixo ficava espalhado pela localidade, favorecendo a presença de insetos e roedores. Também é comum encontrar lixo nos manguezais, nas praias, e na trilha que leva ao principal atrativo turístico que é o Cavalo Russo⁹⁵; fato totalmente incompatível com o mínimo necessário para a população local e muito negativo para a implementação do turismo.

Durante o trajeto para Siribinha é possível encontrar residências sem nenhum acesso ao sistema de abastecimento de água ou esgoto. Apesar da maioria dos domicílios serem de alvenaria, registrou-se um número considerável de residências que são construídas de taipa ou de palhas de coqueiro, sem as mínimas condições de higiene.

⁹⁴ Sem poder trabalhar, segundo ele, por causa de diabetes.

⁹⁵ O Cavalo Russo na verdade é um trecho do rio Pirangi que possui água avermelhada e bastante agradável para banho.

A atividade econômica que prevalece em Siribinha é a pesca no mar, apesar dos pescadores também utilizarem o rio⁹⁶. Entretanto, a situação torna-se mais crítica devido à dificuldade enfrentada por causa dos conflitos com os pescadores da localidade de Poças⁹⁷. Conforme informação dos moradores foi tentada a criação no Município do projeto Fundipesca⁹⁸, que visava solucionar os principais problemas dos pescadores. Siribinha seria contemplada com um barco e equipamento para pesca em alto mar, o qual seria utilizado sob forma comunitária. Porém, segundo os pescadores, devido a um acidente, a pessoa responsável pelo projeto veio a falecer antes que o pedido da comunidade fosse atendido, e a iniciativa foi abandonada. Esse fato caracteriza bem a ausência de liderança local e de organização da sociedade de Siribinha.

A atividade da mariscagem é mais praticada pelas mulheres, que catam, principalmente, o aratu e vendem o produto já quebrado e sem cascas. O quilo do “catado” é comercializado por R\$ 8,00 ou R\$ 10,00, variando de acordo com a qualidade do marisco.

Outro problema que afeta os pescadores é a concorrência dos barcos vindos de fora; os moradores afirmam que esses barcos vêm de Valença e de Sergipe, o que não pode ser comprovado; sendo que os mesmos exploram o litoral com atividade de pesca predatória e levam os recursos do lugar para serem vendidos em outros mercados. O que atrai os barcos forasteiros, principalmente, é o camarão, mas também ocorre a pesca diversificada. Além de se beneficiarem dos recursos locais, os barcos espantam algumas espécies que costumam adentrar a foz do rio e que servem de alimento para os pescadores de Siribinha, como é o caso do robalo, espécie de

⁹⁶ A pesca de rio é problemática porque os pescadores de Siribinha pescam na foz do Rio Itapicuru e os moradores de Poças, localidade próxima, utilizam a mesma foz para saírem para o mar. Os pescadores de Poças se queixam dos colegas de Siribinha, pois acusam os mesmos de colocarem suas redes em toda extensão do canal atrapalhando a passagem dos barcos. Já os pescadores de Siribinha reclamam porque os barcos de Poças rasgam as redes e destroem as armadilhas (curral) colocadas no lugar.

⁹⁷ Localidade que fica à margem da estrada que leva à Siribinha.

⁹⁸ Projeto criado pelo Governo Estadual para sanar as dificuldades enfrentadas pelos pescadores.

peixe considerada nobre. Foi observada a crença da comunidade de que a diminuição do estoque de pescado é decorrente de formas inadequadas de pesca dos “barcos de fora”.

É comum na região a presença de intermediários, chamados de “atravessadores”, que compram a produção local a preços baixos para depois revender em outros locais. A maioria das mulheres que catam aratu em Siribinha vendem sua produção para esses intermediários. Quando questionadas, elas afirmam que é melhor vender para o “atravessador” a um preço mais baixo, mas durante todo o ano todo, do que vender esporadicamente a um preço mais alto. Segundo as catadoras os intermediários levam sua produção para Maceió e Recife. Um “atravessador” não fica muito tempo no mesmo local. Em 2003 havia um deles que fazia negócio com a população comprando o catado a R\$5,00. Em 2005 já havia outra pessoa comercializando os produtos. A informação é a de que o primeiro “atravessador” se recusou a pagar um preço mais alto pelo catado e abandonou o comércio. Outro motivo que leva os intermediários a abandonarem as comunidades é a diminuição da produção provavelmente causada pela exploração excessiva dos recursos.

Durante o período da pesquisa de campo não se encontrou caranguejo nos mangues da foz do Itapicuru. Os pescadores de Siribinha informaram que era por causa da “água do camarão que fez com que o caranguejo sumisse”. A explicação dos pescadores encontra respaldo técnico nas características da água liberada dos tanques de produção de camarão⁹⁹ que existem na região.

Além dos fatores já mencionados o que se observou e que dificulta a resolução dos problemas ligados à pesca em Siribinha é a falta de organização dos profissionais. Durante a pesquisa de campo, em uma das reuniões da Associação de Moradores e Amigos de Siribinha, um dos assuntos tratados foi o do pequeno número de pescadores associados à colônia de pesca, o

⁹⁹ O líquido resultante da limpeza dos tanques dos camarões contém resíduos tóxicos que teriam comprometido a população de caranguejo.

que caracteriza que a categoria não é unida, dificultando a busca e a reivindicação de soluções para as dificuldades que afligem o setor. Constatou-se que a comunidade de pescadores não tem consciência do associativismo, até mesmo porque estar cadastrado em uma colônia de pesca é uma condição fundamental para que o pescador possa se aposentar no futuro.

Fruto da observação participante pode-se depreender que a atividade da pesca em Siribinha vem enfrentando dificuldades e a população que sobrevive dela vê com pessimismo seu futuro. Sem condições de sobreviver, torna-se fantasioso falar em educação ambiental. Algumas catadoras de aratu confessaram que pegavam fêmeas e aratus pequenos porque se não o fizessem não teriam o que vender e conseqüentemente o que comer. A mesma coisa acontece com o período do defeso do robalo e de outras espécies. Sem ter outras alternativas ou por não estar associado e por isso não ter direito de receber um salário durante o período do defeso¹⁰⁰, o pescador acaba por capturar animais que deveriam ser preservados. Conclui-se, também, pela inexistência de representantes do Estado nas reuniões e durante o período da observação, que o poder municipal e os órgãos responsáveis pelo meio ambiente desconhecem a realidade desses trabalhadores. A situação da pesca na região é séria, bem como daqueles que dependem dessa atividade pesqueira.

O turismo em Siribinha encontra-se em estágio inicial. A região apresenta uma infraestrutura precária no que diz respeito ao abastecimento de água e ao fornecimento de energia elétrica, que não suporta os períodos de grande fluxo turístico. É comum faltar água e luz na alta estação. Durante a pesquisa de campo pôde ser comprovado que, à medida que a alta estação se aproxima, começa a ser comum a queda de energia. Os moradores informaram que sempre têm problemas com a empresa responsável pelo fornecimento de energia¹⁰¹, porque nem sempre ela

¹⁰⁰ Época em que não se pode pescar para garantir que a espécie possa se reproduzir.

¹⁰¹ Companhia de Eletricidade da Bahia - COELBA.

arca com os prejuízos advindos da queima de aparelhos eletrodomésticos. Quanto à falta d'água, nos períodos de maior fluxo - verão - a comunidade precisa se guarnecer enchendo vasilhames com água no início da manhã para não ficar desabastecida durante o dia e à noite.

Durante a pesquisa foi possível observar e colher informações da comunidade de que já há uma certa dependência econômica da atividade turística. Durante a alta estação quase toda a comunidade fica ocupada com alguma atividade; seja a de pesca e mariscagem, para abastecer os restaurantes locais e do entorno; seja a de barqueiro para fazer a travessia para o Cavallo Russo; ou ainda a de guia e salva-vidas; a de faxineira nas residências alugadas; a de lavadeira ou de motoristas de bugre¹⁰², etc. Já na baixa estação, após o mês de março, as ocupações desaparecem e a comunidade passa uma situação difícil de ponto de vista econômico. Como a pesca já não garante a sobrevivência, uma parte considerável da população passa a sofrer privações de toda a ordem.

Ainda, segundo relato de moradores locais, é comum se ver turista usando drogas nas praias, e os mais antigos afirmaram que algumas pessoas da comunidade passaram a consumir maconha¹⁰³ depois que o turismo chegou.

Outros relatos colhidos durante a pesquisa e merecem ser citados: alguns moradores queixaram-se que a Prefeitura “abandonou a Siribinha”. As principais reclamações remetem ao fato do prefeito ter proibido o transporte da comunidade no ônibus que serve aos alunos, sem colocar nenhuma outra alternativa. Isso teria causado certo isolamento da localidade, que ao contrário de outras, como Barra do Itariri, não possui linha de ônibus regular; ao descaso com a estrada que leva à localidade que está em mal estado de conservação; e a falta de manutenção da

¹⁰² Passeio disponível apenas no verão e que leva os turistas para conhecerem a Foz do Itapicuru. Esses passeios são altamente danosos para o ecossistema e para a população, pois a praia de Siribinha é local de desova de tartarugas marinhas e a presença desses automóveis constitui-se num risco para as crianças que brincam nas praias.

¹⁰³ Cannabis Sativa é o nome científico da maconha.

ponte utilizada pelos turistas para acesso ao barco que leva ao Cavallo Russo. Algumas pessoas atribuem estes fatos ao Prefeito ter sido reeleito para o segundo mandato: “antes a Siribinha tinha mais atenção; hoje, ninguém da prefeitura vem aqui”. O problema fica mais grave porque a única associação para defesa dos interesses da comunidade, além de incipiente, é presidida por um funcionário municipal.

Após conviver com a comunidade foi possível observar que, apesar de Siribinha possuir atrativos cênicos, com forte potencial para a exploração do turismo, as condições socioeconômicas não são tão favoráveis, parecendo prejudicar tanto a comunidade como a atividade turística.

A seguir se conclui a dissertação com base no estudo feito e nos resultados da pesquisa de campo.

6 CONCLUSÃO

Após a análise dos dados e das informações provenientes das pesquisas bibliográficas e de campo, foi possível estabelecer algumas relações sobre a situação da atividade turística e seu desenvolvimento na localidade de Siribinha. Também foi possível recolher elementos que pudessem fornecer respostas para a questão que orientou este trabalho: quais as condições para a implantação da atividade econômica de turismo em uma localidade para que a mesma possa colaborar para o desenvolvimento local?

Apesar do turismo encontrar-se num estágio inicial de desenvolvimento, já é possível notar que, se não houver um direcionamento diferente do que vem sendo feito, até o presente momento, a atividade dificilmente poderá impulsionar o desenvolvimento como esperam as autoridades públicas. Apenas se confirmará um crescimento econômico local cuja origem está profundamente ligada à prática da atividade, como aconteceu em outras localidades da APA-LN.

Alguns impactos negativos ligados ao turismo já podem ser notados como: a dependência econômica devido à crise da pesca artesanal e a ausência de diversidade produtiva; o ressentimento daqueles que não estão ligados diretamente ao setor e que por isso sentem-se menosprezados; a degradação ambiental decorrente da presença de lixo e de esgotos ligados ao aumento do fluxo turístico; a transformação espacial fruto da especulação imobiliária; a presença de usuários de drogas e a sobrecarga de pessoas no lugar.

O cenário encontrado forneceu elementos para que fosse confirmada a hipótese principal de que a localidade deve apresentar indicadores que permitam a absorção da atividade econômica, a fim de minimizar os efeitos negativos de sua prática.

A garantia das necessidades básicas físicas e psicossociais são fundamentais durante todo o ano. Como a principal atividade econômica da comunidade a pesca artesanal encontra-se em

crise; a comunidade está depositando suas esperanças no turismo. Durante a alta estação a expectativa é correspondida, mas na baixa estação a situação de privação já se faz presente. Tal fato compromete a dignidade de vida dos moradores e, também, a atratividade do lugar. É necessário desenvolver na comunidade a sua auto-estima e o orgulho para receber seus visitantes, condição prioritária para que aqueles que optem por conhecer o lugar possam ser bem recebidos e sem constrangimentos. O turista é exigente e nem sempre considera a pobreza exótica ou aceita a hostilidade. A comunidade é o principal elemento, que se não for tratada como prioridade comprometerá os demais objetos de consumo do turismo, como o espaço e a cultura. Promover a preservação da pesca artesanal, não somente é a garantia da necessidade básica da alimentação, mas é também a garantia da preservação da identidade dos moradores de Siribinha.

Quanto mais diversa for a base produtiva local maior será a independência da comunidade. Isso não significa que se devam promover atividades baseadas em tecnologia moderna, mas aquelas que exijam tecnologia compatível com as características histórico-estruturais da população. Não adianta transformar a pesca artesanal em industrial se a população não tiver como se adaptar; seja por falta de capital para adquirir os recursos produtivos necessários, ou por falta de aptidão empresarial para lidar com a atividade. O mesmo se aplica ao turismo; investir na atração de turistas exigentes, que primam por um nível alto de prestação de serviço, sem atentar para o fato da comunidade não ter desenvolvido tradição empresarial compatível com a demanda, só irá comprometer, num médio prazo, não só a sua sobrevivência como a prática da atividade.

Sabe-se que toda atividade econômica promove modificações no lugar onde é praticada; algumas mais e outras menos. Os impactos negativos que o turismo pode causar são sentidos com maior intensidade pela comunidade e não pelos turistas, ainda que esses também sofram impactos das viagens. E alguns deles são irreversíveis; por isso, a vontade e o bem-estar da comunidade

devem ser os principais fatores para a promoção dessa atividade. O turismo não pode ser imposto como solução para os problemas de um lugar, por mais que se tenham exemplos positivos no mundo. Cada lugar comporta particularidades que necessitam ser respeitadas e a primeira delas é a disposição da comunidade em arcar com os efeitos que possam advir da prática da atividade turística.

A tradição do planejamento do desenvolvimento nacional foi a de buscar soluções para os problemas nacionais, muitas vezes sem considerar a realidade regional de cada área. A única tentativa de se fazer um planejamento regional foi com o surgimento da Sudene, mas, mesmo assim, o tipo de planejamento adotado seguiu uma linha que pode ser considerado de cima para baixo, comum na história do planejamento brasileiro: as decisões eram tomadas e em seguida implementadas. Foi assim com a industrialização e está sendo assim com o turismo. A atividade vem sendo considerada como um forte fator de desenvolvimento, e em favor desse pensamento o turismo vem sendo incentivado em toda localidade que possua o mínimo necessário de atrativos naturais. Entretanto, devido ao seu caráter de sofisticação e de riscos sociais o turismo deve ser escolhido pelas próprias comunidades e não imposto como uma das formas de promoção de desenvolvimento. Não é o turismo que gera o desenvolvimento, e sim o desenvolvimento que leva ao turismo.

O papel do Estado deveria ser maior, no sentido de fornecer os elementos necessários para que a comunidade possa buscar suas próprias soluções. O planejamento para esse tipo de atividade deveria ser mais no sentido de baixo para cima, a fim de acabar com a mentalidade da dependência e de estabelecer um comportamento pró-ativo.

O Município do Conde encontra-se num momento crucial. É importante se observarem os exemplos das localidades baianas que exploram o turismo há mais tempo, para que se possa planejar a atividade de forma mais positiva. A região apresenta elementos, que se forem

trabalhados de forma adequada, poderão proporcionar vantagens para o lugar: a região possui um ecossistema rico e variado, adequado à tendência ecológica que predomina na atividade; outro fato diz respeito à não existência de grandes complexos hoteleiros. Isso também é favorável, quando se identifica uma outra tendência do setor, que é a prática de um turismo na qual o visitante interage mais com a população local. Além disso, o município será o único a oferecer um turismo descentralizado na APA-LN. Economicamente, isso também favorece mais à comunidade local, pois o capital não é desviado para outras regiões, como ocorre nos grandes empreendimentos hoteleiros administrados por multinacionais e tende a empregar mais a população local.

O turismo pode, sim, ajudar no desenvolvimento de Siribinha, entretanto, faz-se necessário desenvolver um modelo adequado à localidade, a sua comunidade, a sua cultura, a sua aptidão e adotar a infraestrutura necessária, pois o modelo que até hoje foi praticado em outras regiões do Estado e até mesmo na própria APA-LN não vem demonstrando a eficácia desejada.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Á. **Administración del turismo: conceptualización y organización**. México: Trillas, 1991. v.1.
- ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilnei (org.) et al. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.
- ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL. ANPUR. 2005, Salvador. Disponível em: < www.flem.org.br.> Acesso em 02 de ago. de 2005.
- ALIER, Juan Martínez. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: ICARIA, 2ª ed., 1994. 362 p.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 392 p.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. et al. Os impactos negativos do turismo. In: THEOBALD, Willian F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, São Paulo, 2001. cap. 1, 5, 8, 9, 10 e 20.
- BAHIA, Governo do Estado. SEI. **Normas de Apresentação Tabular -ABNT/IBGE**. Disponível em: <http://www.sei.gov.br/norma_tabular/normas_apresentação_tabular-pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2006.
- BAHIA. Governo do Estado. Bahiatursa.PRODETUR - **Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia**. Disponível em: <www.sct.ba.gov.br/prodetur.asp>. Acesso em: 18 de dez. de 2005.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. **Século XXI – consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003 – 2020**. Salvador: A Secretaria, 2005. Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br>>. Acesso em :18 de dez. 2005.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Guia cultural da Bahia: Litoral Norte**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1999. v 9.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **A indústria no Estado da Bahia: uma proposta de política industrial**. Salvador, SIC/DIC, 1983. 336 p.
- BAHIA. SEPLANTEC/CONDER. PRODESU - **Programa de desenvolvimento sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia**. Relatório Síntese. Salvador, 2001. 114 p. Documento em Cd-Rom.

BAPTISTA, Creomar. Bahia - Das políticas sociais setorializadas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003. p. 267-283.

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. **Participação e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Sulina, 2002. 200 p.

BASTOS, Lília da R.; et al. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias**. 6ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2003. 222 p.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9ª ed. São Paulo: SENAC, 2003. p.15-142.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EUDCS, 2002. 257 p.

BRASIL. **Anuário estatístico 2004a**. Disponível em: <www.turismo.org.br>. Acesso: em 30/10/2005. 182 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004b. 61 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso: em 05/10/2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004c. 21 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso: em 05 de out. de 2005

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> . Aceso em 05 de out. de 2005.

BRASIL. **Projeto de gerenciamento costeiro: gestão integrada da orla marítima no município do Conde no estado da Bahia**. Ministério do Meio Ambiente: Salvador, 2003. 221 p. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br> >. Acesso em: 18 de nov. de 2005.

BRASIL. SEMINÁRIO INTERNACIONAL “CELSO FURTADO.” **A Sudene e o Futuro do Nordeste** Recife: SUDENE, 2000. p.357.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética**. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 285 p.

BUSTELO, Pablo. El estructuralismo latinoamericano (1949/1957). In: BUSTELO, Pablo. **Teorias contemporâneas del desarrollo económico**. Madrid: Síntesis, 1998. p. 189-210.

CARLOS, Ana F. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo. et al. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. 25-37 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 2 v. 530 p.

CASTRO, Antônio Barros de. O lado real do Real: o debate e algumas surpresas. In: MAGALHÃES, João P. de A. et al.(orgs.). **Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4ªed. São Paulo: Mokron Books, 1993. cap. 17.

CLARKE, Tony. Mechanisms of corporate rule. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local**. California: Sierra Club Books, 1996. p. 297-308.

CONSELHO MUNDIAL DE TURISMO. **Global comparisons**. Disponível: em <www.wttc.org>. Acesso em: 01 de nov. de 2005.

COOK; SELTZ; WRIGHTSMAN. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987. v. 1, p. 67-80; v. 2., p. 95-96.

COOPER, Chris; et al. **Turismo, princípios e prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. cap.1, 5, 8, 9, 10 e 20.

CRUZ, Rita de Cássia da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001a. 107 p.

_____. **Política de turismo e território**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001b. 167 p.

DALY, Herman E. Sustainable growth? No thank you. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local**. California: Sierra Club Books, 1996. p. 192-196.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas, SP: autores Associados, 1998. p. 3-38.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 211-228.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERRÁS SEXTO, Carlos; PAREDES GONZALEZ, Xóan M. Reflexiones sobre justicia social y desarrollo alternativo em América Latina. Desarrollo local, desarrollo sostenible y/o ecosocialismo? In: RODRIGUEZ GONZÁLES, Román. et al. **Desarrollo local y regional em Iberoamérica: actas del Seminario Internacional sobre perspectivas de desarrollo em Iberoamérica**. Santiago de Compostela: Universidade Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico, 1999. 81-95 p.

FREITAG, Bárbara. **Entre socialismo utópico e socialismo real**. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics>> . Acesso em: 08 de out. de 2005.

GOELDNER, Charles R. et al. **Turismo: princípios, práticas e filosofia**. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Lirandina. Praia do Forte: o paraíso e suas contradições. In: RODRIGUES, Adir B. **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. 172-184 p.

GOODLAND, Robert. Growth has reached its limit. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local**. California: Sierra Club Books, 1996. p. 207-217.

GREMAUD, Amaury P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. cap. 17.

GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a globalização**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 257-262.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste**. Rio de Janeiro: GTDN, 1959.

GUARESCHI, Pedro A. **Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização**. IN: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 141-156.

GUIMARÃES, José Ribeiro S. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e mediação espúria às raízes da questão. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003. p. 85-115.

HALL, Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 37-68.

IVO, Anete Brito L. **Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 1999: novas teses, novos paradigmas**. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003. p. 7-27.

KHOR, Martin. Global economy and the third world. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local**. California: Sierra Club Books, 1996. p. 47-59.

KORTEN, David C. The mythic victory of market capitalism. IN: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local**. California: Sierra Club Books, 1996. p. 183-191.

KOVEL, Joel; LÖWY, Michael. **Um manifesto ecosocialista**. Disponível em: <<http://gate.cruzio.com/~cns/backissues/cont49.html>> p. 3. Acesso em: 17 de abr. de 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000. 186 p.

- LEMOS, Leandro de. **Turismo: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo.** 3ª. Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001. cap. 1 e 2.
- LESSA, Carlos; EARP, Fábio S. O insustentável abandono do longo prazo. In: MAGALHÃES, João P. de A. et al.(Org.). **Vinte anos de política econômica.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- LEROY, Jean-Pierre. et al. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 198 p.
- LUBISCO, Nídia L; SANTANA, Isnaia V; VIEIRA, Sônia C. **Manual de estilo acadêmico – Monografias, Dissertações e Teses.** 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2003.
- MACLEOD, Donald. Turismo alternativo: uma análise comparativa de seu significado e do impacto por ele causado. In: THEOBALD, Willian F. (Org). **Turismo global.** São Paulo: SENAC, SP. 2001. cap.2.
- MANDER, Jerry. The rules of corporate behavior. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local.** California: Sierra Club Books, 1996. p. 309-322.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 4ª. ed. Vozes: Rio de Janeiro, 1987. p. 32-53.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 89-94.
- MARTINELLI, Flávia; SCHOENBERGER, Érica. Os Oligopólios estão de boa saúde, obrigado! In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras: distritos e redes - os novos paradigmas da geografia econômica.** Celta, 1994. p. 103-119.
- MATTEDI, Maria Raquel M. **Sociedade e meio ambiente no Litoral Norte da Bahia: transição para a (in) sustentabilidade.** 2002. 128 p. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) apresentada à Universidade Salvador e à Universidade de Barcelona.
- MENDES, José Manuel O. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. cap. 13.
- MENESES, Ulpiano T. B. Os “usos culturais” da cultura: contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) et al. **Turismo, espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.88-99.
- NASSER, Bianca. Economia Regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de desenvolvimento. **Revista do BNDES,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 145-178, dezembro de 2000.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz G. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade.** São Paulo: Aleph, 2003. 109 p.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza e desigualdades sociais.** Salvador: SEI, 2003.p. 235-247.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos.** São Paulo: Futura, 2001. 459 p.

PINHEIRO (a), Armando C. et al. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. IN: GIAMBIAGI, Fábio (Org.) et al. **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

_____ (b). Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, Fábio (Org.) et al. **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 147-211.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América latina e alguns dos seus principais problemas. IN: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro: Rercord, 2000. 71-136 p.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento.** Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2002. p. 236.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap 12.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 222 p.

ROSTOW, Walter W. **Etapas do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961. cap. 2.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SACHS, Wolfgang. Neo-development: global ecological management. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. **The case against the global economy and for a turn toward the local.** California: Sierra Club Books, 1996. p. 239-252.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo.** São Paulo: Nobel, 1997. 207 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-78

SANTOS, Laymert Garcia dos. A desordem da nova ordem. In: VIANA, Gilnei (Org.). et al. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 27-41.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 61 p.

SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. **Revolução contra o estado: o contexto e o significado dos escritos tardios de Marx**. 2002. p. 62-85. Disponível em: <<http://www.antivalor2.vilabol.uol.com.br>> . Acesso em: 08 de out. de 2005.

SAWAIA, Bader (a). Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

_____ (b). Identidade: uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.p. 119-127.

_____ (c). O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

SEN, Amartia K. **Desigualdade reesaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT- São Paulo: Cortez, 2003. 235 p.

SILVA, Jorge Antônio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em Cluster**. 2004. 480 p. Tese (doutorado) Escola de Comunicações e Artes/USP, São Paulo.

SILVA, Sylvio Bandeira de M. Globalização: grandes questões atuais. **Jornal A Tarde**. Salvador: 11/11/2000.

SILVA, Sylvio Bandeira de M.; SILVA, Bárbara-Christine N. Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 21, n.2, outubro, 1996. p. 67-85.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999. cap 5 e 6.

SPINOLA, Carolina de A. **O turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico: o impacto da atividade turística na Praia do Forte.** 1996. 184 p. Dissertação (Mestrado em Administração)- Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia.** Salvador: Universidade Salvador – Unifacs- (Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano), 2003. Cap. 2, 3 e 4.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada.** Rio de Janeiro: Record, 1999. 300 p.

THE HUNGER PROJECT SOUTH ASIA. Disponível em: <http://www.thp.org/sac/unit3/textonly.htm> . Acesso em: 18 de ago. de 2003..

THEOBALD, Willian F. Significado, âmbito e dimensão do turismo. In: THEOBALD, Willian F. (Org). **Turismo global.** São Paulo: SENAC, São Paulo, 2001. cap.1.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** 3ª. ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001. 231 p.

VÁZQUES BARQUERO, Antonio. **Desarrollo, redes e innovación.** Madrid: Pirámide, 1999. p. 17-96.

VÉRAS, Maura P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-50.

WANDERLEY, Mariangela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social.** 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **National and regional tourism planning.** Boston: International Thomson Business Press, 1997. 249 p.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional.** 2ª. ed. São Paulo: Global, 1999. 190p.

APÊNDICES I E II

APÊNDICE I - RELATÓRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Início: 27/10/2003

Término: 29/11/2003

Local: Siribinha

Recepção (27/10/2003)

No primeiro contato os moradores foram receptivos, porém ao saberem do propósito da estadia, para a realização dos trabalhos de pesquisa, alguns se mostraram desconfiados. Devido a esse posicionamento, optou-se, então, por utilizar a primeira semana para se estreitarem as relações e diminuir possíveis formas de resistência. Escolheu-se, também, não utilizar a máquina fotográfica ou qualquer outro aparelho eletrônico nessas primeiras abordagens.

Primeira semana (02/11/2003 - 08/11/2003)

Esse período foi destinado ao reconhecimento do espaço físico. Foram percorridos os principais locais turísticos, quando puderam ser observados aspectos ligados à: acessibilidade, presença de lixo, importância do atrativo turístico, sinalização e segurança.

1 - Quanto à acessibilidade: Siribinha fica localizada a 18 km da sede do Município, sendo que 12 km são de estrada de barro e areia, o que torna difícil o acesso aos pontos turísticos de maior atração como: a Vila do Conde (núcleo histórico), a Barra do Itariri, o Sítio do Conde, e a Cachoeira do Vermelho, e se o turista não estiver de carro, torna-se, praticamente impossível,

pois não existe transporte regular; apenas o transporte escolar que também servia à comunidade até metade do ano de 2005. Já o acesso aos locais denominados de Cavalo Russo, Foz do rio Itapicuru e o manguezal (localidade de Cobó) não apresenta problema, pois o percurso é feito em barcos, encontrando-se, sempre, disponibilidade permanente.

2 - Quanto ao lixo, foi possível observar a presença do mesmo nas trilhas, nas praias e nos rios, concluindo-se, então, que a coleta do lixo não é realizada com a necessária frequência.

3 - Quanto ao potencial dos atrativos, todos eles apresentaram-se ricos em aspectos cênicos, mas carentes em infra-estrutura básica de apoio e sanitária;

4 - Quanto à sinalização, foi identificada uma sinalização turística somente em outras localidades do Município: Sítio do Conde e Vila do Conde. No caso do local denominado Cavalo Russo só foi possível se chegar com a ajuda de guia;

5 - No que diz respeito à segurança não foram observados maiores problemas, principalmente nos lugares visitados.

Essa primeira semana permitiu um maior contato com os moradores e observar a diminuição da resistência inicial.

Segunda semana (09/11/2003 - 15/11/2003)

Nesse período, através de conversas não-estruturadas com a população local, tornou-se possível estabelecer uma maior aproximação e obter informações mais detalhadas sobre a localidade, através de relatos de alguns moradores de Siribinha:

Relato 1: Sr. Joseflton¹⁰⁴, pescador mais antigo da localidade. As principais observações foram: a) preocupação com a diminuição do estoque de pescado, com a pesca predatória dos “barcos de fora” e dos pescadores mais jovens que diminuíram o tamanho da “malha” da rede de pesca para reter o peixe, seja de qualquer tamanho; b) ressentimento em relação ao poder público; c) ressentimento em relação ao turismo; d) saudosismo em relação às festividades juninas quando as comunidades vizinhas (localidades de Cobó e Sempre Viva) se reuniam em Siribinha.

Relato 2: Sra. Marilda, dona de restaurante e pousada. Principais observações: a) expectativa positiva em relação ao turismo; b) insatisfação quanto ao poder público; c) insatisfação em relação à uma parcela da comunidade considerada “preguiçosa”.

Relato 3: Sr. Mário, salva-vidas e pescador. Principais observações: a) expectativa positiva em relação ao turismo; b) desinteresse pela pesca artesanal; c) falta de consciência em relação à preservação do meio ambiente.

Relato 4: Sra. Isabel, marisqueira. Principais observações: a) ausência de consciência em relação à preservação de espécies nativas; b) ressentimento em relação ao turismo e aos turistas; c) insatisfação quanto à presença dos atravessadores.

Terceira semana (16/11/2003 - 22/11/2003)

Participação na reunião da Associação dos Moradores e Amigos da Siribinha

Nº de participantes: 19 (18 pescadores + 01 pesquisadora)

Pontos abordados: defeso do robalo, baixo número de pescadores associados à Colônia de Pesca do Conde e a aposentadoria rural.

¹⁰⁴ Os nomes dos moradores são fictícios a fim de evitar situações de constrangimento no futuro.

Participação em treinamento oferecido pelo Sebrae para os donos de bares, restaurantes e pousadas.

Participantes: 11 (09 empresários + 01 treinadora + 01 pesquisadora)

A baixa participação da população do local levou-se a concluir que a comunidade apresenta-se apática frente a essas reuniões.

Quarta semana (23/11/2003 - 29/11/2003)

Visita à Secretaria de Turismo do Conde. Observou-se a crença de que o turismo pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento, mas a infra-estrutura para a atividade não faz parte do discurso; a base é “tornar conhecidas as belezas locais”.

Em seguida, é apresentado o registro da pesquisa de campo, através das fotografias realizadas na região de Siribinha.

APÊNDICE II - FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO



FOTO 01 - Estrada de acesso à Siribinha

Fonte: Pesquisa de Campo



FOTO 02 - Casas na estrada de acesso à Siribinha

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 03 - Localidade de Siribinha

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 04 - Casas de Siribinha.

Fonte: Pesquisa de Campo.



FOTO 05 - Pescador de Siribinha

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 06 - Barracas de praia de Siribinha

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 07 - Presença de lixo na praia de Siribinha.

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 08 - Lixo na trilha para o Cavalito Russo.

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 09 - Cavalo Russo.

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 10 - Cavalo Russo

Fonte: Pesquisa de campo.



FOTO 11 - Barco de Siribinha

Fonte: Prsquisa de campo.



FOTO 12 - Marisqueiras

Fonte: Pesquisa decampo



FOTO 13 - Ensino Fundamental

Fonte: Pesquisa de campo.